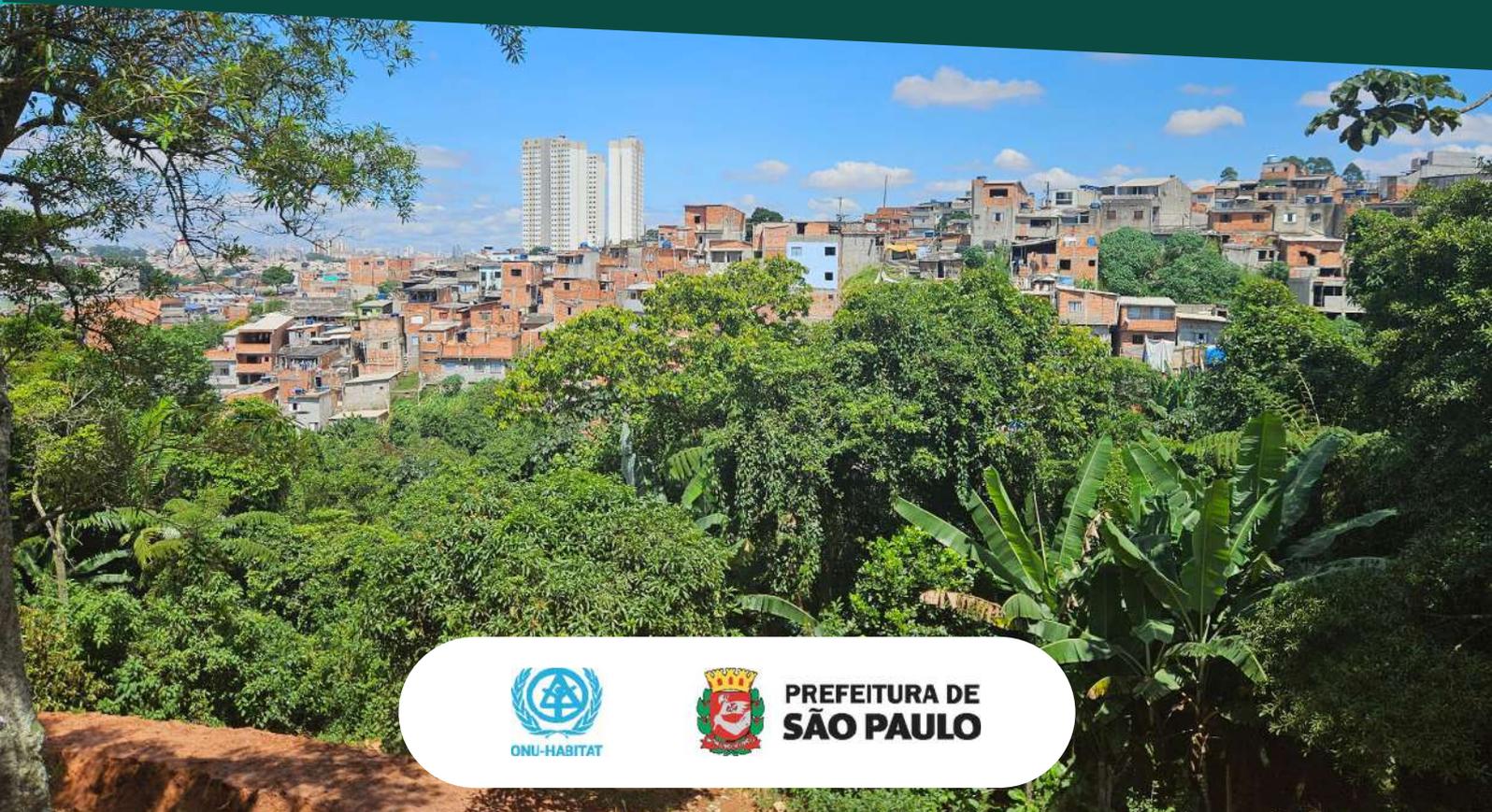


VIVA O VERDE SP

PLANO DE GESTÃO

PARQUE FAZENDA DA JUTA



ONU-HABITAT



PREFEITURA DE
SÃO PAULO



PLANO DE GESTÃO

PARQUE FAZENDA DA JUTA

São Paulo / SP

2025

Este plano de gestão faz parte de um produto desenvolvido pela iniciativa Viva o Verde SP para fortalecer as estruturas de gestão e manutenção dos espaços públicos verdes, conforme o Programa de Metas 2021-2024 da Prefeitura de São Paulo. No total, foram elaborados planos de gestão de oito parques municipais recentemente abertos ao público ou em processo de implantação



© Daniel Reis / SVMA



ONU-HABITAT



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

FICHA TÉCNICA



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes
Prefeito

Rodrigo Ashiuchi
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Wanderley de Abreu Soares
Secretário Adjunto do Verde e do Meio Ambiente

EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA)

Tamires Oliveira
Chefe de Gabinete

Rodolfo Maiche
Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental

Felipe de Albuquerque
Assessoria Jurídica (AJ)

Cleide Cremonesi
Assessoria de Comunicação (ASCOM)

Tatiana Coelho
Coordenação de Administração e Finanças (CAF)

Christiane Ferreira
Coordenação de Licenciamento Ambiental (CLA)

Gabriela Chabbouh
Coordenação de Educação Ambiental (DEA)
e Universidade Aberta do Meio Ambiente e
Cultura de Paz (UMAPAZ)

Rodrigo dos Santos
Coordenação de Fiscalização Ambiental (CFA)

Liliane Arruda
Coordenação de Gestão dos Colegiados (CGC)

Juliana Summa
Coordenação de Gestão de Parques e
Biodiversidade Municipal (CGPABI)

Rosélia Ikeda
Coordenação de Planejamento
Ambiental (CPA)

Ana Lúcia de Jesus
Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia da
Informação e Comunicação (NDTIC)



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CULTURA DE PAZ – CADES SAPOEMBA

Amaury Jose Baptistei
André Manoel dos Santos
Fátima da Silva
Fidelcino Porto

José Lucas
Luzia do Nascimento
Ulenice Alves

Victor Aviles
Titulares
Conselheiros Eleitos Representantes
da Sociedade Civil

Erica Pereira
Titular
SMADS

Guilherme Wisniewski
Titular
SVMA – Gabinete

Jéssica Labrego
Titular
SEHAB

Marcelo Kotinda
Titular
SMS

Marlon da Silva
Presidente
Subprefeito

André Manoel dos Santos
Coordenador Adjunto

Ulenice Alves
Secretário Geral

Antonia Maria de Souza
Elisangela de Lima
Mayra Lansoní
Suplentes
Conselheiros Eleitos Representantes da
Sociedade Civil

Fabio Leite
Suplente
SMS

Glória Geni Gonçalves
Suplente
SVMA – Gabinete

Maria Valdecia Andrade
Suplente
SMSUB

Nilzete de Oliveira
Suplente
SMADS

Vera Lucia Cabrera
Titular e Coordenadora e Interlocutora
SMSUB



ONU-HABITAT

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-HABITAT)

Elkin Velásquez

Representante Regional para América Latina e o Caribe

Rayne Moraes

Chefe do Escritório do Brasil

Ana Elisa Larrarte

Gerente de Desenvolvimento de Programas, Monitoramento e Avaliação

Julia Caminha

Gerente de Gestão do Conhecimento

Leta Vieira de Sousa

Especialista de Resiliência e Mudança Climática

Aléxia Saraiva

Coordenadora de Comunicação & Advocacy

Tássia Regino

Especialista em Urbanização de Assentamentos Precários e Habitação Social

Aléxia Saraiva

Gerente de Comunicação & Advocacy

Daphne Besen

Gerente de Programas

Maria Fernandes Caldas

Especialista em Desenvolvimento Urbano Sustentável

Vanessa Tenuta de Freitas

Assessora Técnica de Desenvolvimento de Programas

Fábio Donato | Julia Rabelo | Laura Collazos | Tiago Marques

Analistas de Programas

Giselle Mansur Batista | Gustavo Aires Tiago | Pedro Araújo Patrício | Vivian Silva

Analistas de Dados

Flávia Scholz

Analista de Comunicação

Camila Nogueira

Designer Gráfico

Gabriela Güllich

Designer Gráfico Júnior

Claudia Bastos de Mello

Coordenadora Financeira

Jessica Blanco

Assistente administrativa

Adriana Carneiro

Coordenadora de Recursos Humanos

Carina Lucena | Carolina Oliveira

Analistas de Operações

Mariana Assad

Assistente de Operações

Severino Marcelino de Azevedo

Motorista

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO VIVA O VERDE SP

Jordi Sánchez-Cuenca

Coordenador de Programas

Mateus Santos | Bruna Leite

Maria Fernanda Godoy | Carlos Sandler
Analistas de Programas

Laura Figueiredo | Júlia Rocha

Assistentes de Programas

Guilherme Justino

Analista de Comunicação

Tiago Lourenzi

Assistente de Dados

DESENVOLVIMENTO DOS PLANOS DE GESTÃO

Fernanda Lima

Consultora em Espaços Públicos

Adriana Quedas

Consultora em Meio ambiente

Conrado Vivacqua

Consultor em Arquitetura

Bianca Brasil

Consultora em Biologia

DIAGRAMAÇÃO

Camila Nogueira | Gabriela Güllich

REVISÃO FINAL

Julia Caminha



ÍNDICE DE FIGURAS

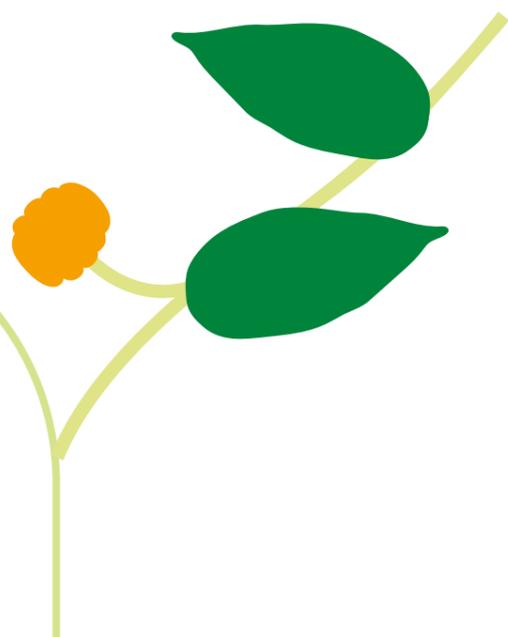
Figura 1	Elementos estruturantes de um Plano de Gestão	22
Figura 2	Localização do Parque Fazenda da Juta no município de São Paulo	28
Figura 3	Ocupações irregulares e favelas nas bordas e entornos do Parque Fazenda da Juta (dezembro/2023)	30
Figura 4	Reassentamentos necessários para implantação do Parque Fazenda da Juta	33
Figura 5	Zoneamento e ZEIS no entorno do Parque Fazenda da Juta	34
Figura 6	Área do Parque Fazenda da Juta incluída no Perímetro de Ação 307 – Fazenda da Juta, do Plano Regional de Sapopemba	35
Figura 7	Despejo de esgoto dentro do parque, na trilha e diretamente na área florestada	36
Figura 8	Locais de alta declividade e solo exposto, com muito entulho e sujeitos à erosão e movimentos de massa, já apresentando sulcos e ravina	36
Figura 9	Densidade Demográfica e Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, ambos de 2010	37
Figura 10	Hipsometria do Parque Fazenda da Juta e seu entorno	50
Figura 11	Córrego a leste do parque. Notar a ausência de cobertura vegetal da margem do córrego recém canalizado, e os vazamentos de tubulação de águas servidas/esgotos provenientes das casas do entorno, e que atingem o córrego	55
Figura 12	Parte canalizada e não canalizada do córrego a leste do parque	55
Figura 13	Área verde do Parque Fazenda da Juta	56
Figura 14	Imagem aérea com delimitação das unidades de análise da vegetação do Parque Fazenda da Juta	61
Figura 15	Beija-flor-tesoura (<i>Eupetomena macroura</i>) e ferreirinho-relógio (<i>Todirostrum cinereum</i>), em fotografias registradas no Parque Fazenda da Juta	63
Figura 16	Perfil das pessoas participantes que responderam o formulário (gênero e perfil étnico-racial)	131
Figura 17	Parte das pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora	131
Figura 18	Nuvem de palavras formada com as respostas para a pergunta “Qual é a importância desse parque para você?”	132
Figura 19	Diagrama de estrela - gênero	134
Figura 20	Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (mulheres)	134
Figura 21	Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (homens)	135
Figura 22	Registro da atividade “Diagrama de estrela”	135
Figura 23	Registro da atividade “Mapeamento Afetivo”	136
Figura 24	Imagem ilustrativa da ferramenta “Árvore dos sonhos”	137
Figura 25	Registros da atividade “Árvore dos sonhos”	138

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1	Limites do Parque Fazenda da Juta	29
Mapa 2	Uso do Solo Predominante	31
Mapa 3	Cortiços, favelas e loteamentos irregulares	32
Mapa 4	Sistema viário no entorno do parque e identificação do sistema ciclovitário	39
Mapa 5	Sistema viário no entorno do parque e identificação das faixas exclusivas de ônibus e pontos de ônibus	40
Mapa 6	Estações de metrô e trem no entorno do parque	41
Mapa 7	Mapeamento dos equipamentos públicos do Território-Parque	43
Mapa 8	Equipamentos de Assistência Social do Território-Parque	44
Mapa 9	Equipamentos Culturais do Território-Parque	45
Mapa 10	Equipamentos Educacionais do Território-Parque	46
Mapa 11	Equipamentos de Esportes do Território-Parque	47
Mapa 12	Equipamentos de Saúde do Território-Parque	48
Mapa 13	Declividades no Parque Fazenda da Juta e entorno	51
Mapa 14	Áreas de risco geológico	53
Mapa 15	Bacia hidrográfica do Córrego Jaguaré	54
Mapa 16	Remanescentes de Mata Atlântica no entorno do Parque Fazenda da Juta	57
Mapa 17	Vegetação significativa no entorno do Parque Fazenda da Juta	58
Mapa 18	Cobertura vegetal no entorno do Parque Fazenda da Juta	59
Mapa 19	Setorização do Parque Fazenda da Juta	69

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Atividades participativas nas etapas do Plano de Gestão	26
Tabela 2	Ficha introdutória do parque	27
Tabela 3	Distribuição dos custos de manutenção e operação do Parque Fazenda da Juta (valores em Real)	73
Tabela 4	Planos e programas ambientais e setoriais pertinentes	108
Tabela 5	Planos ambientais transversais SVMA/PMSP	108
Tabela 6	Distribuição anual dos períodos de coleta	112
Tabela 7	Distribuição dos valores coletados em campo, normalizados pela variação e pela pontuação atribuída	113
Tabela 8	Pontuação dos dados coletados pela variação anual	114
Tabela 9	Tipos das oficinas	129
Tabela 10	Frequência de visitação das pessoas inscritas	130
Tabela 11	Presença dos diferentes grupos de pessoas participantes registradas na lista de presença (em porcentagem)	130





AGRADECIMENTO

Com sua reconhecida complexidade urbana e uma população de aproximadamente 11,5 milhões de habitantes, a cidade de São Paulo possui uma cobertura vegetal que abrange quase metade de seu território. No entanto, o processo acelerado de urbanização, comum a diversas metrópoles globais, impõe uma demanda crescente por espaços públicos verdes que assegurem o exercício dos direitos humanos ao lazer, à saúde e a um meio ambiente equilibrado para toda a população. Nesse cenário, a capital paulista tem intensificado, nos últimos anos, seus investimentos na expansão e qualificação de parques urbanos, com o objetivo de torná-los mais acessíveis, inclusivos e capazes de promover a reconexão da população com as áreas verdes.

A iniciativa Viva o Verde SP tem se destacado nesse processo ao impulsionar essa reconexão tanto sob a perspectiva da população quanto da administração municipal. A iniciativa adota os princípios da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e as diretrizes da Nova Agenda Urbana, além de incorporar metodologias do Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat.

O ONU-Habitat vem trabalhando com as secretarias da Prefeitura de São Paulo para promover aspectos como a governança compartilhada, a participação e o estreitamento das relações horizontais, que são fundamentais para garantir o alinhamento contínuo entre diversos atores e a capacidade de resposta às demandas da população de São Paulo.

O Viva o Verde SP adota uma abordagem interseccional, pautada na igualdade de gênero, na promoção da diversidade e na inclusão. A iniciativa busca fortalecer também a ação climática, valorizando a biodiversidade e os biomas locais ao mesmo tempo em que contribui para a melhoria do ambiente urbano e da saúde da população.

Este plano de gestão é um instrumento estratégico de planejamento dos parques: um documento abrangente que reúne diretrizes, estudos, análises situacionais ou diagnósticos, visando orientar as ações de melhoria e gestão compartilhada desses espaços públicos. Ele foi elaborado com a participação da população do entorno e de visitantes dos parques, com ênfase nas mulheres e meninas, pessoas com deficiência e outros grupos vulnerabilizados, buscando fortalecer a coesão social e a sustentabilidade ambiental dos bairros onde se inserem. Esse enfoque é fundamental para implementar as políticas públicas de forma eficiente e sustentável.

Este, e outros planos de gestão de parques elaborados pela iniciativa Viva o Verde SP, são uma inovação que contribui ao trabalho do ONU-Habitat no apoio que presta a diferentes cidades do mundo por um desenvolvimento urbano mais inclusivo, resiliente, seguro e sustentável.

Desejamos uma excelente gestão a todas e todos que seguem nessa jornada!



Rayne Ferretti Moraes
Chefe do Escritório do Brasil



SUMÁRIO

1. Introdução	16
2. Parques Urbanos Municipais	18
2.1 Legislação aplicável	18
3. O que são Planos de Gestão? E por que são importantes?	22
3.1 Metodologia	23
3.1.1. Base teórica do Processo Participativo	24
3.1.2. Base operacional do Processo Participativo	25
4. Parque Fazenda da Juta: Informações gerais	27
5. Contexto Urbano	28
5.1 Ocupação e Uso do Solo	30
5.2 Estrutura socioeconômica	37
5.3 Eixos viários e Mobilidade	38
6. Território-Parque	42
6.1 Caracterização do Território-Parque	42
6.2 Desafios e oportunidades do Território-Parque	49
7. Caracterização do Parque Fazenda da Juta	50
7.1 Atributos naturais	50
7.1.1. Relevô	50
7.1.2. Solo	52
7.1.3. Água	52
7.1.4. Vegetação	56
7.1.5. Fauna	63
7.1.6. Serviços ecossistêmicos	65
7.2 Usos identificados	67
8. Setorização	68
9. Gestão	70
9.1 Os Conselhos de Meio Ambiente	70
9.2 Custos de manutenção do Parque Fazenda da Juta	72

SUMÁRIO

10. Plano de Ação	74
10.1 Definição de Prazo e Prioridade	74
10.2 Desejos de futuro	75
10.3 Quadro de diretrizes	76
10.4 Quadro de ações e de monitoramento	94
10.5 Planos, programas e projetos	107
10.6 Parcerias	110
11. Sistema de monitoramento e avaliação	111
11.1 Monitoramento geral dos principais aspectos do parque	111
11.2 Monitoramento da implementação das ações do plano de gestão	115
Referência Bibliográfica	116
Lista de siglas	121
Glossário	122
Anexo: Processo participativo do Plano de Gestão	127



1. Introdução

De 2005 até a presente data, houve um aumento expressivo de parques urbanos no município de São Paulo passando de 34 para mais de 110 – aumento esse impulsionado entre 2007 e 2013 pelo “Programa 100 (cem) Parques para São Paulo”. O salto quantitativo, entretanto, trouxe à gestão pública uma série de responsabilidades com outras tantas necessidades, como: a) avaliar as condições e os usos dos parques; b) melhorar a qualidade dos parques implantados; c) aprimorar a gestão municipal dos parques e do sistema de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres; d) capacitar e treinar os servidores e servidoras públicos, bem como a sociedade civil na avaliação, proposição de melhorias e gestão dos parques municipais.

A implementação de Planos de Gestão pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) não é em si uma novidade, outros documentos com a elaboração conduzida por gestores de parque foram produzidos ao longo do tempo e são diversos os documentos que, de maneira mais sintetizada ou mais aprimorada, estabeleceram diretrizes e recomendações para a gestão por parte do poder público e promoveram o ordenamento dos espaços de uso público dos parques.

Esses documentos também ganharam outros nomes como “Plano de Ocupação”, “Plano Diretor”, “Relatório Propositivo de Uso Público”, a depender do olhar traçado pela equipe técnica envolvida e com diferentes abordagens considerando mais, menos ou nenhuma participação da sociedade civil.

Assim, é possível afirmar que os planos já produzidos para os parques municipais tiveram como centralidade a perspectiva da administração e foram formulados a despeito de haver um conselho gestor ativo e qualquer demanda oficial,

seja para nortear concessões privadas seja como documento necessário para atender as metas da gestão pública. Entre os documentos recentemente publicados, estão:

- 2018: Relatório propositivo de uso público do parque São José e Guarapiranga, elaborado pela SVMA/UMAPAZ;
- 2019: Planos Diretores dos parques concessionados Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Ibirapuera, Jacintho Alberto, Jardim Felicidade, Lageado, e, elaborados pela SVMA;
- 2020: Plano Diretor do Parque Burle Marx, elaborado pela Fundação Aron Birmann;
- 2021: Planos Diretores dos parques concessionados Mário Covas e Trianon, elaborados pela SVMA;
- 2024: Planos de Gestão dos Parques da Orla da Represa Guarapiranga, elaborado pela SVMA.

Em 2022, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo e o ONU-Habitat firmaram um “Acordo de Contribuição”. O acordo estabelece que diferentes equipes técnicas, interdisciplinares e especializadas, colaborem com produtos, ferramentas e documentos de gestão que tenham como foco promover a sustentabilidade urbana e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da valorização e preservação de áreas verdes na cidade.

Esses produtos tomam corpo na iniciativa nomeada “Viva o Verde SP” e, entre si, possuem uma característica comum: encontros formativos e o diálogo frequente entre a administração pública e a sociedade civil – que constrói pontes, fomenta nexos e parcerias.

O projeto visa i) a distribuição equitativa de espaços verdes públicos na cidade; ii) a melhoria das

estruturas municipais para a gestão dos parques; iii) a ampliação da visibilidade internacional das políticas de São Paulo.

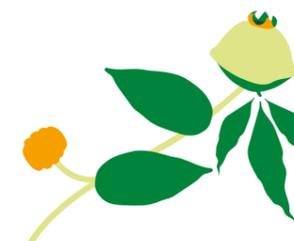
A escolha dos parques se pautou na previsão destes no Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo (Lei 16.050/2014) em meta 62 do Plano de Metas de governo (2021-2024), onde a prefeitura se comprometeu a implantar oito novos parques e, concomitantemente, criar seus conselhos gestores e planos de gestão. Os parques que recebem os planos de gestão através da iniciativa são: Água Podre – Ypuera, Alto da Boa Vista, Aristocrata, Augusta – Bruno Covas, Córrego do Bispo, Fazenda da Juta, Jardim Apurá – Búfalos e Paraisópolis – Lourival Clemente da Silva.

No contexto da implementação das concessões públicas em São Paulo, os planos de gestão se tornaram uma exigência do Ministério Público para os parques do município. Esses documentos, além de atenderem a uma necessidade legal, surgem como instrumentos animadores da participação social local quando esse parque está por nascer ou foi recém-inaugurado. O recado que se quer transmitir é o de que a participação social não está restrita às etapas seguintes ao parque aberto, mas pode também compor como um nutriente a mais quando inserida em um planejamento mais amplo, colaborativo e participativo.

A intenção deste produto é, portanto, garantir que todos os parques tenham instrumentos adequados de gestão que subsidiem a estrutura de governança e a) sirvam de guia para os funcionários públicos; b) sirvam como mecanismo de controle social por parte da sociedade civil; c) permitam a continuidade de políticas, programas, projetos e iniciativas para os parques.

Dessa forma, inicialmente o plano apresenta uma contextualização breve sobre a importância e a localização do parque dentro do município. Em seguida, faz uma caracterização urbano-ambiental abrangente, abordando tanto os atributos naturais do parque em seu interior quanto a relação do parque com as áreas circundantes, denominadas de “Território Parque”.

Além disso, o plano também compila e analisa as legislações relevantes, que podem ser úteis e aplicáveis para a gestão administrativa e compartilhada do parque, proporcionando um entendimento jurídico necessário para a tomada de decisões. Por fim, o documento propõe diretrizes e ações que visam a manutenção e melhoria do parque, fundamentadas em discussões coletivas, estimulando que as ações futuras estejam alinhadas com as necessidades e aspirações da sociedade civil.



2. Parques Urbanos Municipais

Os primeiros parques urbanos surgiram na segunda metade do século XVIII na Europa e Estados Unidos como resposta ao processo de expansão das cidades, visando oferecer lazer e entretenimento à população urbana. Durante a Revolução Industrial, já no século XIX, esses espaços foram concebidos com uma aura nostálgica, evocando a paisagem natural perdida durante o êxodo rural-urbano provocado pela industrialização. No Brasil, os parques urbanos surgiram na primeira metade do século XIX, seguindo o modelo europeu, inicialmente acessíveis apenas às elites, reforçando a segregação socioespacial decorrente do sistema escravista que caracterizava a época (SILVA, 2003). O primeiro parque urbano da cidade de São Paulo foi o Jardim da Luz, frente à estação da Luz, inaugurado em 1825.

O conceito do lazer, nas dinâmicas urbanas do século XX se reconfigurou, desde um lazer submetido a um controle social das concepções higienistas de cidade até processos de redemocratização e cidadania observados. Quase dois séculos depois da inauguração do parque Jardim da Luz, as políticas públicas municipais de São Paulo seguem um modelo de desenvolvimento urbano contemporâneo que prioriza o bem-estar coletivo, sem excluir as camadas mais pobres da população da cidade. Num contexto de escassez de espaços verdes públicos, os parques se tornaram espaços de reivindicação pelo direito ao lazer e à cidade (PACHECO, 2014).

Os parques urbanos da Cidade de São Paulo são diversos em tamanho, forma e função. Eles oferecem um conjunto de benefícios à população, como a preservação de fauna e flora e dos

recursos hídricos, a regulação do microclima e a qualidade do ar, além de promover a recreação e a sociabilidade. Assim, o uso público dos parques difere-se de outros espaços públicos, pois integra a ele a conservação ambiental (KLIASS apud LIMA, 2021).

Em São Paulo, considerando o rápido crescimento urbano e a desigualdade social, esses espaços públicos refletem as dinâmicas e desafios da cidade e, em certos setores da cidade, representam uma das escassas áreas verdes ou espaços livres e públicos com vocação para a recreação, contemplação e valorização da urbanidade.

2.1. Legislação aplicável

A elaboração de um plano de gestão para um parque urbano precisa estar em consonância com diversas legislações de ordenamento urbano e normas administrativas para garantir sua eficácia, legalidade e sustentabilidade. Este alinhamento é crucial para que o parque não só atenda às necessidades da população, mas também respeite as diretrizes ambientais, urbanísticas e administrativas estabelecidas pelo município.

No caso do Parque Fazenda da Juta, como aponta o diagnóstico acima, destaca-se as seguintes normas de incidência no parque:

- Plano Diretor Municipal - Revisão Intermediária (Lei Municipal nº 17.975/2023);
- Plano Regional da Subprefeitura de Sapopemba: Perímetro de Ação 307 – Fazenda da Juta (PMSP, 2014).

Abaixo lista-se outras normas consideradas úteis para a gestão dos parques urbanos municipais:

Legislação Federal

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: é a lei fundamental e suprema do Brasil, estabelecendo os direitos e deveres dos cidadãos e as funções dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No que tange ao meio ambiente, o artigo 225 da Constituição trata de sua proteção, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - Lei nº 6.938/1981: tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições de desenvolvimento socioeconômico, interesses da segurança nacional e proteção da dignidade da vida humana. Estabelece os princípios, objetivos e instrumentos para a política ambiental no Brasil, incluindo a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)
- Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC) - Lei nº 12.187/2009: estabelece os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil. A lei tem como foco principal a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação do país aos impactos das mudanças climáticas, em alinhamento com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.
- Lei da Mata Atlântica - Lei nº 11.428/2006: dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, considerado um dos mais ricos em biodiversidade e um dos mais ameaçados do mundo. A lei define os tipos de vegetação que podem ser explorados, as condições para

essa exploração, e estabelece normas para a recuperação de áreas degradadas. Além disso, busca a preservação de remanescentes de vegetação nativa e incentiva a recuperação e o uso sustentável dos recursos naturais.

- Código Florestal - Lei nº 12.651/2012: regula a preservação e o uso da vegetação nativa em propriedades rurais e estabelece normas sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais. Ele estabelece obrigações para os proprietários rurais no que diz respeito à proteção dos recursos hídricos, à conservação da biodiversidade, ao combate ao desmatamento ilegal e à promoção do uso sustentável das florestas.
- Lei nº 13.019/2014: estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

Legislação Estadual

- Lei Estadual da Mata Atlântica (São Paulo) - Lei nº 14.982/2013: lei específica do Estado de São Paulo que regulamenta a proteção e a restauração da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica no estado. A lei define as regras para a supressão de vegetação, medidas de compensação ambiental, e incentiva a recuperação de áreas degradadas. Além disso, regula a exploração sustentável dos recursos naturais, buscando a preservação do bioma no âmbito estadual.

Legislação Municipal (Leis Municipais)

- Lei Municipal nº 16.703/2017: disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos no âmbito do Plano Municipal de Desestatização (PMD).
- Lei Municipal nº 15.910/2013: dispõe sobre a criação e organização de Conselhos Gestores dos Parques Municipais.

- Lei Municipal nº 14.887/2009: reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e dispõe sobre o quadro de cargos e conselhos relacionados.
- Lei Municipal nº 14.517/2007: institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, cria a Companhia São Paulo de Parcerias (SPP) e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.223/2006 - "Cidade Limpa": dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 11.509/1994: determina o uso de pisos drenantes em passeios públicos, estacionamentos e outras áreas.
- Lei Municipal nº 10.205/1986: disciplina a expedição de licença de funcionamento, alvarás de funcionamento e alvarás para eventos públicos temporários.

Decretos Municipais

- Decreto Municipal nº 61.082/022: dispõe sobre o apoio à fiscalização ambiental pela Guarda Civil Metropolitana.
- Decreto Municipal nº 58.625/2019: reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
- Decreto Municipal nº 58.320/2018: dispõe sobre contratos para a gestão de parques municipais em parceria com particulares, conforme a Lei nº 16.703/2017.
- Decreto Municipal nº 58.262/2018: dispõe sobre competência para licitações no âmbito do Plano Municipal de Desestatização.
- Decreto Municipal nº 58.102/2018: regulamenta o recebimento de doações e comodatos de bens e serviços pela Administração Direta e Indireta do Município.
- Decreto Municipal nº 57.575/2016: dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014 no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.
- Decreto Municipal nº 54.421/2013: confere nova regulamentação ao procedimento de

fiscalização ambiental no Município de São Paulo.

- Decreto Municipal nº 52.201/2011: regulamenta pedidos de aquisição, permuta, concessão administrativa e permissão de uso de imóveis municipais.
- Decreto Municipal nº 52.153/2011: regulamenta disposições da Lei nº 14.887/2009 referentes ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES).
- Decreto Municipal nº 52.062/2010: regulamenta o artigo 50 da Lei nº 14.223/2006 sobre termos de cooperação com a iniciativa privada.
- Decreto Municipal nº 42.479/2002: regulamenta a Lei Municipal nº 13.214/2001 sobre a instalação de para-raios ou sistemas de detecção.
- Decreto Municipal nº 41.685/2002: regulamenta a Lei Municipal nº 13.131/2001 sobre a criação, posse e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 40.384/2001: dispõe sobre a doação de bens e serviços e o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada.
- Decreto Municipal nº 39.213/2000: dispõe sobre a delegação de competência ao Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
- Decreto Municipal nº 34.855/1995: regulamenta a Lei Municipal nº 10.908/1990 sobre a demarcação de espaços para ciclofaixas em praças públicas.
- Decreto Municipal nº 26.535/1988: regulamenta a Lei nº 10.365/1987 sobre o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo.
- Decreto Municipal nº 49.969/2008: regulamenta a Lei Municipal nº 10.205/1986 sobre a expedição de licença de funcionamento.

Portarias e Resoluções

- Portaria Conjunta SVMA/SMSU/SIURB nº 003 de 2 de outubro de 2023: institui o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios em Áreas Florestadas do Município de São Paulo ("Operação Fogo Zero").
- Portaria SVMA nº 38 de 21 de maio de 2024: dispõe sobre procedimentos preventivos para eventos climáticos extremos nos parques municipais.

- Portaria nº 29/SVMA/2021: estabelece procedimentos administrativos internos para protocolo de parcerias junto à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA).
- Portaria nº 2/SVMA/DEPAVE/2000: regulamenta normas e procedimentos para vigias dos parques municipais.
- Resolução nº 122/SSP/1985: trata do policiamento ostensivo para espetáculos públicos.



3. O que são Planos de Gestão? E por que são importantes?

Na busca por incrementar qualitativamente a condução participativa desse processo de elaboração do Plano, pretendeu-se realizar um processo democrático na formulação de um documento que incorpora, além do olhar da administração, ideias e estratégias transversais de melhorias que se apoiam na diversidade e interseccionalidade do público e na gestão compartilhada.

O Plano de Gestão é um instrumento de planejamento, um documento estratégico, abrangente e geral com diretrizes que consolidam regras, estudos, análises situacionais ou diagnósticos, visando orientar as ações de melhoria e gestão compartilhada do parque urbano.

Aqui, interessa encontrar uma sinergia entre os três elementos: gestão, uso e projeto. Aos parques em implantação, como o caso do Parque Fazenda da Juta, as diretrizes foram direcionadas aos potenciais usos que o projeto pode sustentar e aos apontamentos que podem subsidiar a nova gestão administrativa, com monitoramento da sociedade civil.

Como previsto também nos Planos Diretores dos parques já elaborados, a implementação de tais diretrizes deve ser monitorada por meio de indicadores instituídos e fornecidos por este próprio Plano, de modo a avaliar o seu estágio de implementação e o sucesso das diretrizes indicadas.

Dos Planos Diretores de Parques já elaborados ao Plano de Gestão apresentado neste documento, há um processo de aprendizado, melhoria e adaptação ao contexto dos parques urbanos. O Plano Diretor fornecia um conjunto de diretrizes gerais para a gestão do parque, com foco principalmente em parâmetros de governança, com vistas a promover: (i) a proteção do seu ecossistema; (ii) melhorias ambientais; (iii) aprimoramento de sua estrutura; e (iv) maximizar a experiência dos frequentadores na fruição do equipamento. **O Plano de Gestão representa uma evolução significativa desse modelo, consolidando-se como o instrumento oficial para a operação diária e gestão a médio e longo prazo dos parques, incorporando três novos elementos na sua composição: v) Define procedimentos e regras para facilitar e estimular**

Figura 1 - Elementos estruturantes de um Plano de Gestão



Fonte: ONU-Habitat, 2024

a gestão compartilhada; vi) Incentiva parcerias locais; vii) Promove sinergias entre as políticas ambientais e setoriais.

Tanto é um guia de gestão que a elaboração deste documento levou em consideração as obrigações oriundas das normas incidentes sobre parques urbanos no âmbito do Município de São Paulo, bem como das normas específicas que atravessam os usos e gestão dos parques municipais.

Ademais, prevê-se uma revisão periódica dos Planos de Gestão como medida para garantia de sua atualidade, com ideal de aprimoramento e adaptação a partir das intenções colocadas no plano precedente. Vale sublinhar: os Planos de Gestão não são documentos para atender a um processo concessório, sendo verdadeiramente um instrumento de governança e gestão do parque como um todo e a sua aplicabilidade se estende tanto ao caso de gestão pública, quanto de gestão privada.

As características que destacam o Plano de Gestão elaborado em parceria com o projeto Viva o Verde SP do ONU-Habitat contempla, ainda, algumas inovações. Entre essas, estão a coleta de contribuições transversais no processo de elaboração do conteúdo, a perspectiva de gênero e de outros grupos vulnerabilizados (identificados a partir de cada realidade territorial), bem como o estudo de instrumentos de monitoramento e controle.

Assim, as suas diretrizes devem ser observadas independentemente de sua gestão ser diretamente através do Poder Público ou outra entidade. Tem-se, portanto, uma ampla matriz de diretrizes, responsabilidades e desejos coletivos de futuro que devem ser seguidos por todos envolvidos em sua governança, conforme as suas atribuições.

3.1. Metodologia

Durante a elaboração do Plano de Gestão, foi realizada pesquisa sobre as metodologias¹ já discutidas, implementadas e publicadas por organizações, técnicos e instituições do município, bem como pelo próprio ONU-Habitat.

A partir de uma definição aliada ao ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis e ao ODS 5, Igualdade de Gênero, o Plano de Gestão aporta dois instrumentos principais para guiar o planejamento do seu processo de formulação: O "Guía de Intervenciones en espacios públicos" (Guia de intervenções em espaços públicos), elaborado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF (ALEGRE et al, 2022) e o "Her City" (Cidade Dela) (ONU-HABITAT, 2022), um guia para incorporar a participação das mulheres no planejamento urbano, do ONU-Habitat.

Adotou-se uma caixa de ferramentas utilizadas pelo Guia de intervenções em espaços públicos, supracitado. Nela encontramos um processo que se define por "Evaluación inicial" (Avaliação inicial ou Diagnóstico), "Planificación y Diseño" (Planejamento e Desenho), "Evaluación final" (Avaliação final), "Gestión y mantenimiento" (Gestão e manutenção ou monitoramento) (ALEGRE et al, 2022). A saber e a seguir, as descrições das respectivas fases em português:

Avaliação inicial ou Diagnóstico: analisar corretamente o espaço público, para entender as suas dinâmicas e necessidades, é fundamental para o desenvolvimento de propostas condizentes com o contexto.

¹ Entende-se por metodologia "o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (experiência, capacidade crítica e sensibilidade). [...] A metodologia é muito mais do que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade" (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2007).

Planejamento e Desenho: o planejamento e o desenho da proposta devem ser uma nítida resposta aos resultados do diagnóstico, sendo coerentes com os objetivos tratados no início do projeto.

Avaliação final: tão importante como a avaliação inicial, a essa fase cabe analisar os resultados e impactos do projeto urbano e permitirá planejar e melhorar adequadamente os processos no futuro.

Gestão e Manutenção: A sustentabilidade é um elemento-chave para o planejamento do processo. Informações como aqueles que ficaram responsáveis e como operacionalizaram as suas atividades são importantes que estejam descritas para maior êxito do projeto urbano.

Como sinalizado anteriormente, este Plano carrega referências de modelos de planos anteriores e o seu fazer em si já enseja um processo pedagógico e de participação social. Com isso, para desenhar mais um caminho para a elaboração de documentos como esse, não basta expor o seu resultado, mas, em vez disso, contar, de bloco em bloco, como foi o seu processo.

3.1.1. Base teórica do Processo Participativo

O entendimento de Milton Santos (1996) sobre território, especialmente através do conceito de "território vivido", e a visão de Paulo Freire (2011) sobre aprender no e com o mundo se entrelaçam de maneira significativa, destacando a importância da interação entre o indivíduo e seu ambiente para uma aprendizagem crítica e cidadã, que caminha com diferentes maneiras de ler o mundo.

Para Milton Santos (1996), o território vivido é mais do que uma mera delimitação geográfica; é um espaço carregado de significados e vivências humanas. Ele enfatiza a importância das experiências e práticas cotidianas das pessoas no território para compreender a sua dinâmica e complexidade. Esse conceito destaca

a interconexão entre as dimensões físicas, sociais, culturais e econômicas do espaço, reconhecendo que o território é moldado e reconfigurado pelas interações humanas ao longo do tempo.

Por outro lado, a visão de Paulo Freire (2011) defende a experiência prática e a reflexão crítica como bases para o conhecimento. Ele propõe uma pedagogia centrada na vivência da pessoa e na compreensão contextualizada da realidade em que está inserida. Freire acredita que o diálogo e a problematização das questões do cotidiano são essenciais para promover uma aprendizagem significativa e emancipadora.

Ao cruzar esses dois pensamentos, percebe-se que ambos reconhecem e valorizam as experiências, como a da elaboração dos planos municipais, que promove vivências entre diferentes sujeitos em seu contexto territorial. Trata-se de uma aprendizagem que circula não apenas através de livros e teorias, mas também por meio das interações com outras pessoas na educação não formal ou informal, em arenas públicas participativas, com o espaço físico e social ao nosso redor (LIMA, 2021).

Igualmente neste trabalho que desdobrou em um importante instrumento de gestão territorial participativa, o território vivido torna-se, assim, um espaço de aprendizado rico em possibilidades de reflexão, diálogo e ação transformadora.

Nesse sentido, a educação deve ser concebida como um processo contínuo de interação entre teoria e prática, entre conhecimento acadêmico e experiência vivida. Aprender no e com o mundo, como Paulo Freire coloca, significa estar aberto para explorar e compreender as múltiplas dimensões do território, reconhecendo suas complexidades e desafios, mas também suas potencialidades e oportunidades de transformação. É através desse encontro entre teoria e prática, entre território vivido e aprendizado contextualizado, que podemos construir uma compreensão mais profunda e significativa da realidade em que estamos inseridos para buscar incidir nela.

3.1.2. Base operacional do Processo Participativo

O processo participativo não se delimita apenas à etapa das oficinas ou de interação direta com o público, mas todo o ciclo do projeto a partir do seu desenho e concepção. Desde as primeiras interlocuções com multiplicadores, atores estratégicos ou público difuso, passando por essas contribuições conduzidas via oficinas, até a avaliação e validação ampliada das diretrizes (advindas da equipe técnica e da sociedade civil) inclusas no plano.

A depender do tempo disposto, algumas atividades interceptam outras mesmo estando em métodos diferentes de execução. Da mesma forma, a partir das premissas postas, tornou-se indispensável a tessitura da participação social de forma integrada à elaboração técnica durante todo o percurso.

Durante o processo, elencou-se cinco arenas de participação, sendo elas:

1. Metodologia geral dos Planos de Gestão com instituições científicas e acadêmicas, órgãos públicos, entidades privadas e da sociedade civil;
2. Acompanhamento do projeto e proposição de metodologias de participação social com Conselhos Gestores, CADES Regionais ou Conselhos Participativos;
3. Oficinas de elaboração dos Planos de Gestão abertas ao público e oficinas específicas com crianças e adolescentes;
4. Consulta pública para devolutiva do processo de participação social e apresentação de resultados; e
5. Grupo de Referência composto por coletivos, movimentos e entidades da sociedade civil para acompanhar os processos e resultados do Viva o Verde SP.

Compõem a metodologia deste Plano de Gestão, também, reuniões regulares com o Grupo de Referência² (GR), com atores estratégicos já envolvidos na elaboração de planos municipais em São Paulo e com munícipes que se candidataram a acompanhar mais de perto a formatação da metodologia de participação social.

² O Grupo de Referência é um grupo composto por integrantes representantes de articulações, movimentos, coletivos, empresas ou projetos com atuação na cidade de São Paulo e em temas que confere a discussão sobre espaços públicos, espaços de lazer, direito à cidade.

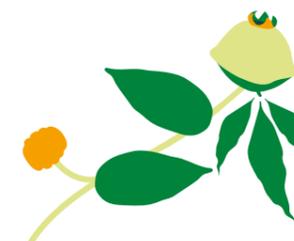
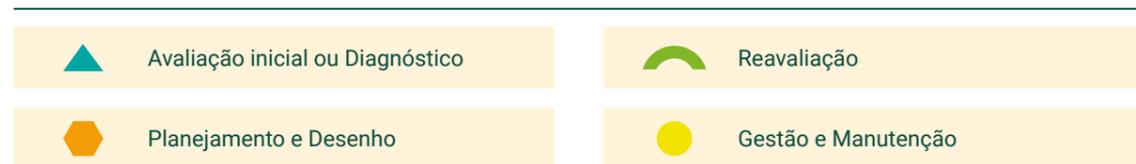


Tabela 1 - Atividades participativas nas etapas do Plano de Gestão



DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

Como vetor central, buscou-se fomentar a discussão para 1) a definição de estrutura (ou sumário) do plano de gestão de maneira comparativa a outras gestões de parques de diferentes países e no estado e município de São Paulo; 2) as definições conceituais, de princípios e objetivos dos planos de gestão; 3) a coleta de informações secundárias, no diagnóstico preliminar dos oito parques abrangidos pelo Projeto Viva o Verde SP, na criação de matriz de contribuições para a transversalização da participação social.

Adicionalmente, coube os trabalhos de campo como investigação e caracterização dos parques; o mapeamento das partes interessadas e de atores estratégicos, a participação dos grupos de interesse (CADES, Conselhos Gestores de Parque, Grupo de Referência) para apresentação da equipe e do projeto.

DIRETRIZES E METODOLOGIA DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS

Nessa etapa (ou bloco), foram realizadas visitas mais direcionadas nos oito parques. Somado a isso, foram realizadas reuniões específicas com cada uma das áreas competentes da SVMA e Prefeitura da Cidade de São Paulo, estudo aprofundado e análise das informações levantadas sobre os parques.

Ao final, elaborou-se propostas preliminares para as diretrizes técnicas e algumas indicações metodológicas para o processo participativo com o Conselho Gestor do Parque – ou, na sua falta, o CADES ou Conselho Participativo da região que abrange o parque.

O resultado desse bloco é, portanto, a delimitação e divulgação das oficinas participativas, além da definição das diretrizes de cada parque.

OFICINAS PARTICIPATIVAS

A partir de uma ampla discussão sobre os métodos, técnicas e ferramentas, estabelecemos uma agenda de oficinas territorializadas, distribuímos a equipe e coletamos contribuições da sociedade civil. Para conhecer melhor a metodologia aplicada nas oficinas, ver o 3anexo do processo participativo que acompanha este documento.

PÓS OFICINAS

As atividades dessa etapa envolveram o estudo de viabilidade das propostas elencadas e sua sistematização, a organização e divulgação das consultas públicas através da plataforma “Participe +”, a realização de reuniões devolutivas sobre as oficinas participativas para os Conselhos e CADES, além da sistematização e compilação dos planos. Também foram realizadas consultas públicas presenciais e online.

4. Parque Fazenda da Juta: Informações gerais

O Parque Fazenda da Juta, com 66.194 m², originase da mobilização da população de Sapopemba pela criação da área verde, desde a primeira década dos anos 2000, e da Lei Municipal nº 16.683/2017, aprovada na Câmara Municipal de Vereadores, que possibilitou a sua criação.³ O parque apresenta área de remanescentes de Mata Atlântica e Área de Preservação Permanente (APP) de nascentes e cursos d’água, que se direcionam ao Ribeirão do Oratório, importante corpo hídrico que marca o limite de parte do município de São Paulo.

Considerando a vulnerabilidade socioambiental da região em que está inserido, a presença de

remanescentes importantes de Mata Atlântica em seu interior, a fragilidade de sua geomorfologia e à presença de nascentes de cursos d’água, o parque deve ter suas atividades voltadas à preservação e recuperação dos recursos geoambientais e hídricos, ao lazer de baixo impacto ambiental e à educação ambiental.

As palavras levantadas na oficina de participação social como resposta à questão “Qual é a importância desse parque para você?” ajudaram a destacar e reforçar a vocação proposta para o parque. Termos como “segurança”, “saúde”, “lazer”, “espaço verde”, “sonho realizado”, entre outros, foram citados com frequência, evidenciando a importância de alinhar as atividades do parque com essas aspirações e valores.

³ Para conhecer a Lei Municipal, acessar: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/blog/lei-aprovada-na-camara-criou-parque-fazenda-da-juta> (Acesso em jan. de 2024).

Tabela 2 - Ficha introdutória do parque

Nome do parque	Parque Fazenda da Juta
Área total	66.194 m²
Previsão de inauguração	2024
Classificação junto à SVMA	Urbano
Endereço	Rua Capachós, s/n, Sapopemba, São Paulo - SP, CEP 03928-180
Horário de funcionamento	Todos os dias, das 6:00 às 18:00
Distrito	Sapopemba
Zona	Leste
Subprefeitura	Sapopemba

5. Contexto Urbano

O Parque Fazenda da Juta está localizado na Subprefeitura de Sapopemba, Zona Leste de São Paulo. Para fins de análise do contexto urbano em que está inserido, utilizou-se o raio de 1km a partir de um dos principais portões do parque.⁴ Tal caracterização envolve os usos do solo e do espaço urbano, bem como os tipos

de zoneamentos correspondentes, os aspectos físicos e socioeconômicos do território, a disposição dos equipamentos públicos na área e o acesso ao parque por transporte público.

O objetivo final é o de construir um diagnóstico do entorno do parque, a fim de pensá-lo como equipamento urbano, vislumbrando, portanto, suas relações existentes e potenciais com a área da cidade em que está inserido.

⁴ Foi estabelecido o acesso principal do parque como ponto central do raio verificado, uma vez que o índice de 1km de raio já é utilizado de forma padrão pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA).

Figura 2 - Localização do Parque Fazenda da Juta no município de São Paulo



Elaboração: Adriana Quedas / ONU-Habitat Brasil

Mapa 1 - Limites do Parque Fazenda da Juta



<p>Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque</p>	<p>PARQUE FAZENDA DA JUTA</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Entrada do parque — Logradouro — Curso d'água <p>Parque</p> <ul style="list-style-type: none"> Em obras Fase futura de implementação 		<p>LIMITES</p>
	<p>Fontes: Limite do parque (PDE, 2023). Logradouro (geosampa, 2023). Drenagem (Geosampa, 2024). Entrada do parque (ONU-Habitat, 2024). Imagem de satélite (BING, 2024).</p> <p>0 100 200 m</p> <p>Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000 Projeção: UTM, Fuso: 23S</p>		<p>Projeto</p> <p>Instituições responsáveis</p> <p>Data: 11/2024 Escala: 1:3.500 Elaboração: ONU-Habitat</p>

Fonte: ONU-Habitat, 2024

5.1. Ocupação e Uso do Solo

A região configura-se por um uso do solo predominantemente residencial⁵ vertical e horizontal de baixo padrão (Mapa 2), com outras áreas sem predominância de usos, ou seja, usos mistos. Note-se que o parque se localiza próximo à divisa com os municípios de Mauá e Santo André.

⁵ Segundo o Geosampa, Camada Uso do Solo Predominante Fiscal se caracteriza por um "Tipo de uso do solo predominante (maior ou igual a 60%) por quadra fiscal. Com a finalidade de análise do espaço urbano, a Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPA), hoje Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) estabeleceu uma metodologia de agregação resultante do cruzamento entre os valores "uso" e "padrão" atribuídos pelo Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM), para cada imóvel cadastrado". Como é uma camada de predominância de uso baseada em cadastro fiscal, agregações feitas podem suprimir usos importantes não fiscais, agregando-os em outros usos.

Os setores leste, sul e norte lindeiros ao parque têm como uso predominante conjuntos habitacionais populares, construídos em sua maioria no sistema de mutirão realizados pela Prefeitura na década de 1990. Já a oeste e extremo norte, após a Avenida Sapopemba, predominam loteamentos irregulares com renda familiar de até 6 salários-mínimos (Mapa 3), sobrepostos a uma favela que existe colada ao limite do parque, a oeste.

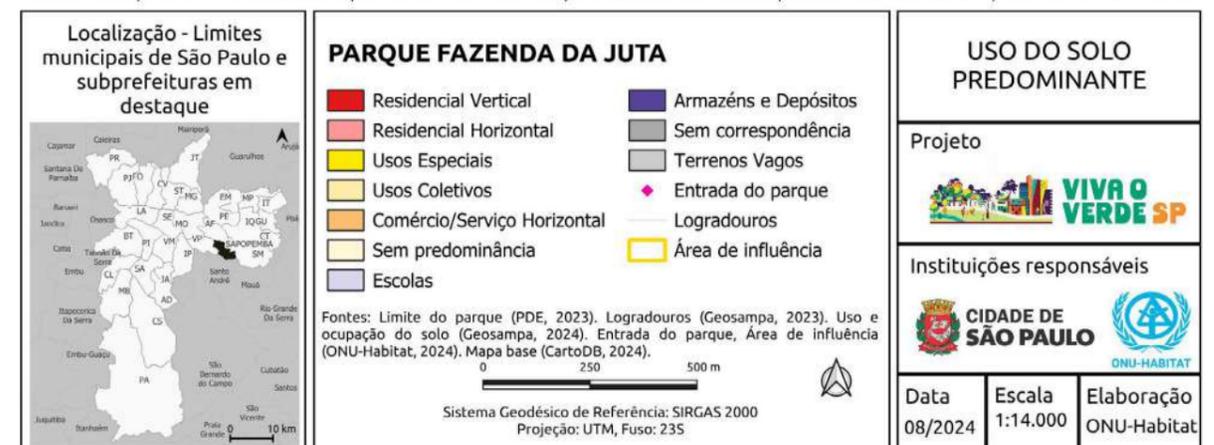
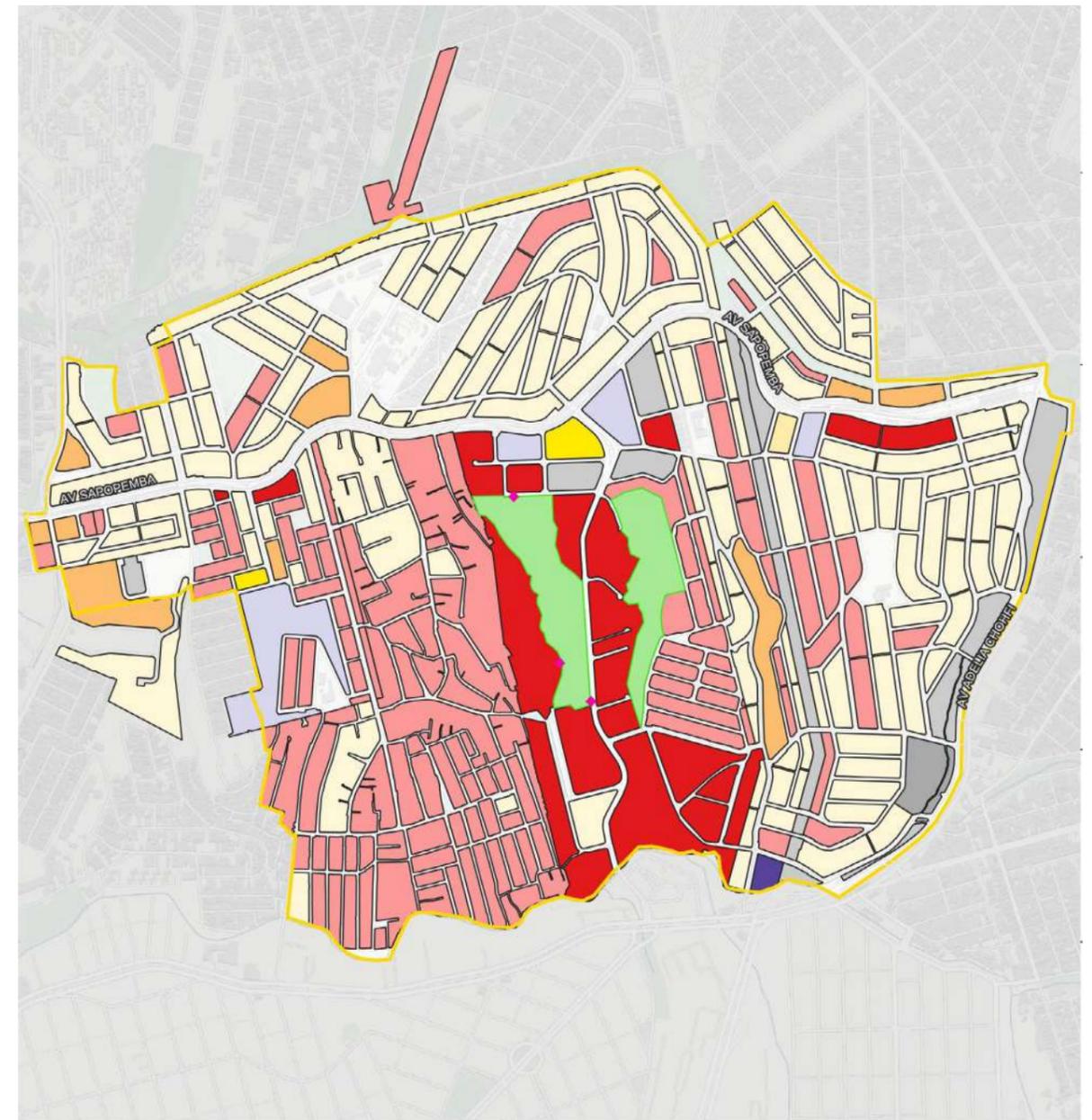
A predominância de usos de baixo padrão, em sua maioria compostos por loteamentos e ocupações irregulares com saneamento precário (Figura 3), já indica a complexidade da estrutura urbana do entorno do Parque Fazenda da Juta. Estes usos impõem desafios complexos para a delimitação e implantação do Parque Fazenda da Juta, como remoções, reassentamentos e problemas sanitários, como lixo, entulho e esgoto sem tratamento que são despejados na área do parque.

Figura 3 - Ocupações irregulares e favelas nas bordas e entornos do Parque Fazenda da Juta (dezembro/2023)



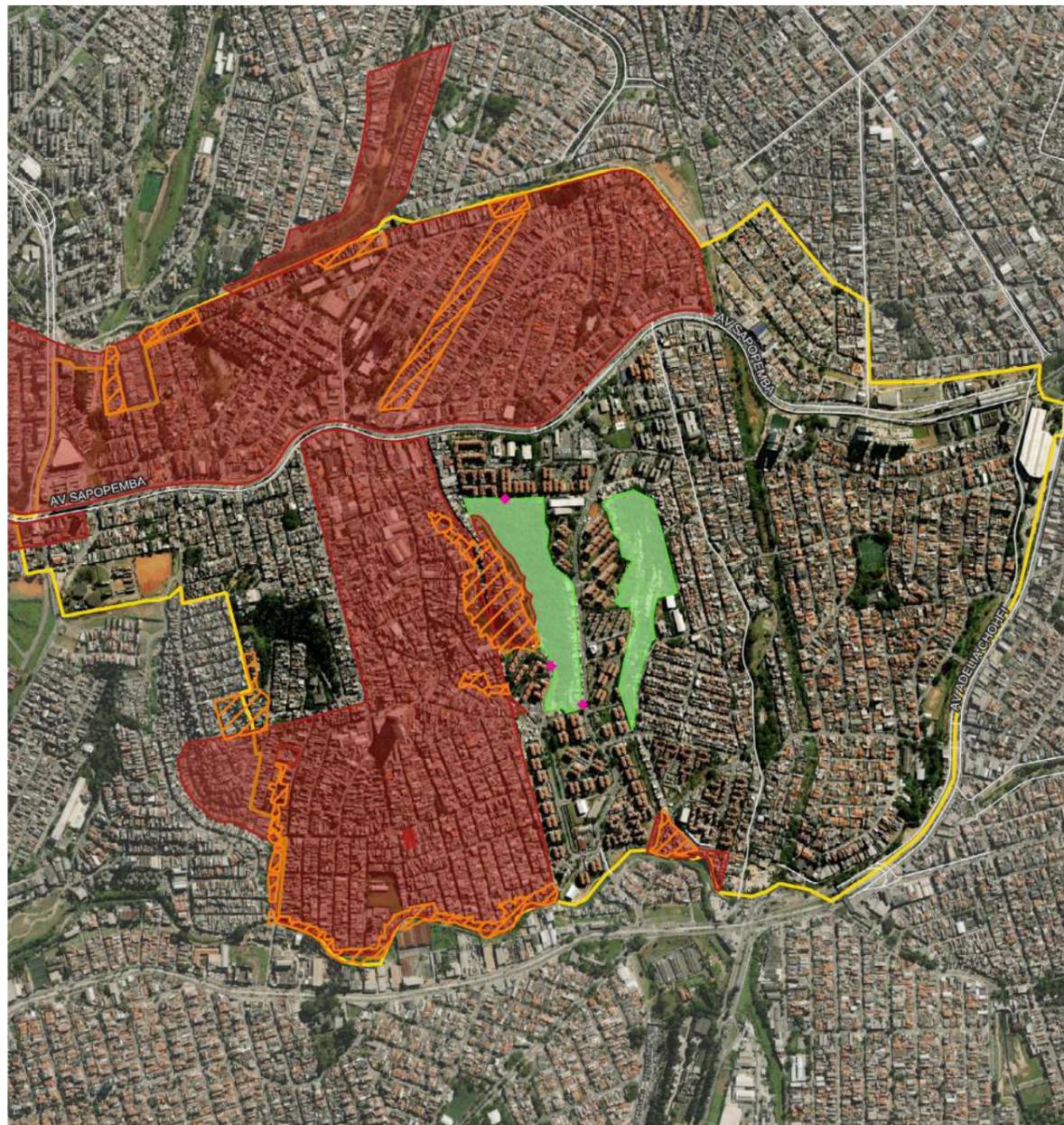
Fonte: Adriana Quedas / ONU-Habitat Brasil

Mapa 2 - Uso do Solo Predominante



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Mapa 3 - Cortiços, favelas e loteamentos irregulares



Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque

PARQUE FAZENDA DA JUTA

- Favelas
- Loteamentos irregulares
- ◆ Entrada do parque
- Logradouros
- Limites do parque
- Área de influência

Fontes: Limite do parque (PDE, 2023). Cortiço, Loteamentos irregulares (Geosampa, 2014). Favelas, Núcleos (Geosampa, 2016). Logradouros (Geosampa, 2023). Entrada do parque, Área de influência (ONU-Habitat, 2024). Mapa satélite (BING, 2024).

0 250 500 m

Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Projeção: UTM, Fusos: 23S

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E INFORMAIS

Projeto

Instituições responsáveis

Data	Escala	Elaboração
08/2024	1:14.000	ONU-Habitat

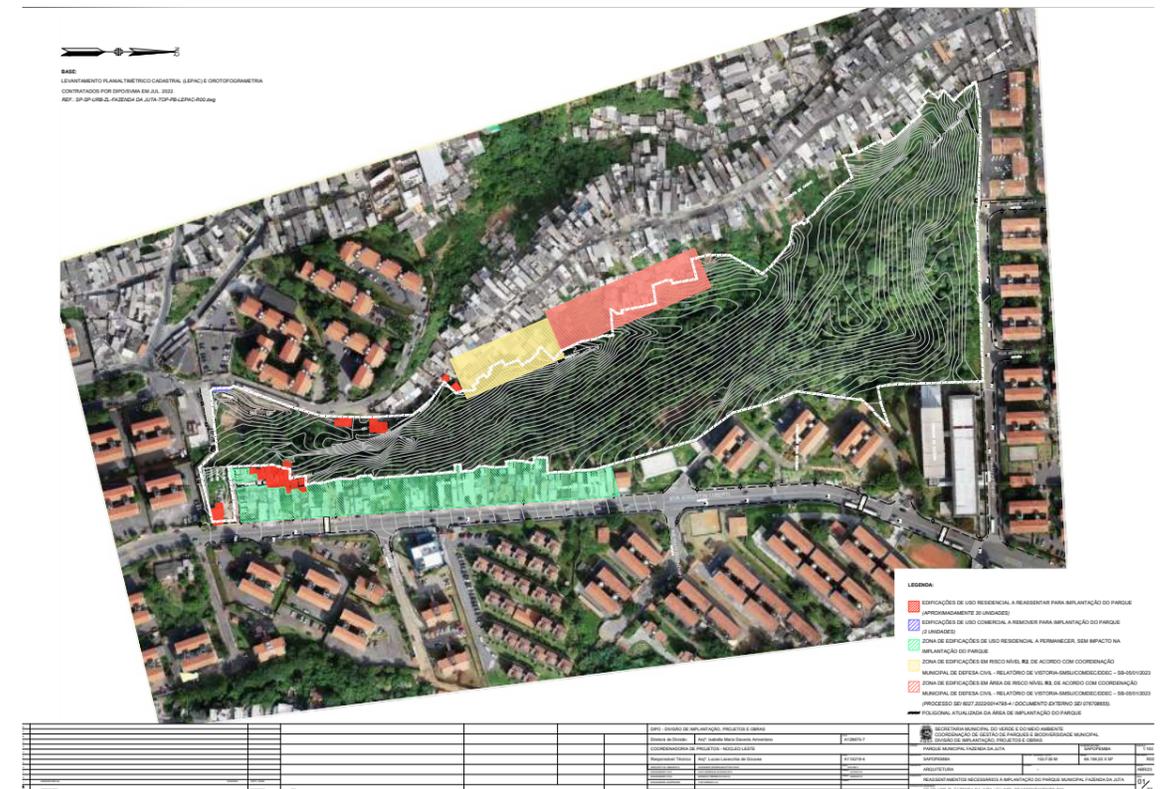
Fonte: ONU-Habitat, 2024

A Figura 4, retirada do Relatório Técnico da Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias/Secretaria de Governo Municipal, 2023 (SEPEP/SGM) apresenta os reassentamentos necessários para a implantação do Parque Fazenda da Juta, bem como as indicações de

ocupações em áreas de risco R2 e R3⁶ que também deveriam ser removidas. Foram removidas 30 edificações de uso residencial e duas de uso comercial, e ainda se estuda a necessidade de mais remoções. A remediação das áreas de risco indicadas pela Defesa Civil também é urgente.

⁶ "Os setores de risco são classificados como risco baixo (R1), risco médio (R2), risco alto (R3) e risco muito alto (R4)." (SÃO PAULO, 2023).

Figura 4 - Reassentamentos necessários para implantação do Parque Fazenda da Juta



Fonte: DIPO / SVMA

Além dos usos residenciais, na borda nordeste do parque encontra-se a Fábrica de Cultura de Sapopemba, um equipamento cultural público de relevância.

Com relação ao Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei Municipal nº 17.975/2023), o Parque Fazenda da Juta se localiza na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana e na Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana, caracterizada por se localizar na periferia da área urbanizada do território municipal e

pela existência de elevados índices de vulnerabilidade social, baixos índices de desenvolvimento humano e é ocupada por população predominantemente de baixa renda que vive em assentamentos precários e irregulares, que apresentam precariedades territoriais, irregularidades fundiárias, riscos geológicos e de inundação e déficits na oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas (SÃO PAULO, 2014).

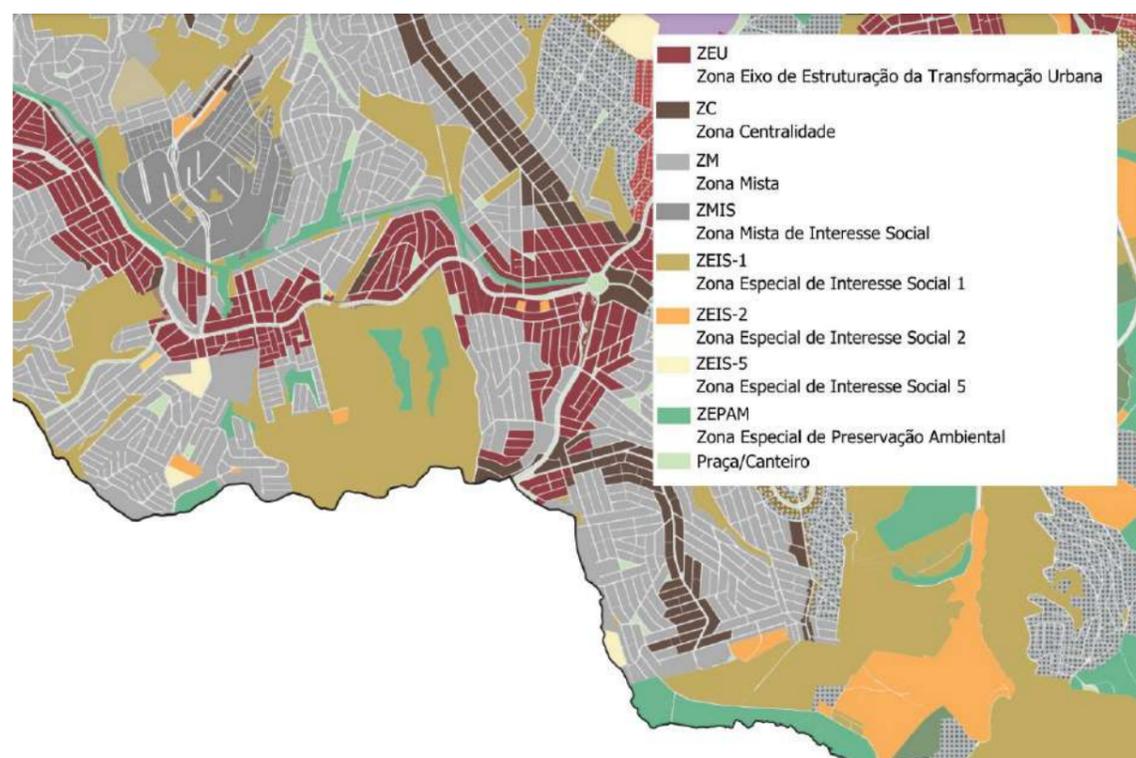
A Figura 5 mostra as Zonas da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei nº 16.402/2016, revisado na Lei nº 18.177/2024) no entorno do Parque Fazenda da Juta.⁷ O parque está inserido em uma ZEIS-1 e próximo a uma ZEIS-2. A leste, oeste e parte da área ao norte encontram-se Zona Mista (ZM), e também ao norte e a mais à leste, Zona Eixo de Estruturação Urbana (ZEU).

Abaixo seguem as definições de uso e ocupação para as zonas acima citadas:

- **Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU):** porções do território em que se pretende promover usos residenciais e não residenciais com densidades demográfica e construtiva altas e promover a qualificação paisagística e dos espaços públicos de modo articulado ao sistema de transporte público coletivo;
- **Zona Mista (ZM):** porção do território em que se pretende promover usos residenciais e não residenciais, com predominância de

⁷ Ressalta-se que ao sul do parque encontra-se a divisa do Município de São Paulo com os municípios de Santo André e Mauá, e que as diretrizes que os Planos Diretores e Leis de Parcelamento, Uso e Ocupação também poderão gerar algum impacto no parque e seu entorno.

Figura 5 - Zoneamento e ZEIS no entorno do Parque Fazenda da Juta



Fonte: Geosampa, 2024, adaptado por Adriana Quedas / ONU-Habitat Brasil

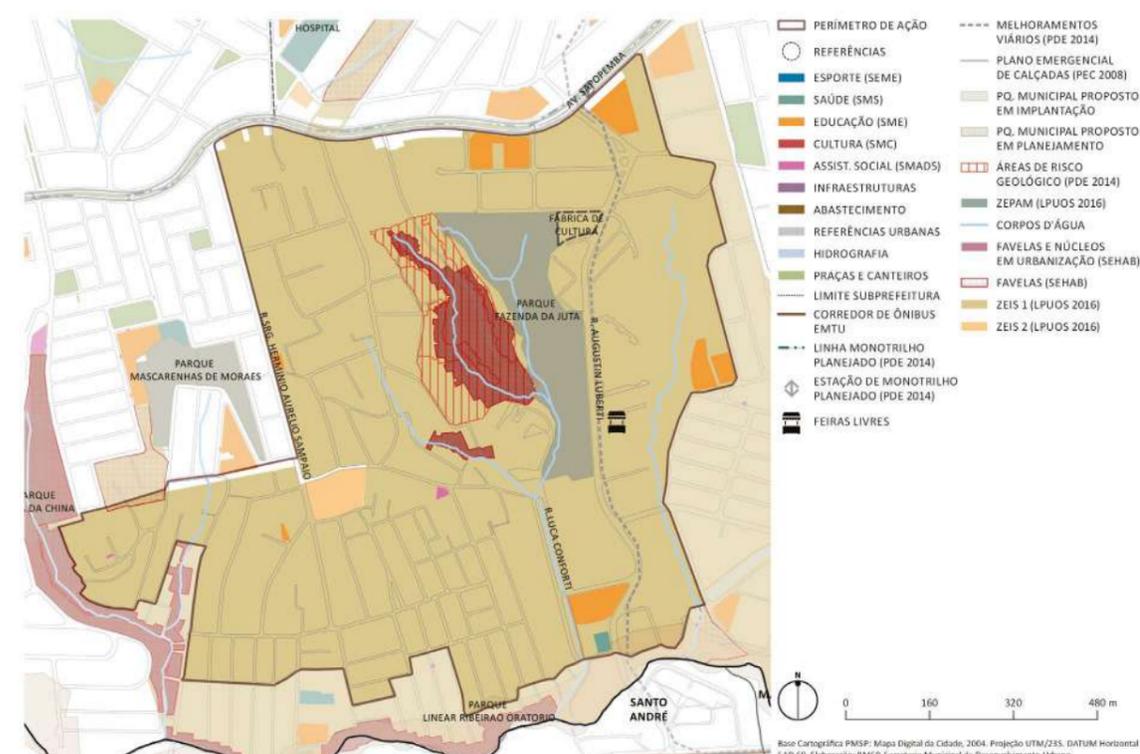
uso residencial, com densidades construtiva e demográfica baixas e médias. A principal característica é viabilizar a diversificação de usos, sendo uma zona em que se pretende mais a preservação da morfologia urbana existente e acomodação de novos usos, do que a intensa transformação;

- **Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS):** são porções do território destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população da baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas Habitações de Interesse Social (HIS) e Habitações de Mercado Popular (HMP) a serem dotadas de equipamentos sociais, infraestruturas, áreas verdes e comércio e serviços locais, situadas na zona urbana. Na ZEIS 1, os espaços têm como principal característica a presença de favelas e comunidades urbanas, loteamentos irregulares e empreendimentos de HIS, onde o poder público tem interesse em manter a população e promover a regularização

fundiária e urbanística, recuperação ambiental e produção de habitação de interesse social. Já na ZEIS 2 ocorrem glebas ou lotes não edificados ou subutilizados, adequados à urbanização e onde há interesse público ou privado em produzir empreendimentos de HIS.

O Plano Regional da Subprefeitura de Sapopemba (PMSF, 2014), inclui a região do Parque Fazenda da Juta em seu Perímetro de Ação 307 (Figura 6). Na figura é possível observar que o setor a oeste do parque, onde se insere a favela, é considerada área de risco geológico. Nos trabalhos de campo observou-se que a ausência de saneamento básico adequado fez com que estas áreas de risco se estendessem para o interior do parque (Figura 7), com a comunidade criando ranchos, desmatando e despejando esgoto, lixo e entulho na mata que fica atrás de suas residências, que possui grande declividade e que agora está sujeita a movimentos de massa, graças à instabilidade do substrato e ao peso dos resíduos sobre o solo exposto, com áreas já apresentando sulcos e ravinas (Figura 8).

Figura 6 - Área do Parque Fazenda da Juta incluída no Perímetro de Ação 307 – Fazenda da Juta, do Plano Regional de Sapopemba



Fonte: Plano Regional da Subprefeitura de Sapopemba, 2014

Figura 7 - Despejo de esgoto dentro do parque, na trilha e diretamente na área florestada



Fonte: Adriana Quedas / ONU-Habitat Brasil, 2024

Figura 8 - Locais de alta declividade e solo exposto, com muito entulho e sujeitos à erosão e movimentos de massa, já apresentando sulcos e ravina



Fonte: Adriana Quedas / ONU-Habitat Brasil, 2024

5.2. Estrutura socioeconômica

Para a análise das características socioeconômicas do entorno do parque foram utilizados os dados de Densidade Demográfica do Censo 2010⁸ e os dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS),⁹ também de 2010.

A região em que se localiza o parque apresenta densidade demográfica heterogênea. O predomínio é de setores com densidade populacional média e

⁸ Até o momento da realização deste trabalho não foram obtidos dados mais recentes agregados por setores censitários e que permitam uma análise detalhada na escala local.

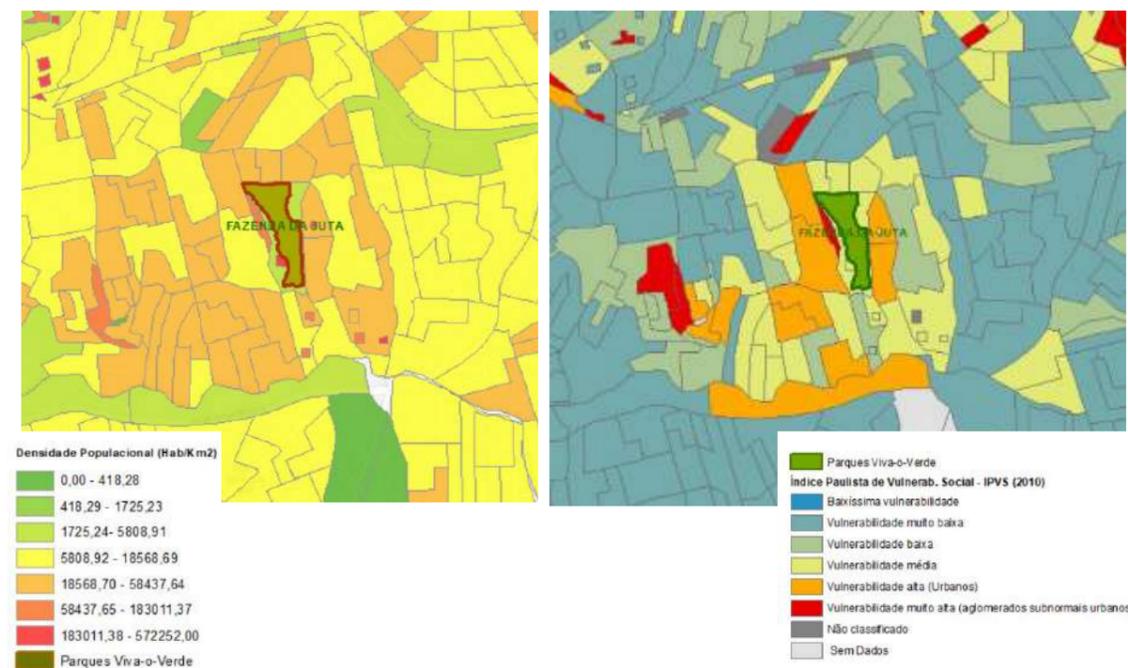
⁹ Índice elaborado pela Fundação SEADE cuja finalidade é oferecer ao gestor público e a sociedade em geral uma visão mais detalhada das condições de vida no interior do município, com a identificação e a localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza.

média alta (entre 5.808,92 e 58.437,64 hab/km²), com setores nas bordas do parque apresentando densidade muito baixa (menos de 418,28 hab/km²) e muito alta (acima de 183.011,38 hab/km²) (Figura 9).

Com relação à vulnerabilidade social (IPVS), no entorno imediato ao parque predominam setores de vulnerabilidade de média a muito alta, que correspondem aos aglomerados subnormais urbanos,¹⁰ conforme dados e nomenclatura do Censo 2010, e, à medida que se distancia de suas bordas, a vulnerabilidade decai, predominando setores de vulnerabilidade baixa, com alguns enclaves de muito alta (subnormais).

¹⁰ Quando a análise foi feita estavam disponíveis apenas os dados demográficos do Censo 2010. No Censo 2022 o IBGE substituiu a denominação dos "Aglomerados Subnormais", adotada pelo instituto em seus censos e pesquisas desde 1991, por "Favelas e Comunidades Urbanas".

Figura 9 - Densidade Demográfica e Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, ambos de 2010



Elaboração: Adriana Quedas/ONU-Habitat. Fonte: IBGE/Censo 2010.

5.3. Eixos viários e Mobilidade

O Parque Fazenda da Juta encontra-se ao sul de uma via arterial importante na Zona Leste da cidade e ao lado esquerdo de uma via coletora: a Avenida Sapopemba - uma extensão da Avenida Luis Inácio de Anhaia Melo, que conecta a Zona Leste às regiões Sul e Centro da cidade de São Paulo - e a Rua Augustin Luberti. Tal conformação viária facilita o acesso tanto via automóvel como por transporte coletivo sobre rodas, já que existe uma faixa exclusiva de ônibus na Avenida Sapopemba e ambas as vias apresentam pontos

de ônibus nas proximidades e várias linhas servindo o local, além do Terminal Sapopemba, localizado a aproximadamente 1km do parque. Há também uma ciclovia que segue pela Avenida Sapopemba e segue até o Terminal, e quatro bicicletários e paraciclos no raio de 1km do parque.

Com relação a transporte sobre trilhos, há uma estação de metrô bem próxima ao parque, a Fazenda da Juta, da Linha 15 – Prata; e uma linha de Monotrilho que liga a Linha 2 - Verde, por meio da estação Vila Prudente, do centro-sul ao extremo leste da Capital. Os bicicletários e ciclovias existentes conectam as estações de monotrilho desta linha.



Mapa 4 - Sistema viário no entorno do parque e identificação do sistema cicloviário



<p>Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque</p>	<p>PARQUE FAZENDA DA JUTA</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Entrada do parque — Logradouros ▭ Limites do parque ▭ Área de influência — Ciclofaixa — Ciclovia 🚲 Bicicletário 🚲 Paraciclo <p>Fontes: Limite do parque (PDE, 2023). Equipamentos internos identificados (ONU-Habitat, 2024). Logradouros, Curso d'água (Geosampa, 2023). Imagem de satélite (BING, 2024).</p> <p>0 250 500 m</p> <p>Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000 Projeção: UTM, Fuso: 23S</p>	<p>MODAIS DE TRANSPORTE: BICICLETAS</p> <p>Projeto</p> <p>Instituições responsáveis</p> <table border="1"> <tr> <td>Data</td> <td>Escala</td> <td>Elaboração</td> </tr> <tr> <td>09/2024</td> <td>1:14.000</td> <td>ONU-Habitat</td> </tr> </table>	Data	Escala	Elaboração	09/2024	1:14.000	ONU-Habitat
Data	Escala	Elaboração						
09/2024	1:14.000	ONU-Habitat						

Fonte: ONU-Habitat, 2024

6. Território-Parque

O Território-Parque é uma unidade de cogestão e planejamento territorial em escala local delimitada pela área de influência¹¹ do Parque Fazenda da Juta que estabelece um perímetro de atuação e priorização de uma agenda comum de parcerias, atividades, ações e intervenções entre comunidades, conselhos, agentes e equipamentos públicos próximos ao parque, articulados por meio de uma rede socioambiental.¹²

Com isso, busca-se promover uma esfera de articulação pública, entre diferentes instâncias da sociedade, que possa, ao mesmo tempo, promover ações de prevenção aos principais desafios relacionados aos territórios de entorno imediato e próximo do parque e, também, potencializar oportunidades vinculadas ao seu espaço urbano ampliado, com o qual ele se correlaciona diretamente ou indiretamente.

11 As Áreas de Influência dos parques foram definidas com base na mobilidade ativa do pedestre e a partir de um critério temporal. Dessa forma, foi calculado um raio sobre a malha viária delimitando o território atendido em uma caminhada de até 15 minutos entre um acesso do parque e suas ruas adjacentes. A área resultante é entendida como adequada para que as pessoas se sintam estimuladas a frequentar o parque mais próximo, seja de sua residência ou trabalho. Para o cálculo, foi considerado o tempo de caminhada de, no máximo, 15 minutos para pessoas adultas sem restrições de mobilidade, considerando variações de velocidade conforme declividade do terreno. Adicionou-se a isso a abrangência territorial de 15 minutos de caminhada para crianças e idosos, bem como para pessoas com restrições de mobilidade, visto que são grupos com deslocamentos mais lentos.

12 Para a articulação de Rede Socioambiental vinculada ao Território-Parque, recomenda-se a criação de uma Portaria Intersecretarial, no âmbito da Prefeitura da Cidade de São Paulo, que estabeleça a formalização desta instância de cogestão e planejamento entre os diferentes equipamentos delimitados pela área de influência do parque, articulando, assim, sob a participação direta da gestão e do conselho gestor do parque, diferentes secretarias municipais presentes em tal território.

6.1. Caracterização do Território-Parque

O perímetro de atuação do Território-Parque do Parque Fazenda da Juta e os principais equipamentos públicos municipais ali relacionados, estão definidos, mapeados e destacados no Mapa 7. Na sequência, podem ser verificados separadamente o mapeamento dos diferentes equipamentos públicos deste território nos Mapas 8, 9, 10, 11 e 12.



Mapa 7 - Mapeamento dos equipamentos públicos do Território-Parque



<p>Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque</p>	<p>PARQUE FAZENDA DA JUTA</p> <p>Informações Gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Entrada do parque — Logradouros ▭ Limites do parque ▭ Área de influência <p>Equipamentos Públicos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Assistência Social ● Culturais ● Educacionais ● Esportivos ● Saúde ● Segurança <p>Fontes: Limite do parque (PDE, 2023). Equipamentos internos identificados (ONU-Habitat, 2024). Logradouros, Curso d'água (Geosampa, 2023). Imagem de satélite (BING, 2024).</p> <p>0 250 500 m</p> <p>Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000 Projeção: UTM, Fuso: 23S</p>	<p>EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DO TERRITÓRIO-PARQUE</p> <p>Projeto</p> <p>Instituições responsáveis</p> <p>Data: 08/2024 Escala: 1:14.000 Elaboração: ONU-Habitat</p>
--	--	--

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Mapa 8 - Equipamentos de Assistência Social do Território-Parque



<p>Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque</p>	<p>PARQUE FAZENDA DA JUTA</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Entrada do parque — Logradouros □ Área de influência ● CA Adultos Sit. Rua I/II ● CEDESP ● CCA ● NAISPD (I/II/III) ● SASF ● CCA / CEDESP/ CDI <p>Fontes: Limite do parque (SVMA, 2023). Equipamentos de Assistência Social, Logradouros (Geosampa, 2023). Entrada do parque, Área de influência (ONU-Habitat, 2024). Imagem de satélite (BING, 2024).</p> <p>0 250 500 m</p> <p>Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000 Projeção: UTM, Fuso: 23S</p>	<p>EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</p> <p>Projeto</p> <p>Instituições responsáveis</p> <table border="1"> <tr> <td>Data</td> <td>Escala</td> <td>Elaboração</td> </tr> <tr> <td>06/2024</td> <td>1:14.000</td> <td>ONU-Habitat</td> </tr> </table>	Data	Escala	Elaboração	06/2024	1:14.000	ONU-Habitat
	Data	Escala	Elaboração					
06/2024	1:14.000	ONU-Habitat						

Fonte: ONU-Habitat, 2024

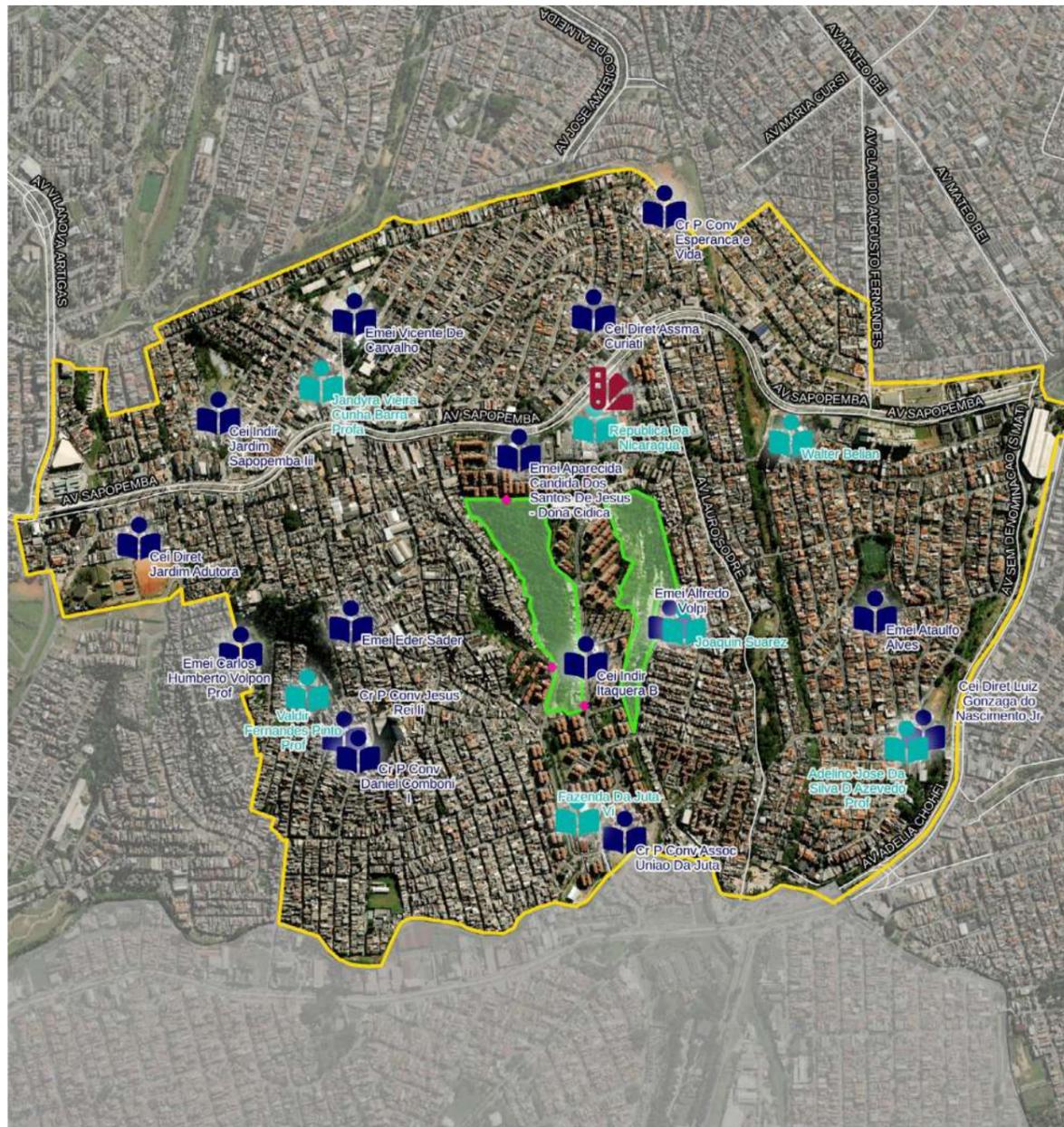
Mapa 9 - Equipamentos Culturais do Território-Parque



<p>Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque</p>	<p>PARQUE FAZENDA DA JUTA</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Entrada do parque — Logradouros □ Área de influência ● Teatro/Cinema/Show ● Museu ● Espaço cultural ● Biblioteca <p>Fontes: Limite do parque (SVMA, 2023). Teatro/cinema/show, Museu, Espaço cultural, Biblioteca, Logradouros (Geosampa, 2023). Entrada do parque, Área de influência (ONU-Habitat, 2024). Imagem de satélite (BING, 2024).</p> <p>0 250 500 m</p> <p>Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000 Projeção: UTM, Fuso: 23S</p>	<p>EQUIPAMENTOS CULTURAIS</p> <p>Projeto</p> <p>Instituições responsáveis</p> <table border="1"> <tr> <td>Data</td> <td>Escala</td> <td>Elaboração</td> </tr> <tr> <td>05/2024</td> <td>1:14.000</td> <td>ONU-Habitat</td> </tr> </table>	Data	Escala	Elaboração	05/2024	1:14.000	ONU-Habitat
	Data	Escala	Elaboração					
05/2024	1:14.000	ONU-Habitat						

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Mapa 10 - Equipamentos Educacionais do Território-Parque



Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque

PARQUE FAZENDA DA JUTA

- Rede pública educação infantil
- Rede pública ensino fundamental e médio
- Ensino técnico público
- Entrada do parque
- Logradouros
- Limites do parque
- Área de influência

Fontes: Limite do parque (PDE, 2023). Rede pública de educação infantil, ensino fundamental e médio, centro educacional unificado e outros equipamentos educacionais (Geosampa, 2018). Logradouros (Geosampa, 2023). Entrada do parque, Área de influência (ONU-Habitat, 2024). Imagem de satélite (BING, 2024).

0 250 500 m

Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Projeção: UTM, Fuso: 23S

EQUIPAMENTO EDUCACIONAIS

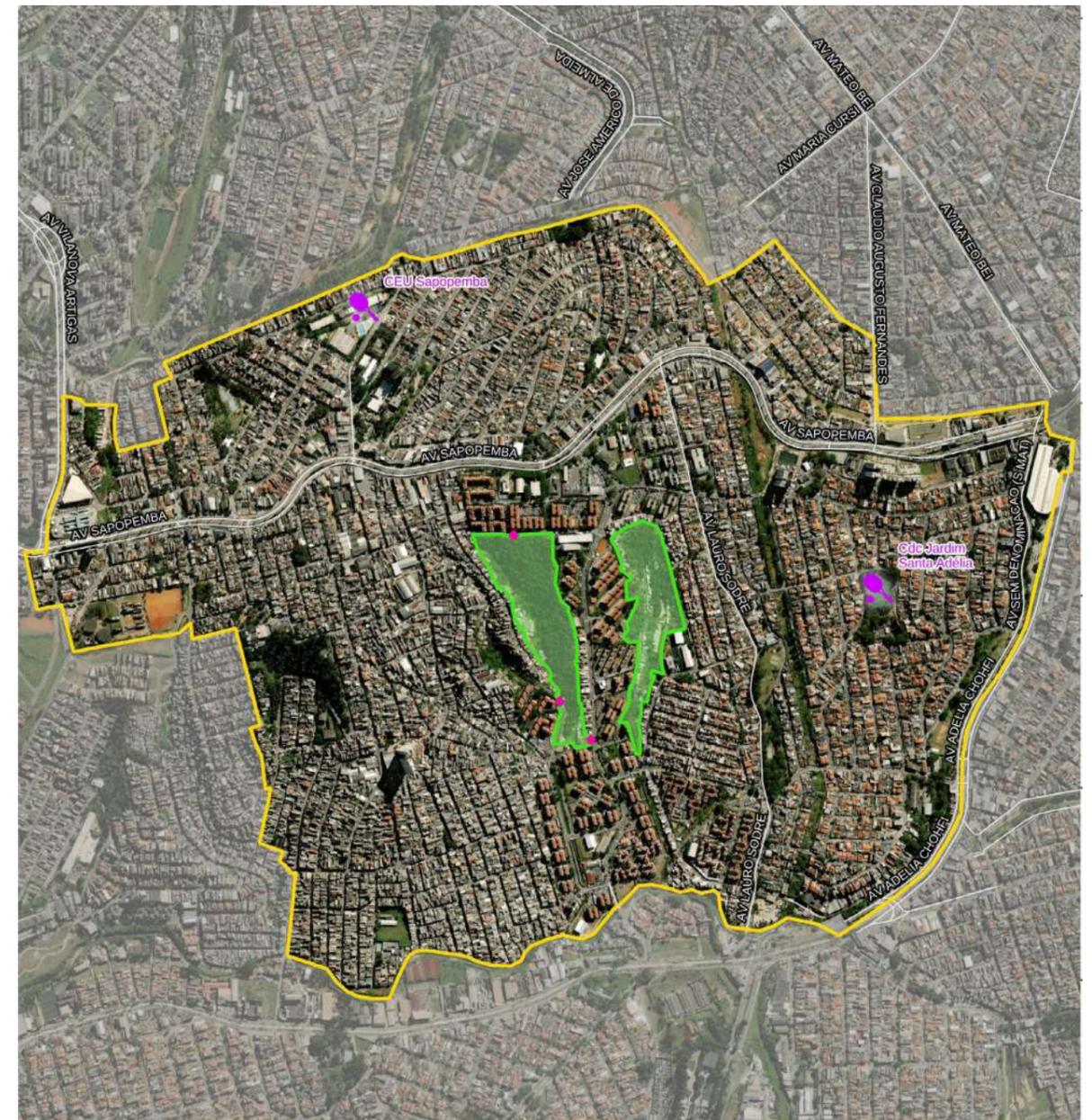
Projeto

Instituições responsáveis

Data	Escala	Elaboração
08/2024	1:14.000	ONU-Habitat

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Mapa 11 - Equipamentos de Esportes do Território-Parque



Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque

PARQUE FAZENDA DA JUTA

- Clube da comunidade
- Entrada do parque
- Logradouros
- Limites do parque
- Área de influência

Fontes: Limite do parque (SVMA, 2023). Clube de comunidade (Geosampa, 2018). Logradouros (Geosampa, 2024). Entrada do parque, Área de influência (ONU-Habitat, 2024). Imagem de satélite (BING, 2024).

0 250 500 m

Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Projeção: UTM, Fuso: 23S

EQUIPAMENTOS DE ESPORTES

Projeto

Instituições responsáveis

Data	Escala	Elaboração
05/2024	1:14.000	ONU-Habitat

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Mapa 12 - Equipamentos de Saúde do Território-Parque



<p>Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque</p>	<p>PARQUE FAZENDA DA JUTA</p> <ul style="list-style-type: none"> + Hospital + UBS/Posto/Centro de Saúde + Urgência/Emergência + Ambulat. especializado + Saúde mental + Entrada do parque Logradouros Limites do parque Área de influência <p>Fontes: Limite do parque (SVMA, 2023). Logradouros (Geosampa, 2023). Ambulatórios especializados, Hospitais, Urgência e Emergência, UBS/Posto/Centro de Saúde, Unidades DST/AIDS, Saúde Mental, Vigilância em Saúde, Outros estabelecimentos e serviços especializados (Geosampa, 2018). Entrada do parque, Área de influência (ONU-Habitat, 2024). Imagem de satélite (BING, 2024).</p> <p>0 750 500 m</p> <p>Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000 Projeção: UTM, Fuso: 23S</p>		<p>EQUIPAMENTOS DE SAÚDE</p> <p>Projeto</p> <p>Instituições responsáveis</p>	
	<p>Data</p> <p>05/2024</p>	<p>Escala</p> <p>1:14.000</p>	<p>Elaboração</p> <p>ONU-Habitat</p>	

Fonte: ONU-Habitat, 2024

6.2. Desafios e oportunidades do Território-Parque

Entre os desafios vinculados ao Território-Parque do Parque Fazenda da Juta, destacam-se:

- A ausência de equipamentos da área de esportes suscita a possibilidade de ações que visem atividades de baixo impacto no parque, com a promoção de caminhada ou aulas como yoga e tai-chi-chuan, por exemplo;
- A presença de equipamento de polícia, dentro da área de influência do parque, apresenta a possibilidade de atividades integradas que visem a segurança comunitária;
- Apesar da pouca presença de equipamentos culturais na região, há uma Fábrica de

Cultura vizinha ao Parque e, nesse sentido, o principal desafio é a integração entre os dois equipamentos públicos e suas atividades.

Entre as oportunidades do Território-Parque, estão:

- A grande quantidade de equipamentos de Assistência Social, Saúde e Educação, na área de influência do parque, demonstra a potencialidade para parcerias estratégicas com ações de promoção à saúde, atividades de educação ambiental e uso dos espaços para promoção do convívio;
- Potencial de uso para crianças e adolescentes, especialmente pelo grande número de Centros para Crianças e Adolescentes (CCA) e Escolas Municipais de Ensino Infantil, Fundamental e Médio.



7. Caracterização do Parque Fazenda da Juta

Na sequência da avaliação do contexto urbano e da consolidação do plano de ação do Território-Parque, este capítulo concentra-se na caracterização do Parque Fazenda da Juta e visa proporcionar uma visão abrangente e sistemática dos atributos naturais e das dinâmicas de uso do parque, de forma a complementar a compreensão geral decorrente da análise do entorno.

7.1. Atributos naturais

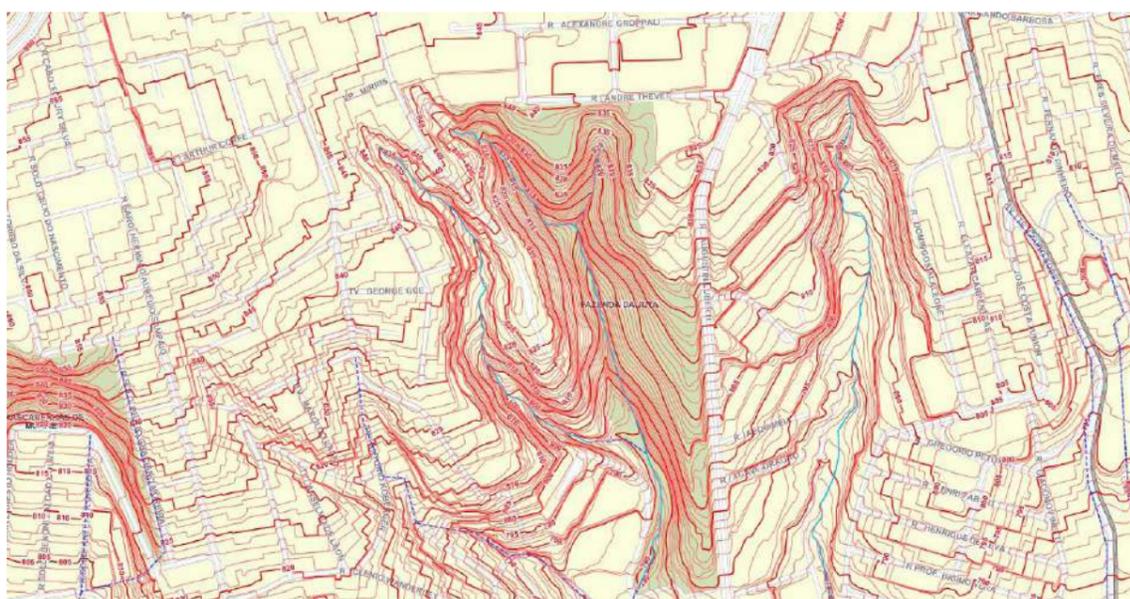
Este item abordará os atributos naturais do parque, apresentando uma visão sobre o relevo, solo, recursos hídricos, vegetação e fauna presentes no território. Além disso, a análise desses atributos permitirá a compreensão do papel do parque para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, como a regulação do clima e a preservação da biodiversidade.

7.1.1. Relevo

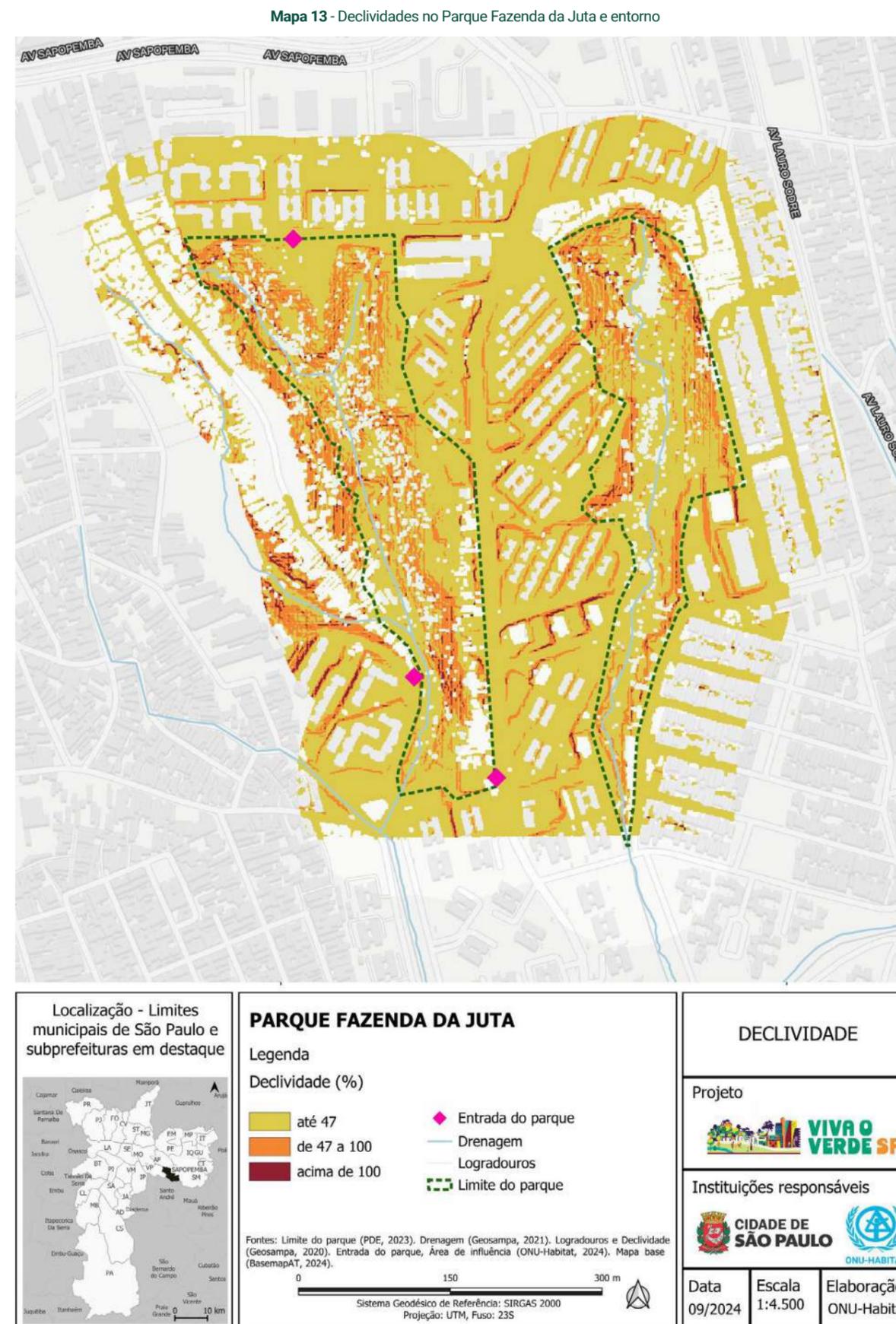
Segundo a Carta Geotécnica do Município de São Paulo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT (GEOSAMPA, 2024), o Parque Fazenda da Juta encontra-se praticamente em sua totalidade sobre uma área de maciços xisto-micáceos, com a parte sudoeste inserida em uma Planície Aluvial. Ao norte do parque há uma cabeceira de drenagem, na divisa dos maciços xisto-micáceos com o maciço de sedimentos terciários e, à esquerda, há indicação de escorregamentos.

A Figura 10 apresenta as curvas de nível do Parque Fazenda da Juta. Observa-se que a cota altimétrica varia de 840m na região norte do parque, na cabeceira das duas drenagens que nascem no território, e desce em direção ao sul até atingir a cota mínima de 780m, passando por um vale encaixado com vertentes altíssima declividade na região central.

Figura 10 - Hipsometria do Parque Fazenda da Juta e seu entorno



Fonte: Geosampa, 2024



Fonte: ONU-Habitat, 2024

7.1.2. Solo

A área de Mata Atlântica no interior do parque apresenta solos estáveis, mesmo em áreas com vegetação ausente, e não há registros de ocorrências de erosões ou movimentos de massa importantes dentro do parque. As observações apresentadas a seguir foram realizadas em visitas de campo entre os meses de novembro de 2023 e junho de 2024

Nas áreas mais periféricas, o solo apresenta-se heterogêneo em razão dos diversos usos, movimentações e aterros promovidos ao longo do tempo. Trilhas de acesso com solo exposto promovem a erosão, formando caminhos preferenciais de fluxo de águas superficiais, e contribuem para evolução de processos erosivos na encosta. A presença de entulhos, restos de construção e resíduos diversos, lançados sobre áreas de encosta, podem danificar a cobertura vegetal e contribuir para a evolução dos processos erosivos. Ações antrópicas mais agressivas, como terraplanagem e formação de taludes também foram observadas.

Um ponto de atenção são as habitações irregulares, especialmente na face oeste do parque, região com risco geológico alto, onde já ocorreram deslizamentos e os próprios moradores construíram um muro de arrimo na tentativa de mitigação. Na face sudeste, a presença de árvores com tronco fortemente inclinado e de rachaduras no solo, demonstram instabilidade do mesmo

e risco de deslizamento iminente. Há também descarte direto de esgoto no local, o que causa erosão laminar em alguns pontos (SÃO PAULO, 2017), além do mau-cheiro e contaminação do solo.

Já na área florestal, há um anfiteatro bem-marcado, com a maior parte do terreno possuindo declividade superior a 25% (SÃO PAULO, 2009). O solo é rico em matéria orgânica, coberto por espécies forrageiras adaptadas às condições de sombreamento, e possuindo camada contínua de serrapilheira nos pontos mais planos, tornando-se descontínua quanto mais íngreme é o terreno. Atenção especial deve ser dada aos pontos de maior declividade presentes no entorno da nascente e córrego, onde a presença de entulhos e exposição do solo gera suscetibilidade à erosão.

7.1.3. Água

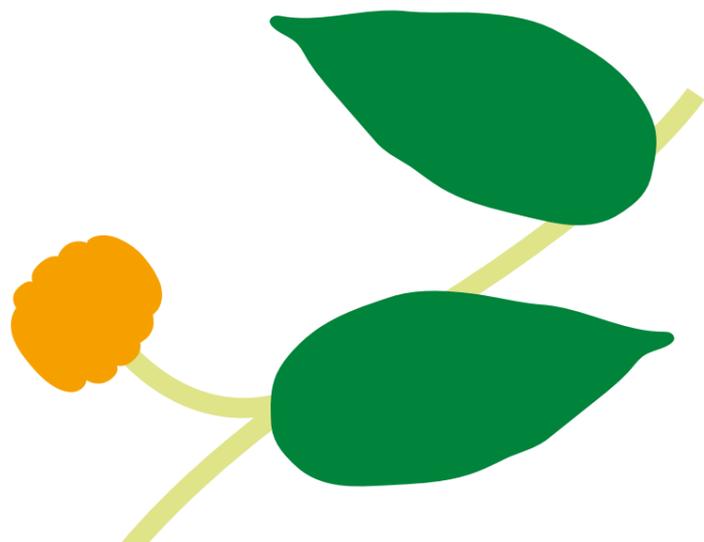
O Parque Fazenda da Juta está localizado na Bacia do Tamanduateí, sub-bacia do Ribeirão do Oratório (Mapa 15).

Dentro da área do parque, próximo ao limite ao norte, ocorrem duas nascentes que dão origem a um córrego – drenagem principal do parque - que irá serpentear o limite oeste e seguir em direção ao sul, onde encontra outra drenagem que forma um córrego contribuinte do Ribeirão do Oratório. O córrego a leste foi canalizado recentemente, mas sem um projeto adequado, conforme mostra a Figura 11 (constante do relatório da Defesa Civil).

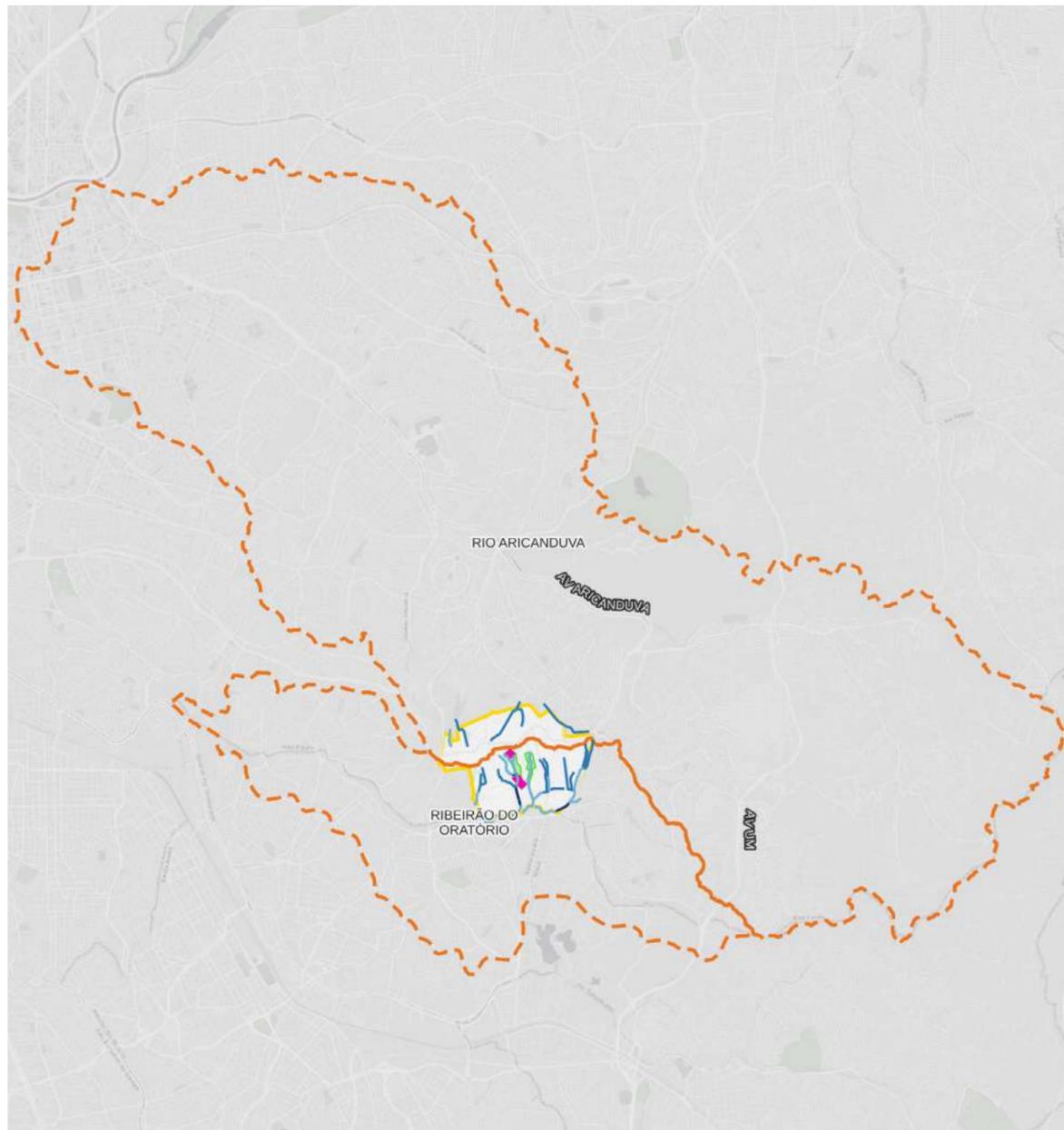
Mapa 14 - Áreas de risco geológico



Fonte: ONU-Habitat, 2024



Mapa 15 - Bacia hidrográfica do Córrego Jaguaré



<p>Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque</p>	<p>PARQUE FAZENDA DA JUTA</p> <ul style="list-style-type: none"> Bacias hidrográficas Curso d'água Trecho canalizado Trecho tamponado Trecho em estado natural 		<ul style="list-style-type: none"> Entrada do parque Logradouros Limites do parque Área de influência
	<p>Fontes: Limite do parque (PDE, 2023). Bacia hidrográfica (Geosampa, 2015). Curso d'água (Geosampa, 2021). Logradouros (Geosampa, 2023). Entrada do parque, Área de influência (ONU-Habitat, 2024). Mapa base (BasemapAT, 2024).</p> <p>0 0,75 1,5 km</p> <p>Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000 Projeção: UTM, Fusos: 23S</p>		
<p>BACIAS HIDROGRÁFICAS E CURSO D'ÁGUA</p> <p>Projeto</p> <p>Instituições responsáveis</p>			
<p>Data: 08/2024</p>		<p>Escala: 1:95.000</p>	<p>Elaboração: ONU-Habitat</p>

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Figura 11 - Córrego a leste do parque. Notar a ausência de cobertura vegetal da margem do córrego recém canalizado, e os vazamentos de tubulação de águas servidas/esgotos provenientes das casas do entorno, e que atingem o córrego



Fonte: Defesa Civil - Relatório de Vistoria-SMSU / COMDEC / DDEC – SB-05/01/2023

A canalização da parte ao norte do córrego, sem um projeto adequado, provoca a aceleração do fluxo da água da drenagem. No trecho não-canalizado, isso pode provocar o desgaste do solo já frágil da vertente que, com as grandes

declividades e ausência de vegetação em alguns pontos, pode solapar, assoreando o córrego com esgoto e entulho (inclusive oriundo das obras de canalização e de implantação do parque) (Figura 12).

Figura 12 - Parte canalizada e não canalizada do córrego a leste do parque



Fonte: Adriana Quedas / ONU-Habitat Brasil

7.1.4. Vegetação

Para o desenvolvimento do Plano de Gestão, a análise da vegetação existente na região que cerca o parque também é importante, pois assim é possível a identificação da existência de possíveis corredores urbanos de fauna e flora, ou se o parque se comporta como uma área isolada de verde urbano. Para isso, foram analisados três dados disponíveis na plataforma Geosampa: o Mapeamento da Vegetação Significativa 2023,¹³ o Mapeamento de Remanescentes da Mata

Atlântica¹⁴ e o Mapeamento da Cobertura Vegetal 2020.¹⁵ O mapa 16 mostra os Remanescentes de Mata Atlântica, o mapa 17 indica a Vegetação Significativa no entorno do Parque Fazenda da Juta e o mapa 18 apresenta o Mapeamento da Cobertura Vegetal.

13 Disponível em <<https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/fa-7525ad-a831-4167-b096-7f5550f18b0f>>

14 O Mapeamento dos Remanescentes de Mata Atlântica no Município de São Paulo é um dos produtos do Plano Municipal da Mata Atlântica – PMMA São Paulo. Integrante do Diagnóstico da situação atual da Mata Atlântica, no município, configura-se como elemento obrigatório do Plano conforme Art. 43 do Decreto Federal 6.660/2008.

15 O mapeamento da cobertura vegetal compreendeu a vetorização de 15 categorias classificadas por meio de fotointerpretação de imagens aéreas ortorretificadas do ano de 2017/2018, apoiada por dados LIDAR, constituindo conjuntos de informações com geometrias e topologias geradas para utilização em Sistemas de Informações Geográficas (SIG), abrangendo a totalidade da superfície do Município de São Paulo – SP, com 1.168 km² na escala 1:1.000 e 359 km² na escala 1:5.000.

Figura 13 - Área verde do Parque Fazenda da Juta



Fonte: SVMA

Mapa 16 - Remanescentes de Mata Atlântica no entorno do Parque Fazenda da Juta



<p>Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque</p>	<p>PARQUE FAZENDA DA JUTA</p> <p>Biomias</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Bosque Heterogêneo ■ Mata Ombrófila Densa ■ Campos Gerais ■ Campo de Várzea e Vegetação Aquática 		<p>— Drenagem</p> <p>◆ Entrada do parque</p> <p>— Logradouros</p> <p>▭ Limites do parque</p> <p>▭ Área de influência</p>	<p>REMANESCENTES DE BIOMAS</p> <p>Projeto</p>
	<p>Fontes: Limite do parque (PDE, 2023). Remanescentes de biomias (Geosampa, 2016). Drenagem (Geosampa, 2021). Logradouros (Geosampa, 2023). Entrada do parque, Área de influência (ONU-Habitat, 2024). Mapa base (BasemapAT, 2024).</p> <p>0 250 500 m</p> <p>Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000 Projeção: UTM, Fusor: 23S</p>	<p>Instituições responsáveis</p>		<p>Data: 08/2024</p> <p>Escala: 1:14.000</p> <p>Elaboração: ONU-Habitat</p>

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Mapa 17 - Vegetação significativa no entorno do Parque Fazenda da Juta



Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque

PARQUE FAZENDA DA JUTA

Agricultura	Vegetação herbáceo-arbustiva
Baixa cobertura arbórea, arbóreo-arbustiva e ou arborescente	Floresta paludosa e ou de várzea
Média a alta cobertura arbórea, arbóreo-arbustiva e ou arborescente	Vegetação herbáceo-arbustiva de várzea ou de brejo
Floresta ombrófila densa secundária em estágio inicial	Vegetação aquática flutuante
Floresta ombrófila densa secundária em estágio médio	Entrada do parque
Maciços florestais homogêneos	Drenagem
Maciços florestais heterogêneos e bosques urbanos	Logradouros
Mista	Limites do parque
	Área de influência

Fontes: Limite do parque (PDE, 2023). Drenagem (Geosampa, 2021). Logradouros e Vegetação Significativa (Geosampa, 2023). Entrada do parque, Área de influência (ONU-Habitat, 2024). Mapa base (BasemapAT, 2024).

0 250 500 m
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Projeção: UTM, Fuso: 23S

VEGETAÇÃO SIGNIFICATIVA

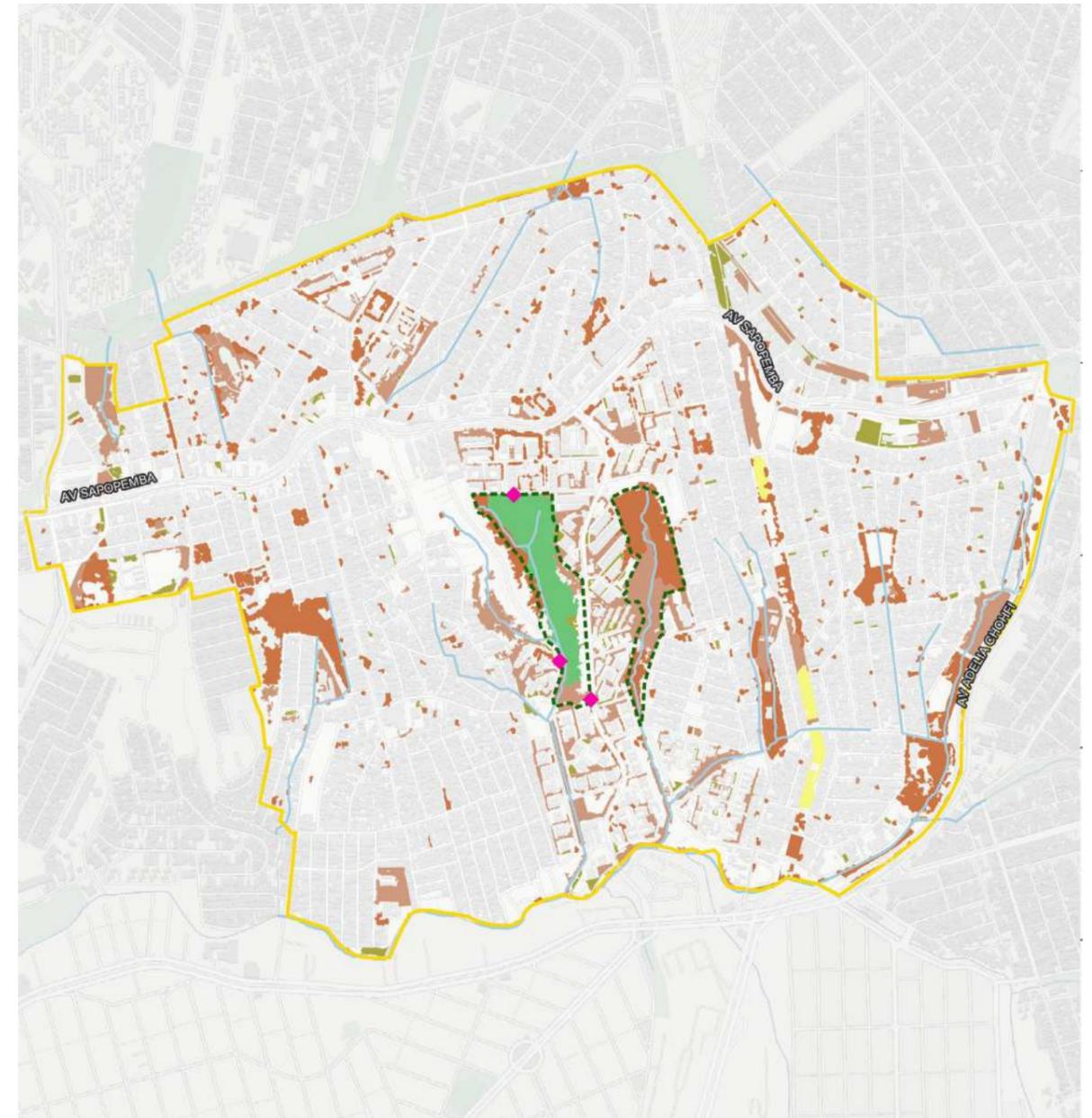
Projeto

Instituições responsáveis

Data: 09/2024 | Escala: 1:14.000 | Elaboração: ONU-Habitat

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Mapa 18 - Cobertura vegetal no entorno do Parque Fazenda da Juta



Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque

PARQUE FAZENDA DA JUTA

Agricultura	Floresta paludosa e ou de várzea
Baixa cobertura arbórea, arbóreo-arbustiva e ou arborescente	Vegetação herbáceo-arbustiva de várzea ou de brejo
Média a alta cobertura arbórea, arbóreo-arbustiva e ou arborescente	Vegetação aquática flutuante
Floresta ombrófila densa secundária em estágio médio	Entrada do parque
Maciços florestais homogêneos	Drenagem
Maciços florestais heterogêneos e bosques urbanos	Logradouros
Mista	Limites do parque
Vegetação herbáceo-arbustiva	Área de influência

Fontes: Limite do parque (PDE, 2023). Drenagem (Geosampa, 2021). Logradouros e Cobertura Vegetal (Geosampa, 2020). Entrada do parque, Área de influência (ONU-Habitat, 2024). Mapa base (BasemapAT, 2024).

0 250 500 m
Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000
Projeção: UTM, Fuso: 23S

COBERTURA VEGETAL

Projeto

Instituições responsáveis

Data: 09/2024 | Escala: 1:14.000 | Elaboração: ONU-Habitat

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Observa-se que, além das áreas leste (a ser implantada) e oeste (em implantação) do Parque Fazenda da Juta e do Parque Mascarenhas de Moraes, no entorno existem poucas áreas e lotes com vegetação significativa, tornando o parque um reduto importante de Mata Ombrófila Densa na região de Sapopemba.

As ruas no entorno do parque apresentam uma arborização interessante, principalmente ao norte, mas não há conectividade com outras áreas verdes. A leste, na área entre os setores leste e oeste do parque, há pouca cobertura arbórea, arbóreo-arbustiva ou arborescente, o que pode indicar que as duas seções do parque se comportam como áreas distintas no que se refere a serviços ambientais.

A vegetação existente no parque foi mapeada na publicação Vegetação Significativa do Município de 1988, estando, portanto, protegida pelo Decreto Estadual nº 30.443/1989, que a considera patrimônio ambiental e declara imunes de corte os exemplares arbóreos nela situados. A vegetação é, ainda, enquadrada como de preservação permanente pela Lei Municipal nº 10.365/87, por constituir elemento de proteção ao solo e à água, e por constituir bosque heterogêneo que forme mancha contínua superior a 10.000 m². Há ainda Áreas de Preservação Permanente associadas ao curso de água e à locais de encosta com inclinação igual ou superior a 45 graus (BRASIL, 2012).

No Mapa Digital da Cidade de São Paulo – GeoSampa, o Mapeamento da Cobertura Vegetal 2020 classifica a vegetação arbórea presente no parque como “maciços florestais heterogêneos” e bosques urbanos e o Plano Municipal da Mata Atlântica mapeia este remanescente de bioma, classificando-o como “mata ombrófila densa” (GEOSAMPA, 2014; SÃO PAULO, 2017).

As formações vegetais identificadas no Parque Fazenda da Juta são bosque heterogêneo, campo antrópico, reflorestamento e floresta ombrófila,

esta última ocupando 83,5% da área total do parque.

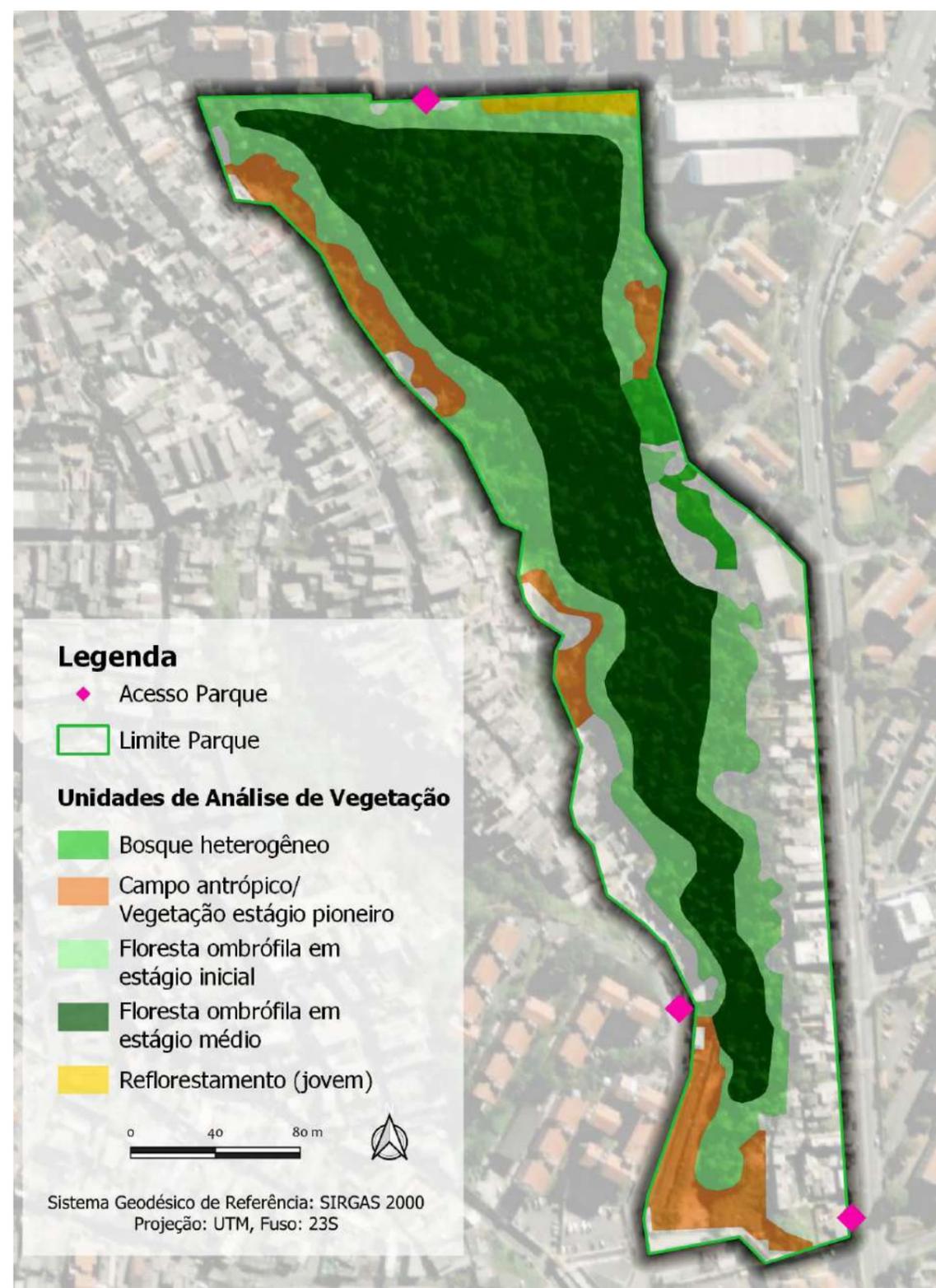
Devido ao formato alongado e estreito, com entorno bastante urbanizado, o parque sofre pela pressão antrópica nas suas áreas limítrofes, onde podem ser observadas ocupações irregulares, sinais de incêndio e desmatamento recentes, abertura de trilhas, presença de lixo e entulho, movimentações de terra, despejo de esgoto etc.

Nessas áreas periféricas, a vegetação encontra-se bastante degradada, havendo formações campestres principalmente na porção sul, oeste e noroeste, somando área aproximada de 6.200 m² (12,7% do parque). Nesses locais há presença de espécies ruderais como perpétua-do-campo (*Alternanthera tenella*), mamona (*Ricinus communis*), capim-braquiarião (*Urochloa brizantha*), capim-elefante (*Cenchrus purpureus*) e assa-peixe (*Vernonanthura polyanthes*), além de espécies cultivadas alimentícias e ornamentais como batata-doce (*Ipomoea batatas*), comigo-ninguém-pode (*Dieffenbachia sp.*), espada-de-são-jorge (*Sansevieria trifasciata*), singônio (*Syngonium sp.*) e taioba (*Xanthosoma sp.*).

Na porção leste, nota-se área de bosque heterogêneo, com aproximados 1.200m² (2,5% do parque), contendo espécies frutíferas cultivadas como cítricas (*Citrus sp.*), mangueira (*Mangifera indica*), bananeira (*Musa x paradisiaca*), abacateiro (*Persea americana*) e goiabeira (*Psidium guajava*), sem presença de sub-bosque (PMSP, 2023).

Na porção norte do parque, adjacente à Rua André Thevet, foi realizado plantio de reflorestamento, provavelmente oriundo de compensação ambiental, com mudas de espécies arbóreas nativas como paineira (*Ceiba speciosa*), mirindibá-rosa (*Lafoensia glyptocarpa*), aldrago (*Pterocarpus rohrii*), aroeira-mansa (*Schinus terebinthifolia*), palmeira-jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), pau-formiga (*Triplaris americana*), tucaneiro (*Citharexylum myrianthum*) e quaresmeira (*Pleroma granulosum*).

Figura 14 - Imagem aérea com delimitação das unidades de análise da vegetação do Parque Fazenda da Juta



Fonte: ONU-Habitat Brasil

A floresta ombrófila existente no parque pode ser subdividida, de acordo com o estágio sucessional, em fragmentos em estágio inicial e estágio médio de regeneração. A borda da mata tem características de formação em estágio inicial, com dossel de cinco a oito metros de altura, composto essencialmente por espécies pioneiras e secundárias iniciais como tapiá-guaçu (*Alchornea sidifolia*), embaúba-vermelha (*Cecropia glaziovii*), camboatá-de-folhas largas (*Cupania oblongifolia*), capororoca (*Myrsine sp.*) e leiteira (*Sapium glandulosum*), além de trepadeiras como cipó-caboclo (*Davilla rugosa*), cipó-benção (*Peltastes peltatus*), cipó-de-são-jão (*Pyrostegia venusta*), dentre outras.

Em porção mais interna do fragmento florestal, ocupando a maior área do parque, especialmente nos pontos de maior declividade e nas proximidades do córrego, nota-se formação mais bem preservada, em estágio médio de regeneração. O dossel atinge 8 a 12m de altura, há presença de indivíduos emergentes, sub-bosque expressivo e boa cobertura de serapilheira⁷. Foram registradas espécies nativas da Mata Atlântica regional como caá-açu (*Bathysa australis*), capixingui (*Croton floribundus*), maria-mole (*Guapira opposita*), pindaíba (*Guatteria australis*) e mamica-de-porca (*Zanthoxylum rhoifolium*). No sub-bosque, encontram-se espécies de menor porte como guaçatonga (*Casearia sylvestris*), samambaiáçu (*Cyathea delgadii*), marinheiro (*Guarea macrophylla*), guamirim (*Myrcia splendens*) e cambuizinho (*Myrcia multiflora*), além de indivíduos jovens de espécies secundárias como jatobá (*Hymenaea courbaril*), canela-ferrugem (*Nectandra oppositifolia*), café-de-bugre (*Amaioua intermedia*) e pau-de-tamanco (*Pera glabrata*). Apesar da presença de samambaias trepadeiras (*Salpichlaena volubilis*) e epífitas (*Campyloneurum sp.*, *Microgramma sp.*), estão ausentes representantes das famílias Orchidaceae e Bromeliaceae, que são indicativos de ambientes bem preservados (PMSP, 2020).

Até o momento foram identificadas 160 espécies vegetais no parque, sendo 120 nativas e 40 exóticas (cultivadas, subespontâneas ou invasoras). Considerando-se o total de espécies já registradas para a cidade de São Paulo, o parque abriga aproximadamente 3,1% da diversidade vegetal do município.

Quanto ao estado de conservação, merecem destaque a mirindiba-rosa (*Lafoensia glyptocarpa*), espécie considerada em perigo de extinção no Brasil, e a canela-vassoura (*Cinnamomum stenophyllum*), uma Lauraceae pouco coletada no Município de São Paulo, o que indica raridade (PMSP, 2020).

Considerando-se a escassez de áreas verdes na região e a importância de se preservarem áreas de mata próximas buscando a manutenção da conectividade de flora e fauna, seria oportuno analisar a possibilidade de incorporar, em projeto, estruturas/estratégias de conexão entre área do parque e a área verde adjacente, de aproximados 43.000m², que está prevista como segunda fase de implantação do Parque Fazenda da Juta.

Como principais ameaças à conservação dessa importante área verde, destaca-se a ocorrência diversos fatores antrópicos de degradação (por exemplo: ocupações irregulares, depósito de lixo e entulho, incêndios e desmatamento, despejo de esgoto, etc.) além da presença de espécies exóticas com potencial invasor, como: jamba (*Syzygium jambos*), alstônia (*Alstonia scholaris*), palmeira-seafórtia (*Archontophoenix cunninghamiana*), ipezinho-de-jardim (*Tecoma stans*), nespereira (*Eriobotrya japonica*), amoreira (*Morus nigra*), jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*), mangueira (*Mangifera indica*), abacateiro (*Persea americana*), mamona (*Ricinus communis*), capim-braquiário (*Urochloa brizantha*), capim-elefante (*Cenchrus purpureus*), lírio-do-brejo (*Hedychium sp.*), espada-de-são-jorge (*Sansevieria trifasciata*), singônio (*Syngonium sp.*), lambari (*Tradescantia*

zebrina) e maria-sem-vergonha (*Impatiens walleriana*). Essas espécies, sem o devido manejo, podem acabar por dominar as formações campestres e florestais do parque, dificultando a germinação e estabelecimento de espécies nativas, a ampliação da biodiversidade e, por fim, a regeneração da fisionomia de floresta Atlântica original.

7.1.5. Fauna

Até o momento foram identificadas 23 espécies de aves silvestres no parque, o que representa 4,7%

do total de espécies da avifauna já registradas para a cidade de São Paulo (PMSP, 2021).

Quanto ao estado de conservação, merecem destaque o periquito-rico (*Brotogeris tirica*), uma espécie endêmica, com distribuição restrita à Mata Atlântica, além do beija-flor-tesoura (*Eupetomena macroura*), urubu-preto (*Coragyps atratus*), gavião-carijó (*Rupornis magnirostris*) e periquitão (*Psittacara leucophthalmus*), todas aves que podem ser extintas num futuro próximo caso o comércio não seja regulado (PMSP, 2022).

Figura 15 - Beija-flor-tesoura (*Eupetomena macroura*) e ferreirinho-relógio (*Todirostrum cinereum*), em fotografias registradas no Parque Fazenda da Juta



Fonte: Anelisa Magalhães, da Divisão de Fauna Silvestre

Apesar do caráter predominantemente florestal do parque, a maioria das aves registradas é característica de ambientes abertos, tais como campos, bordas de mata e cidades, indicando que o entorno do parque se encontra bastante alterado, não propiciando o deslocamento dos animais entre diferentes fragmentos florestais. São elas: rolinha-roxa (*Columbina talpacoti talpacoti*), joão-de-barro (*Furnarius rufus*), andorinha-pequena-de-casa (*Pygochelidon cyanoleuca*), bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), corruíra (*Troglodytes musculus*), joão-teneném (*Synallaxis spixi*) e tiziu (*Volatinia jacarina*) (Ibidem). A presença dessas espécies, que se alimentam principalmente das sementes de gramíneas, demonstra também a importância da vegetação campestre, que apesar de representar apenas 12,7% da área do parque (PMSP, 2023), contribui para a diversificação de estratos e recursos alimentares para a fauna local.

Além das aves residentes, foram registradas duas espécies visitantes, cujas populações possuem hábitos migratórios para a região de São Paulo: o suiriiri (*Tyrannus melancholicus*), que visita a cidade durante a primavera e verão, desaparecendo a partir de abril, e a peitica (*Empidonotus varius*), cujas populações são migratórias nas regiões oeste e sul do Brasil (PMSP, 2021).

Parques com ambientes diversificados, como cursos d'água, brejos, áreas abertas e áreas florestadas, com espécies nativas e mesmo cultivadas, funcionam como importantes abrigos da fauna silvestre. As áreas aquáticas e de brejo, especialmente, costumam atrair grande diversidade de espécies, de todas as classes, sendo áreas importantes para a manutenção do equilíbrio ecológico da cidade de São Paulo.

O registro de espécies endêmicas da Mata Atlântica, ou seja, que são encontradas somente no bioma Mata Atlântica, de espécies ameaçadas e de espécies migratórias, evidencia a importância ecológica e de preservação do Parque Fazenda da Juta.

Como principal ameaça à conservação da fauna silvestre no parque, destaca-se o acúmulo de lixo decorrente das atividades humanas, que pode facilitar a proliferação de animais sinantrópicos, como roedores e mosquito-da-dengue por exemplo, espécies associadas à transmissão de diversas doenças. Além disso, resíduos sólidos como garrafas, sacos plásticos, embalagens, baterias, pilhas e até restos de comida, além de poluírem o ambiente, colocam os animais em risco, já que eles podem se ferir em materiais cortantes, sofrer sufocamento/estrangulamento ou mesmo ingerir os materiais descartados de forma indevida.

A presença de espécies domesticadas como o gato (*Felis catus*), cachorro (*Canis lupus familiaris*), galinha (*Gallus domesticus*) e ganso (*Anser domesticus*) (Ibidem), visualizados em abundância durante as visitas técnicas, pode trazer inúmeros impactos à fauna silvestre, desde predação e afugentamento até a transmissão de doenças (como a raiva, toxoplasmose e leptospirose) e parasitas (como pulgas e carrapatos).

Atenção especial deve ser dada também à captura de aves silvestres, uma vez que foi observado um número considerável de moradores do entorno que mantêm aves em gaiolas (Ibidem). O Brasil é um dos países onde mais se identifica o tráfico de animais silvestres - estima-se que essa atividade ilegal retire cerca de 38 milhões de espécimes da natureza e movimento de 5 a 15 bilhões de reais por ano no país. As aves são as mais procuradas devido à sua beleza, canto e comportamento dócil.

De fato, o povo brasileiro sempre manteve especial predileção por aves de gaiola, sendo os pássaros canoros e psitacídeos as espécies mais encontradas em cativeiro no Brasil. Por isso, para além de controlar a captura e comércio desses animais, fazendo-se valer os dispositivos legais de proteção, é necessário desenvolver também trabalhos de educação ambiental, que sensibilizem e engajem a população em diversas

questões relativas à conservação da fauna silvestre no meio urbano (RENCTAS, 2001).

7.1.6. Serviços ecossistêmicos

Áreas verdes, como o Parque Fazenda da Juta, são prestadoras de inúmeros serviços ecossistêmicos, que muitas vezes são desconhecidos ou mesmo subvalorizados, especialmente no contexto urbano.

De acordo com a Avaliação Ecológica do Milênio (MEA), estudo patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os serviços ecossistêmicos podem ser definidos como "os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas", podendo ser subdivididos em quatro categorias, a saber: provisão, regulação, suporte e cultural (MEA, 2005):

- **Serviços de provisão** são os bens que os ecossistemas fornecem diretamente, como os alimentos, matéria-prima para a geração de energia, fibras, plantas ornamentais e água;
- **Serviços reguladores** são obtidos a partir dos processos naturais que regulam as condições ambientais, como a purificação do ar, a regulação do clima e o controle de erosão;
- **Serviços culturais** estão relacionados com os benefícios recreacionais e educacionais; e
- **Serviços de suporte** são os processos naturais necessários para que os outros serviços existam, como a ciclagem de nutrientes, a formação de solos, a polinização e a dispersão de sementes (MEA, 2005).

Esses serviços têm sido considerados fundamentais para o enfrentamento do impacto das mudanças climáticas, na medida em que minimizam eventos extremos, como chuvas intensas e concentradas, alagamentos, enchentes, inundações e deslizamentos de terra, eventos que geram perdas materiais e ameaçam a integridade física da população (PBMC, 2016).

Assim, considerando o estágio de emergência climática em que se encontra o planeta, é fundamental enxergar os parques enquanto provedores de serviços de regulação climática. Todos os parques oferecem, em maior ou menor grau, os serviços de regulação citados no e na atenuação das ameaças indicadas no Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PLANCLIMA SP) 2020-2050, que são: inundações, ondas de calor, secas meteorológicas. Abaixo seguem as informações que o PlanClimaSP dá sobre a importância das áreas verdes urbanas para remediação ou atenuação dos impactos das ameaças climáticas na cidade de São Paulo e sua população.

Inundações

As áreas verdes urbanas, incluindo as áreas de amortecimento, parques lineares, maciços florestais e remanescentes urbanos funcionam como "esponjas" que absorvem a água da chuva, conduzindo-a para os lençóis freáticos ou mesmo a armazenando no solo. Quanto maior a área permeável, a quantidade de árvores e vegetação e a capacidade de absorção de água (por m³), maior será o serviço fornecido por aquela área verde quanto ao controle e diminuição de inundações. Assim, áreas menores, mas com boa cobertura arbórea e arbustiva por vezes absorvem mais água da chuva e prestam melhores serviços ecossistêmicos que áreas maiores, mas com solo argiloso exposto, ressecado e pouco permeável.

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) também devem estar preservadas para conter as enchentes existentes nos períodos de chuvas intensas que, de acordo com o PlanClimaSP, devem ser cada vez mais recorrentes. Com a revegetação das margens dos córregos, as APPs contribuem para a biodiversidade, para a melhoria da qualidade da água, além de controlar as cheias dos rios e córregos.

Secas Meteorológicas

As áreas verdes urbanas reduzem os efeitos das secas meteorológicas, já que contribuem para que as redes de abastecimento e aquíferos mantenham-se em níveis adequados, agem

diretamente na redução da temperatura e na velocidade dos ventos e influenciam no balanço hídrico por meio da evapotranspiração, aumentando a umidade do ar. O Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClimaSP) afirma:

As áreas verdes presentes no Município, por sua vez, são relevantes para a biodiversidade, promovem o aumento da permeabilidade facultando a recarga dos aquíferos e reduzindo os alagamentos e enchentes, contribuem para a manutenção das temperaturas mais amenas, protegem as nascentes e cursos d'água, o que permite o armazenamento nos reservatórios para abastecimento. (PlanClimaSP, p. 24).

Altas Temperaturas e Ondas de Calor

Um dos problemas climáticos das grandes cidades e regiões metropolitanas é o microclima adverso gerado pelas chamadas ilhas de calor. Áreas com predomínio de alvenaria, asfalto e concreto produzem áreas com temperaturas maiores que as circundantes, já que há concentração de materiais que absorvem mais calor e possuem baixa capacidade reflexiva. O adensamento de prédios, que bloqueiam o fluxo de ar e o vento de superfície, e as áreas com grande

tráfego de veículos que emitem gases de efeito estufa também contribuem para o aumento de temperatura e para a formação das ilhas de calor.

Nesse sentido, as áreas verdes urbanas são fundamentais para redução das ilhas de calor e de seus efeitos, já que criam áreas sombreadas e de maior umidade que diminuem a temperatura da superfície e favorecem a circulação do ar e de brisas frescas e úmidas. Além disso, as áreas vegetadas absorvem os poluentes atmosféricos por meio do sequestro de carbono.

Áreas verdes contribuem tanto para a manutenção da qualidade de vida dos residentes da cidade, ao diminuir efeitos como ilha de calor urbana e a poluição atmosférica, quanto para a diminuição de riscos de eventos extremos. Os fragmentos de Mata Atlântica presentes no território da cidade são responsáveis por manter as temperaturas mais amenas, protegem as nascentes e permitem o armazenamento nos reservatórios para consumo, geração de energia, irrigação agrícola e pesca, entre outras atividades (JOLY, 2019, apud PlanClimaSP, p. 77).

Estudo recente revela que, se um fragmento de Mata Atlântica de aproximadamente 1ha (10.000 m²) tiver 25% de sua área desmatada, a temperatura local aumenta 1 °C. Se todo o pequeno remanescente for desflorestado, o impacto na temperatura máxima local pode chegar a 4°C (ALISSON, 2020), evidenciando que o desmatamento promove o aquecimento do ar em escala local. Como forma de minimizar e

evitar a formação de ilhas de calor, recomenda-se o aumento das áreas verdes na cidade, aumentando o conforto térmico humano nas áreas urbanizadas.

A presença de áreas verdes, embora não elimine as ondas de calor em grandes centros urbanos, pode minimizar seu impacto e agir como medida de adaptação, se aplicada em larga escala, além

de apoiar a diminuição de emissões de Gases Efeito Estufa (GEE) decorrentes do consumo de energia elétrica para refrigeração.

Nos últimos anos, as políticas públicas vêm abordando o tema serviços ecossistêmicos, principalmente com o intuito de propor instrumentos para colaborar com a diminuição das taxas de perda desses serviços. Em São Paulo, o Plano Diretor Estratégico (SÃO PAULO, 2014), a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, e o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA, 2024) elencam um conjunto de áreas na cidade consideradas prioritárias para conservação e recuperação dos serviços ecossistêmicos. Mais recentemente, o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (PMSA, 2020) apresenta ainda áreas complementares, como Áreas de Preservação Permanente, áreas de risco com declividade acentuada, Áreas de soltura e monitoramento da fauna nativa, entre outras, como os parques existentes e previstos e suas áreas envoltórias.

O Parque Fazenda da Juta está localizado em uma área considerada, de acordo com o PMSA, como de importância metropolitana, cujos benefícios têm escala regional, impactando positivamente não só a região onde se localizam, mas sim toda a metrópole. Essas áreas correspondem aos locais com os remanescentes florestais mais bem conservados de Mata Atlântica na cidade, dispersos principalmente na zona sul (incluindo as represas Billings e Guarapiranga), zona norte (onde se localiza a Serra da Cantareira) e zona leste (onde se encontra o Parque Fazenda da Juta, o Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, as cabeceiras do rio Aricanduva e o Morro do Cruzeiro).

Dentre os serviços ecossistêmicos prestados predominam os serviços de regulação, tais como a atenuação microclimática e das ilhas de calor, a contenção de processos erosivos e assoreamento dos cursos hídricos, aumento da permeabilidade e infiltração da água no solo, minimização de enchentes, controle da poluição sonora e melhoria da qualidade do ar.

Como serviços de suporte, destacam-se a manutenção do fluxo gênico, preservação da biodiversidade e das espécies de maior interesse para a conservação, além do favorecimento à movimentação de aves e outros animais no território, funcionando o parque como trampolim ecológico, fornecendo áreas de descanso, alimentação e reprodução para a fauna silvestre regional.

Finalmente, mas não menos importante, o parque fornece também serviços culturais, contribuindo com as funções de lazer, recreação e educação ambiental, constituindo-se espaço importante para o convívio social e para a saúde física e mental da população.

7.2. Usos Identificados

A identificação de usos deverá acontecer em fase posterior à inauguração do Parque Fazenda da Juta, durante fase de revisão deste Plano de Gestão, devendo incluir:

- **Equipamentos e Espaços Internos;**
- **Regulamento;**
- **Avaliação de Usuários;**
- **Avaliação de Usos Atuais.**

8. Setorização

Para a setorização do Parque Fazenda da Juta foram definidos distintos setores e subsetores do parque considerando-se, com igual importância, o grau de conservação dos recursos naturais, ou seja, a quão preservada ou modificada se apresenta uma área, e as possibilidades de uso dos públicos visitantes, indo do uso mais intensivo até o mais restritivo.

Sendo assim, definem-se:

Setor 1 – Uso público intensivo: Interferência muito significativa no ambiente natural e uso intensivo dos públicos. Caracteriza-se por áreas em que se concentram os principais equipamentos, usos e atividades do parque, com grande circulação e presença de pessoas, em que há grande interferência no ambiente natural.

Exemplos: Áreas administrativas, quadras esportivas, playground, cachorródromo, atividades e eventos culturais, feiras de artesanato etc.

No Parque Fazenda da Juta inclui a área de administração, do playground e dos equipamentos de ginástica.

Setor 2 – Uso moderado: Interferência pouco significativa no ambiente natural e uso semi-intensivo (leia-se moderado) dos públicos. Caracteriza-se por áreas em que há equipamentos, usos e atividades de menor impacto no ambiente

construído, com menor circulação e permanência de pessoas, sendo área de transição entre setor de uso mais intensivo (Setor 1) e aquele mais restritivo (Setor 3).

Exemplos: Áreas de descanso, trilhas, passarelas e estruturas elevadas etc.

No Parque Fazenda da Juta inclui a passarela e playground.

Setor 3 – Uso monitorado: Pouca ou nenhuma interferência no ambiente natural, com uso público monitorado. Caracteriza-se por áreas em que há poucos ou nenhum equipamento, uso e atividades públicas, com restrição de circulação e permanência de pessoas. Permitidas atividades de baixíssimo impacto e acesso limitado, com monitoramento e privilegiando a conservação ambiental.

Exemplos: Nascentes, córregos, áreas de mata preservada, atividades monitoradas e de pesquisa etc.

No Parque Fazenda da Juta inclui área de mata preservada, nascente e córrego, além de áreas de recuperação florestal vinculadas à futura nova fase de implantação do parque, com uso monitorado exclusivo para pesquisa, recuperação ambiental, visitas guiadas ou educação ambiental monitorada.

Mapa 19 - Setorização do Parque Fazenda da Juta



<p>Localização - Limites municipais de São Paulo e subprefeituras em destaque</p>	<p>PARQUE FAZENDA DA JUTA</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Acesso Parque ◆ Nascente — Logradouros — Curva de nível — Curso d'água □ Limite do Parque □ Área de Proteção Permanente (APP) <p>Setores Parques</p> <ul style="list-style-type: none"> Setor 1: Uso intensivo Setor 2: Uso moderado Setor 3: Uso monitorado Área em processo de remoção <p>Fontes: Limite do parque (PDE, 2023). Logradouros, Curso d'água, Curvas de Nível (Geosampa, 2023). Nascentes, APPs (Geoambiental, 2024). Imagem de satélite (BING, 2024).</p> <p>0 60 120 m</p> <p>Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000 Projeção: UTM, Fuso: 23S</p>	<p>Nota: As bases de dados referentes à hidrografia, incluindo cursos d'água, nascentes e as correspondentes Áreas de Preservação Permanente (APPs), podem apresentar uma acurácia limitada em relação à realidade, visto que são resultados de modelagens de dados geográficos. Informações hidrográficas de maior confiabilidade foram geradas pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente a partir de levantamentos de campo e topográficos durante a execução do projeto do parque.</p>	
<p>SETORES</p>	<p>Projeto</p>	<p>Instituições responsáveis</p>	<p>Data: 09/2024 Escala: 1:2.500 Elaboração: ONU-Habitat</p>

Fonte: ONU-Habitat, 2024

9. Gestão

A gestão pública é orientada por uma série de preceitos que visam garantir que os recursos públicos sejam administrados de forma eficiente, transparente e em benefício do bem comum e interesse público. Dado que as pessoas “interessadas e impactadas” (em inglês, stakeholders) na e pela gestão pública são os habitantes da cidade e a própria sociedade civil em geral, os instrumentos que facilitam a participação social na concepção, construção e avaliação de políticas públicas contribui diretamente para que a gestão cumpra com a sua função social de maneira qualificada.

Tal forma de interagir nos seus processos internos em comunicação com partes externas à instituição pode também dar corpo ao que conhecemos como governança: à governança confere-se um conjunto de processos, políticas, leis e instituições que asseguram a direção, controle e prestação de contas de uma organização (ARAGÃO, 2006).

Durante a elaboração deste Plano de Gestão, apareceu em destaque a necessidade de detalhar o fluxograma entre as demandas dos conselhos gestores dos parques bem como dos meios de comunicação institucionais para informar, registrar e armazenar informações dos parques em questão.

9.1. Os Conselhos de Meio Ambiente

Os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES) Municipais e Regionais e os Conselhos Gestores de Parques são instâncias importantes de participação social e democrática na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável na cidade de São Paulo. Ambos estão vinculados à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), embora o primeiro se reúna na Subprefeitura e

tenha como presidente o subprefeito do respectivo território onde atua o conselho.

A atuação dos Conselhos Gestores nos Parques Municipais está prevista na Lei Municipal nº 15.910/2023. São compostos por representantes da comunidade, dos trabalhadores locais e de instituições públicas e privadas, e são responsáveis pela instância participativa mais próxima da população. Na ausência de quórum para a implantação do Conselho Gestor de Parque, o CADES Regional é a instância adequada para assumir a pauta relativa às questões que tangem os parques urbanos.

Em ambos os conselhos, os conselheiros são eleitos para um mandato de dois anos e contribuem de forma consultiva com as políticas públicas da SVMA. A Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), é aliada à Coordenação de Gestão dos Colegiados (CGC), da Divisão de Planejamento e Apoio aos Colegiados (DPAC) na condução dos conselhos gestores de parques.

Processo de Eleição dos CADES Regionais

Os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES) Regionais são conselhos consultivos, que atuam nas subprefeituras de São Paulo, com o objetivo de promover a participação da sociedade na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável (PMSP, 2024). Cada subprefeitura possui um CADES, e os conselheiros são eleitos por um processo que inclui:

- **Publicação de Edital:** A SVMA publica um edital convocando a eleição para o CADES em cada subprefeitura. O edital contém informações sobre as vagas, cronograma, requisitos para candidatura e local da votação.

- **Candidatura:** Os cidadãos interessados em participar como conselheiros devem se inscrever como candidatos. Normalmente, é necessário ser residente ou ter vínculo com a subprefeitura onde se deseja candidatar.
- **Requisitos:** Os candidatos devem atender a requisitos específicos, como ter mais de 18 anos e ser eleitor no município de São Paulo. Além disso, precisam apresentar um plano de trabalho ou proposta que justifique sua candidatura.
- **Votação:** A eleição é aberta à participação popular. Os moradores da região da subprefeitura podem votar nos candidatos, geralmente em um local indicado pelo edital. A votação é direta e secreta.
- **Apuração e Resultado:** Após a votação, os votos são apurados, e os candidatos mais votados são eleitos como conselheiros titulares e suplentes. Os mandatos geralmente têm a duração de dois anos.
- **Posse:** Os eleitos são empossados em cerimônia oficial e passam a compor o conselho, participando de reuniões periódicas e contribuindo com sugestões, análises e propostas para o meio ambiente mais equilibrado a partir da realidade local, do que se apresenta de desafios e oportunidades em cada território da subprefeitura.

Processo de Eleição dos Conselhos Gestores de Parques

Os Conselhos Gestores de Parques são formados por representantes da sociedade civil e do poder público, com o objetivo de discutir e decidir sobre questões relacionadas à gestão e manutenção dos parques municipais de São Paulo.

- **Convocação:** a eleição dos Conselhos Gestores de Parques é convocada pela SVMA, que publica um edital especificando as vagas disponíveis, o cronograma, e os procedimentos para a eleição.;
- **Candidatura:** as pessoas interessadas em ser membros do conselho devem se candidatar, atendendo aos critérios estabelecidos no edital. Normalmente, precisam ser

frequentadoras do parque ou representantes de organizações relacionadas ao meio ambiente e lazer;

- **Votação:** a eleição das pessoas conselheiras é realizada em um evento aberto à comunidade para votação;
- **Apuração e Resultado:** as pessoas candidatas mais votadas se tornam conselheiros titulares ou suplentes, conforme o número de vagas. A apuração dos votos é feita no próprio evento eleitoral;
- **Posse e Atuação:** as pessoas eleitas são empossadas e começam a participar das reuniões do conselho, onde discutem questões como a conservação do parque, a promoção de atividades culturais e educativas, e a fiscalização de serviços prestados no local.

Tanto os CADES quanto os Conselhos Gestores de Parques funcionam como espaços de participação democrática, onde representantes da sociedade civil e do poder público discutem e colaboram na gestão das políticas ambientais, a conservação e a melhoria dos espaços públicos.

Esses conselhos são fundamentais para a promoção de uma gestão participativa e para o fortalecimento da democracia no âmbito local, permitindo que os cidadãos tenham voz ativa nas questões que afetam as suas dinâmicas territoriais e o seu cotidiano em relação à cidade como um todo.

Os fluxogramas de comunicação entre a gestão e as partes interessadas foram redefinidos pela SVMA, paralelamente à elaboração deste documento. Essa reformulação visa fortalecer a transparência, garantir a impessoalidade — por meio de um procedimento que trate todos de maneira equitativa — e assegurar a responsabilidade do poder público em relação às demandas, respostas e contribuições provenientes das instâncias de participação.

Nesse sentido, foi criada a Portaria nº 114/SVMA/2024 cujo Art. 7º aborda sobre os

requerimentos de informação do conselho gestor sobre assuntos que não compete à pessoa coordenadora do conselho responder instantaneamente, mas uma divisão técnica

específica da gestão da SVMA ou de outra Secretaria.

Esta portaria estabelece que:

Art. 7º. Requerimentos de Informação: Processo que deverá ser vinculado ao processo-mãe.

§ 1º Para cada Requerimento de Informação deverá ser autuado um processo próprio em até 5 (cinco) dias após a reunião.

§ 2º A denominação do processo deve conter a seguinte inscrição: "Parque XXXXX - Conselho Gestor - Requerimento nº XX/20XX".

§ 3º Quando do encaminhamento do processo, o prazo de 30 dias deverá ser informado, conforme previsto no artigo 7º, §6º da Lei Municipal nº 15.910/2013;

§ 4º O processo deverá seguir o seguinte fluxo:

I - O Gestor autua e instrui processo próprio do requerimento, informando o prazo de 30 dias para resposta, a partir do encaminhamento;

II - O Gestor encaminha o processo para SVMA/CGPABI/DGPU;

III - SVMA/CGPABI/DGPU encaminha o processo à SVMA/CGPABI solicitando envio às unidades competentes;

IV - SVMA/CGPABI encaminha o processo às unidades competentes;

V - As Unidades devem responder o processo e devolver à SVMA/CGPABI, dentro do prazo de 30 dias, que devolverá à SVMA/CGPABI/DGPU, retornando-o ao respectivo parque com as informações;

VI - Quando do retorno com as informações, o Gestor deve apresentar as respostas ao conselho.

No caso da difusão de informações e comunicação da gestão da SVMA, perante a população, atualmente essa acontece de maneira acordada com o Conselho Gestor sobre os melhores veículos de comunicação, sendo o WhatsApp o mais utilizado.

As atas que desdobram das reuniões do conselho são publicadas no site da própria Secretaria. Contudo, a gestão possui a plataforma WebParques (2024) pensada para que seja um fórum contendo informações e recursos sistematizados para potencializar e aprimorar a administração desses equipamentos.

9.2. Custos de manutenção do Parque Fazenda da Juta

Este item apresenta a distribuição dos custos associados à manutenção e operação do parque, ao longo do ano de 2023. O objetivo é fornecer uma referência inicial que permita o planejamento estratégico para alocação dos recursos e investimentos de maneira eficiente e alinhada às necessidades do parque. A distribuição dos custos está categorizada da seguinte forma:

- 1. Contratos de vigilância patrimonial desarmada:** despesas relacionadas aos serviços de segurança e atendimento ao público, orientação e informações às pessoas frequentadoras, bem como rondas regulares visando a manutenção e conservação da infraestrutura, instalações, equipamentos e patrimônio;
- 2. Contratos de manejo e conservação de áreas verdes:** investimentos destinados à limpeza, conservação e zeladoria predial, englobando atividades como jardinagem dos canteiros e gramados, conservação do patrimônio arbóreo, e conservação geral da vegetação e das áreas do parque. Além disso, abrange varrição, limpeza de instalações e zeladoria de sanitários;
- 3. Contratos de manutenção civil:** despesas associadas à conservação e reparo das infraestruturas e edificações, abrangendo serviços de pintura, hidráulica, serralheria

e alvenaria, conforme as necessidades identificadas;

4. Custos administrativos: incluem os salários da equipe administrativa;

5. Custos de água e energia: gastos contínuos com serviços essenciais.

A Tabela 4 fornece os custos mensais referentes à cada categoria indicada acima. As informações foram obtidas junto à Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) e à Coordenação de Administração e Finanças (CAF). A ausência de alguns valores é atribuída à falta de dados disponíveis.

A partir dos dados apresentados, é possível verificar que o custo global de operação e manutenção do Parque Fazenda da Juta no ano de 2023 foi de R\$ 3.707.643,99 (três milhões, setecentos e sete mil, seiscentos e quarenta e três reais e noventa e nove centavos).

Tabela 3 - Distribuição dos custos de manutenção e operação do Parque Fazenda da Juta (valores em Real)

MÊS / CUSTO	VIGILÂNCIA	MANEJO E CONSERVAÇÃO	MANUTENÇÃO CIVIL	ADMIN.	ÁGUA	ENERGIA	TOTAL GERAL
Janeiro	145.225,14	147.061,50	11.321,69	5.362,00	-	-	308.970,33
Fevereiro	145.225,14	147.061,50	11.321,69	5.362,00	-	-	308.970,33
Março	145.225,14	147.061,50	11.321,69	5.362,00	-	-	308.970,33
Abril	145.225,14	147.061,50	11.321,69	5.362,00	-	-	308.970,33
Mai	145.225,14	147.061,50	11.321,69	5.362,00	-	-	308.970,33
Junho	145.225,14	147.061,50	11.321,69	5.362,00	-	-	308.970,33
Julho	145.225,14	147.061,50	11.321,69	5.362,00	-	-	308.970,33
Agosto	145.225,14	147.061,50	11.321,69	5.362,00	-	-	308.970,33
Setembro	145.225,14	147.061,50	11.321,69	5.362,00	-	-	308.970,33
Outubro	145.225,14	147.061,50	11.321,69	5.362,00	-	-	308.970,33
Novembro	145.225,14	147.061,50	11.321,69	5.362,00	-	-	308.970,33
Dezembro	145.225,14	147.061,50	11.321,69	5.362,00	-	-	308.970,33
Custo Anual	1.742.701,68	1.764.738,03	135.860,28	64.344,00	0,00	0,00	3.707.643,99

Fonte: Adaptado de DGPU e CAF / ONU-Habitat

10. Plano de Ação

O Plano de Ação está dividido em dois quadros, um referente às diretrizes e outro às ações. A origem das diretrizes e das ações pode ser de base técnica, introduzidas pelas equipes da SVMA e do ONU-Habitat, ou de base participativa, demandas levantadas nas oficinas realizadas com a população (Anexo I) e pelos Conselhos Gestores e CADES Regionais durante o processo de elaboração do Plano de Gestão. Os quadros apresentam diretrizes e ações para o parque e seu entorno (Território-Parque).

Esse conjunto de diretrizes e ações estão acompanhadas por uma estimativa de prazo e prioridade e, eventualmente ainda, de potencial parceria que a gestão da SVMA pode firmar para fortalecer ou viabilizar a sua execução. Observa-se que não foi estimado um prazo para as diretrizes e ações do Território-Parque, uma vez que sua realização dependerá da articulação da gestão do parque com outras instâncias da SVMA, entidades ou secretarias.

A definição dos responsáveis deve integrar o procedimento relatado acima: a pessoa coordenadora do Conselho Gestor do parque, ao formalizar a demanda ou requerimento de informação, deve solicitar o encaminhamento à unidade competente de acordo com a anuência da Coordenação de Gestão de Parques Urbano e Biodiversidade (CGPABI).

Com base nisso, a validade do presente Plano de Gestão é de cinco anos. Neste período estão contidas as diretrizes e ações de até dois anos, intituladas diretrizes de curto prazo, e as diretrizes e ações de até cinco anos intituladas de médio prazo.

Além disso, estão incluídos os “desejos de futuro” que não são necessariamente diretrizes ou ações

de longo prazo, mas aquelas que podem acontecer no decorrer dos cinco anos a partir da articulação, relevância e vontade política envolvidas.

10.1. Definição de Prazo e Prioridade

Para a execução eficiente das ações e diretrizes indicadas, foi estabelecida uma estrutura de prazos e prioridades que orientam a implementação do plano de ação, bem como asseguram que os recursos sejam alocados de maneira estratégica para atender às necessidades mais prementes.

Os prazos categorizam as atividades e ações conforme sua urgência e complexidade, visando garantir que os objetivos sejam atingidos em tempo hábil. Sua classificação em “curto”, “médio” e “ações recorrentes” permite uma abordagem que distingue o que precisa de atenção imediata e o que pode ser abordado de maneira gradual.

A definição de prioridades na gestão pública envolve a identificação e classificação das necessidades e objetivos para garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis.

Dessa forma, a definição dos prazos e prioridades está orientada pelos seguintes critérios:

Prazo

Curto Prazo: Ações que possuem prioridade alta e que são resolutivas em dois anos.

Médio Prazo: Refere-se a um período intermediário de cinco anos, quando será realizado um balanço das diretrizes e ações implementadas. Este prazo requer um estudo de viabilidade. Levam um tempo para ser planejadas antes de implementadas.

Ação recorrente: Ações de manutenção, que já ocorrem e que cotidianamente podem ser monitoradas.

Periodicidade ou vigência do Plano: dez anos e revisão intermediária (balanço) cada cinco anos. Dois anos depois da publicação, a pedido do Conselho Gestor, poderá ser feita uma revisão inicial para avaliar a implementação das ações de curto prazo e adicionar novas informações ou ações motivadas por situações ou mudanças não previstas no Plano de Gestão.

Prioridade

A definição de prioridades na gestão pública envolve a identificação e classificação das necessidades e objetivos para garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis. Os critérios geralmente incluem:

Prioridade zero: Diretrizes e ações que precisam ser realizadas imediatamente para evitar problemas maiores. Trata-se de diretrizes e ações que apresentam um risco alto para a população e que, no prazo de um ano, devem ser executadas ou encaminhadas antes das demais ações – inclusive de curto prazo.

Prioridade alta: Diretrizes e ações que devem priorizar áreas que comprometem o uso e função socioambiental do parque. Trata-se de diretrizes e ações que apresentam um impacto grande na percepção de uso da população.

Prioridade média: Diretrizes e ações que conferem benefícios à qualidade ambiental ou de uso para os frequentadores do parque. Deve-se considerar a viabilidade técnica, financeira e política das ações ou projetos.

Contudo, recomenda-se ainda que as ações e projetos sejam distribuídos de forma justa entre diferentes grupos da sociedade, especialmente os mais vulnerabilizados.

10.2. Desejos de futuro

Referem-se a ações, propostas ou aspirações que demandam um estudo de viabilidade e não estão em concordância com o projeto atual, implicando, portanto, em mudanças significativas no planejamento existente. Essas questões são frequentemente complexas e envolvem a elaboração de novos projetos, a necessidade de orçamentos adicionais.

Ademais, incluem-se nessa categoria aspectos que envolvem a dimensão do “sonho”, ou seja, desejos não estritamente necessários para o correto funcionamento do parque, mas que são relevantes e requerem estudo de viabilidade.

Esse entendimento se alinha com a perspectiva de que o “desejo de futuro” aqui será entendido como algo que difere de uma ação recorrente ou de uma diretriz, dada a sua complexidade de articulação e execução.



10.3. Quadro de diretrizes

Legenda



SOLO (SO)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
SO2	Técnica	Evitar impermeabilizar o solo em área maior do que a prevista no projeto arquitetônico original; quando necessária instalação de pisos diversos, avaliar a possibilidade de priorizar materiais permeáveis e/ou drenantes, de acordo com a Lei Municipal nº 11.509 de 1994.	Alta	Recorrente
SO4	Técnica	Manter camada de serrapilheira ou plantar forrações, evitando exposição do solo, para proteção contra erosão, compactação, diminuição da variabilidade térmica, evaporação e lixiviação de nutrientes.	Alta	Recorrente
SO5	Técnica	Promover a drenagem onde ocorrer empoçamento de água pluvial, através da melhoria dos aspectos físicos do solo (por exemplo, incorporação de areia), utilização de tubos drenantes ou outras técnicas que possibilitem a infiltração e/ou escoamento da água.	Média	Médio
RECURSOS HÍDRICOS (RH)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
RH9	Técnica	Minimizar potenciais impactos e zelar pela integridade de áreas úmidas e brejosas, que merecem destaque pela sua importância na prestação de serviços ecossistêmicos, regulação climática, conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos.	Alta	Recorrente
VEGETAÇÃO (VE)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
FRAGMENTOS FLORESTAIS				
VE8	Técnica	Eliminar a prática do bosqueamento, ou seja, roçada do sub-bosque nas áreas florestais, de forma a proteger e permitir o desenvolvimento da vegetação arbóreo-arbustiva em processo de regeneração/sucessão ecológica.	Alta	Recorrente
VE11	Técnica	Novos plantios poderão seguir as proporções de espécies pioneiras, secundárias e climáticas indicadas na Resolução SMA 08/08, sempre com orientação da equipe técnica da SVMA.	Média	Recorrente

VE12	Técnica	No enriquecimento, incluir espécies vegetais nos mais variados estratos (herbáceo, arbustivo, arbóreo e epifítico), diversificando os recursos e nichos ecológicos possíveis para a fauna.	Média	Recorrente
VE13	Técnica	Considerar a possibilidade de substituição gradativa de espécies exóticas, que vierem a adoecer e/ou morrer, por espécies nativas do bioma regional.	URGENTE	Recorrente
ÁREAS AJARDINADAS				
VE15	Técnica	Limitar as áreas gramadas, que consomem muitos recursos e demandam manejo constante, àqueles locais onde ocorram atividades físicas, recreativas e esportivas que justifiquem sua existência.	Média	Médio
VE16	Técnica	Havendo gramado, reduzir a frequência das roçadas, de forma a possibilitar a produção e dispersão de sementes, maximizando a biodiversidade de fauna silvestre, especialmente de aves granívoras como o papa-capim, bico-de-lacre, coleirinha e canário-da-terra.	Alta	Recorrente
VE17	Técnica	Observar a altura de corte recomendada para cada espécie de grama, por exemplo grama bermudas (manter tamanho mínimo de folha de 3cm acima do nível do solo), esmeralda (4 a 5 cm) e são-carlos (5 a 7 cm), e a frequência diferencial de roçadas em cada estação do ano.	Média	Recorrente
VE18	Técnica	Não realizar cortes muito baixos e/ou frequentes que possam danificar o rizoma do gramado, gerar áreas falhas e ocasionar a exposição do solo.	Alta	Recorrente
VE19	Técnica	Em áreas de gramado úmidas, com presença de musgos superficiais, promover a aeração periódica através da escarificação, corte vertical e retirada de cama de palhada seca.	Alta	Recorrente
VE20	Técnica	Em áreas de gramado falho, com solo compactado, realizar cobertura fina de areia Média lavada e composto orgânico na proporção 1:1, especialmente no começo da primavera.	Alta	Recorrente
VE21	Técnica	Manter período de repouso para recuperação de gramados com intenso pisoteio, através da delimitação, cercamento e sinalização da área para conhecimento da população.	Alta	Recorrente
VE22	Técnica	Estabelecer locais de menor intervenção, como por exemplo grandes áreas que raramente são roçadas/manejadas, ou mesmo realizar a retirada do gramado e plantio (direto ou por semeadura) de espécies herbáceas nativas, formando um relvado biodiverso atrativo à polinizadores, dispersores e herbívoros diversos. Esses locais devem ser sinalizados evidenciando a relevância de sua manutenção como forma de maximizar a biodiversidade do parque.	Alta	Médio
VE23	Técnica	Zelar pela integridade dos canteiros ajardinados, monitorando a presença de áreas falhas e necessidade de realizar adubação, replantios e podas de renovação periódicos.	Alta	Recorrente

ÁREAS AJARDINADAS				
VE24	Técnica	Realizar rega diferencial de acordo com as estações do ano, insolação (áreas ensolaradas/sombreadas) e necessidades hídricas de cada espécie, de modo a garantir sua sanidade e pleno desenvolvimento.	Alta	Recorrente
VE25	Técnica	Fiscalizar e coibir práticas como o pisoteamento dos canteiros, descarte de resíduos sólidos ou líquidos, assim como dejetos de animais domésticos, ou outras atividades que possam danificar as mudas existentes.	Alta	Recorrente
VE26	Técnica	Realizar delimitação dos canteiros herbáceos através da instalação de limitadores (plásticos ou de outros materiais) onde houver encontro com o gramado, evitando assim a invasão pela grama (competição e enfraquecimento das mudas herbáceas), facilitando a manutenção periódica e mantendo o desenho original do canteiro (proposto em projeto).	Média	Médio
VE27	Técnica	Incentivar o plantio de herbáceas e arbustivas nativas que sejam atrativas a borboletas, beija-flores, abelhas e outros polinizadores, como forma de perpetuar a presença destas espécies na malha urbana.	Alta	Recorrente
VE28	Técnica	Avaliar a possibilidade de substituir a vegetação exótica implantada no paisagismo por espécies nativas ornamentais, mantendo o layout do projeto original, mas ampliando a oferta de recursos para a fauna silvestre, reestabelecendo as interações ecológicas, e favorecendo o conhecimento e valorização da flora nativa pela população.	Média	Média
ÁRVORES				
VE30	Técnica	Contratar ou treinar profissionais para realização periódica de diagnóstico e análise de risco de queda das árvores, bem como para indicação de tratamentos fitossanitários quando pertinente, especialmente próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, como trilhas, praças, playgrounds, estacionamentos e áreas esportivas.	Alta	Curto
VE31	Técnica	Realizar poda e supressão de árvores sempre com autorização do órgão ambiental competente, e somente em casos de risco de queda e risco de acidentes envolvendo pessoas e patrimônio. Para árvores com risco iminente, contatar Defesa Civil ou Corpo de Bombeiros.	Alta	Recorrente
VE32	Técnica	Realizar podas de equilíbrio, formação, condução e limpeza sempre respeitando a arquitetura e forma intrínseca de cada espécie. Evitar a qualquer custo poda de raízes, pelo seu potencial de desestabilizar a árvore, aumentando o risco de tombamentos. Seguir orientações contidas no Manual Técnica de Poda de Árvores da Prefeitura.	Alta	Recorrente

VE33	Técnica	Manter árvores mortas e galhos secos que não estejam oferecendo risco direto de acidentes, especialmente nas áreas florestais. Quando em pé, a madeira morta serve de local para construção de ninhos de besouros, abelhas solitárias e aves (como os pica-paus, corujas, tucanos, periquitos e papagaios); quando já caída, serve de esconderijo e local de vida ocasional para muitos animais, além de alimentar uma diversidade enorme de seres xilófagos e saprófitos, como cupins, besouros, traças, fungos e outros microrganismos, fundamentais para a saúde do solo.	Alta	Recorrente
VE34	Técnica	Em árvores isoladas, especialmente aquelas em áreas gramadas, manter coroamento de 40 a 50cm de distância do colo ou aplicar outras técnicas/materiais que protejam o caule delas para evitar ferimentos por ocasião da roçada do gramado.	Alta	Recorrente
VE35	Técnica	Evitar a instalação de canteiros elevados ou adição de camadas de solo que encubram a base do tronco das árvores existentes, evitando assim o soterramento de colo, situação que pode levar ao definhamento e morte das mesmas.	Alta	Recorrente
VE36	Técnica	Evitar, a qualquer custo, a pintura dos troncos (inclusive caiação), fixação de pregos, placas, arames, cordas, balanços, tecidos ou bordados que possam causar ferimentos, estrangulamento ou trazer umidade excessiva que facilite a instalação pragas e doenças.	Alta	Recorrente
VE37	Técnica	Fiscalizar e coibir a prática de anelamento, seja por corte ou instalação de cordas/arames apertados, assim como a realização de quaisquer outros ferimentos na casca das árvores, como inscrições de nomes, por exemplo.	Alta	Recorrente
VE38	Técnica	Manter, na base das árvores, área permeável, na forma de canteiro ou faixa, que permita a infiltração de água e aeração do solo. As dimensões mínimas recomendadas para essas áreas não impermeabilizadas são de 2,0m² para árvores de copa pequena (diâmetro de até 4,0 m) e de 3,0 m² para árvores de copa Média ou grande (diâmetro acima de 4,0 m).	Alta	Recorrente
NOVOS PLANTIOS				
VE39	Técnica	Novos plantios, de espécies arbóreas, arbustivas e ornamentais, devem ser realizados apenas pela equipe interna do parque ou por outras equipes desde que autorizadas pela Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), não sendo permitido à população efetuar plantios de forma espontânea.	Alta	Recorrente
VE41	Técnica	Realizar plantios e transplantes preferencialmente no período das chuvas (primavera e verão), para minimizar estresses, facilitar o pegamento e maximizar a taxa de sobrevivência das mudas.	Alta	Recorrente

VE42	Técnica	Quando do plantio de canteiros de forrações e arbustivas, cobrir sempre o solo ao redor das mudas com folhas secas, aparas de grama ou material particulado (resíduos vegetais triturados), protegendo o solo contra compactação, aquecimento e ressecamento, facilitando assim o pegamento das mudas.	Alta	Recorrente
VE43	Técnica	Para o plantio de árvores, seguir orientações contidas no Manual Técnico de Arborização Urbana da Prefeitura de São Paulo, quanto à abertura de berços, plantio e tutoramento das mudas.	Alta	Recorrente
VE44	Técnica	Empregar diversidade de plantas com épocas de floração e frutificação espalhadas ao longo do ano, garantido assim apelo visual/paisagístico constante, além de recursos alimentares para a fauna silvestre nas diferentes estações.	Alta	Recorrente
VE45	Participativa	Avaliar a possibilidade de plantio de árvores frutíferas, de espécies nativas, especialmente próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, favorecendo assim maior interação, reconhecimento e valorização da flora nativa regional.	Alta	Recorrente
VE46	Técnica	Empregar preferencialmente espécies nativas regionais, que exigem menor manutenção, fornecem serviços ecossistêmicos e sustentam espécies da fauna nativa com hábitos especializados.	Alta	Recorrente
VE47	Técnica	Estudar o plantio de espécies que reconhecidamente façam parte da dieta dos animais ameaçados de extinção e/ou raros presentes no parque, como forma de perpetuar a presença destas espécies na malha urbana.	Média	Médio
VE48	Técnica	Utilizar espécies nativas do município de São Paulo baseando-se na Portaria SVMA 60/2011, que publica a Lista de Espécies Vegetais Vasculares Nativas do município de São Paulo, e Portaria SVMA 61/2011, que publica a Lista de espécies arbóreas nativas do município de São Paulo sugeridas para utilização em termos de ajustamento de conduta e projetos de recuperação florestal, de enriquecimento florístico, paisagístico, de compensação ambiental, de arborização urbana, entre outros	Alta	Recorrente
VE49	Técnica	Canalizar recursos de compensações ambientais no município, ou eventos de empresas que queiram/necessitem neutralizar emissões de Carbono, com ações de plantio e manutenção na área interna do parque e seu entorno.	Alta	Recorrente

ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS				
VE50	Técnica	Novos plantios, inclusive de ornamentais em áreas ajardinadas, devem evitar a utilização de espécies exóticas, principalmente aquelas com potencial invasor ou dominante, que possam alterar a dinâmica e equilíbrio do ecossistema, seja por abafamento, competição, alelopatia ou sombreamento excessivo.	Alta	Recorrente
VE51	Técnica	Evitar igualmente o plantio de espécies que possuam estruturas subterrâneas de propagação vegetativa (ex.: bambu, espada-de-são-jorge, curculigo) ou crescimento estolonífero (ex.: lambari, tostão), que se alastram com facilidade e tendem a formar populações dominantes, especialmente nas proximidades de áreas de preservação.	Alta	Recorrente
VE52	Técnica	Evitar o despejo de resíduos vegetais nas áreas de mata, especialmente aqueles contendo restos de poda de grama e espécies ornamentais exóticas (como lambari, agapanto, singônio), minimizando assim o risco de invasão biológica.	Alta	Recorrente
VE54	Técnica	Identificar focos de ocorrência de espécies exóticas invasoras no entorno do parque de forma a minimizar o risco de introdução e/ou reintrodução através de vetores bióticos e outras vias de dispersão.	Alta	Recorrente
VE56	Técnica	No caso de espécies invasoras já estabelecidas no interior do parque, orientar funcionários para identificar e realizar o monitoramento periódico de propágulos, retirada de sementes no solo e arranquio de plântulas (com sistema radicular), visando o controle da sua população.	Urgente	Curto
VE58	Técnica	Elaborar plano de manejo para as espécies exóticas com potencial invasor presentes no parque: cinamomo (<i>Melia azedarach</i>), uva-japonesa (<i>Hovenia dulcis</i>), palmeira-seafórtia (<i>Archontophoenix cunninghamiana</i>), leucena (<i>Leucena leucocephala</i>), alfenerio (<i>Ligustrum lucidum</i>), abacateiro (<i>Persea americana</i>) e palmeira-leque-da-china (<i>Livistona chinensis</i>), lírio-do-brejo (<i>Hedychium coronarium</i>), mamona (<i>Ricinus communis</i>), amoreira (<i>Morus nigra</i>), nespereira (<i>Eriobotrya japonica</i>), jambo (<i>Syzygium jambos</i>), pau-d'água (<i>Dracaena fragans</i>), bambu-de-jardim (<i>Phyllostachys aurea</i>), ipêzinho-de-jardim (<i>Tecoma stans</i>), malvaisco (<i>Malvaviscus arboreus</i>), maria-sem-vergonha (<i>Impatiens walleriana</i>), jaqueira (<i>Artocarpus heterophyllus</i>) e árvore-polvo (<i>Schefflera actinophylla</i>).	Alta	Curto
VE59	Técnica	Consultar a Base de Dados de Espécies Exóticas Invasoras (https://institutohorus.org.br/), para maiores informações sobre taxonomia, ecologia, introdução e dispersão, impactos, manejo e análise de risco.	Alta	Recorrente

TREPADEIRAS, EPIFITAS E PARASITAS				
VE60	Técnica	Aproveitar as epífitas de galhos caídos (ex.: orquídeas, bromélias, samambaias etc.), recolocando-as em outros troncos, preferencialmente através da utilização de barbantes de material biodegradável, sem apertar demasiado o caule da árvore, permitindo seu correto desenvolvimento.	Alta	Recorrente
VE61	Técnica	Monitorar o desenvolvimento de hemiepífitas lenhosas como figueiras mata-pau (gênero Ficus) e brassaias (gênero Schefflera), que podem causar estrangulamento mecânico ao não permitir a continuidade do crescimento da árvore hospedeira.	Alta	Recorrente
VE62	Técnica	Monitorar o desenvolvimento de epífitas do gênero Tillandsia, pela possibilidade de atuarem como parasitas estruturais, causando efeitos adversos na árvore hospedeira, como desfolha, redução da capacidade fotossintética e da movimentação de seiva, declínio e morte de galhos.	Alta	Recorrente
VE63	Técnica	Realizar controle de ervas-de-passarinho apenas quando detectado alto grau de infestação ou quando estiverem causando danos às árvores que possam estabelecer risco de acidentes, tendo em vista que as mesmas constituem importante fonte de néctar para beija-flores e outros polinizadores devido ao longo período de floração, além de fonte alimentar para diversas espécies de aves, inclusive durante o inverno.	Alta	Recorrente
VE64	Técnica	Realizar monitoramento de trepadeiras nas clareiras e bordas de fragmentos florestais, removendo-se somente o excesso para evitar sobrepeso e sufocamento dos exemplares arbóreos.	Alta	Recorrente
VE65	Técnica	Executar o manejo sempre sob orientação de profissional técnico que analisará a eventual necessidade de poda da árvore hospedeira visando o controle da infestação.	Alta	Recorrente
PRAGAS E DOENÇAS				
VE66	Participativa	Na manutenção das áreas verdes, aplicar princípios ecológicos que priorizem a proteção e regeneração da flora, fauna e recursos naturais (como solo e água), maximizando assim a potencialidade do parque de funcionar como refúgio urbano, inclusive climático, e sua prestação de serviços ecossistêmicos.	Alta	Recorrente
VE67	Técnica	Evitar a utilização de adubos minerais e outras substâncias químicas como pesticidas, inseticidas e herbicidas durante a manutenção das áreas verdes do parque, reduzindo impactos diretos e indiretos aos funcionários, visitantes e meio ambiente.	Alta	Recorrente

VE68	Participativa	Seguir o estabelecido na Nota Técnica 04/16 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que presta esclarecimentos sobre capina química em ambiente urbano de intersecção com outros ambientes.	Alta	Recorrente
VE69	Técnica	Quando necessário controle de pragas e doenças, dar preferência à catação manual, utilização de armadilhas, repelentes, caldas e produtos orgânicos, e ao controle biológico por predadores naturais.	Alta	Recorrente
VE70	Técnica	Em caso de infestações permanentes e/ou massivas, buscar parceria com instituições de pesquisa, como universidades, através de Termo de Cooperação Técnica.	Alta	Médio
PREVENÇÃO DE ACIDENTES				
VE71	Técnica	Evitar o plantio de árvores com frutos grandes e/ou pesados, espécies dotadas de espinhos, princípios alergênicos ou tóxicos, próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, como trilhas, playgrounds, estacionamentos, praças e áreas esportivas.	Alta	Recorrente
VE72	Técnica	Árvores com frutos grandes e/ou pesados devem ter sua área de projeção de copa isolada e sinalizada durante o período de frutificação para evitar acidentes.	Alta	Recorrente
VE73	Técnica	Árvores que produzam flores e/ou frutos que possam estabelecer superfícies escorregadias quando da sua queda, devem ter sua área de projeção de copa isolada e sinalizada durante o período de floração/frutificação para evitar acidentes.	Alta	Recorrente
VE74	Técnica	Atentar-se para a presença de raízes superficiais que possam estabelecer obstáculos ao longo de trilhas ou vias de circulação preferencial de pessoas; nesse caso, deve-se avaliar a possibilidade de mudança de trajeto e/ou adequação das trilhas/caminhos, evitando-se ao máximo a realização de podas nas raízes.	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS				
VE76	Técnica	Avaliar a necessidade de instalação de aceiros, que são faixas onde o solo é mantido exposto, principalmente ao longo de divisas, cercas e áreas de vegetação nativa. Os aceiros devem ser estrategicamente planejados e mantidos livres de qualquer vegetação, galhos e folhas secas que possam funcionar como combustível para a propagação do fogo. Seguir as orientações contidas no Decreto Estadual 47.700/2003.	Alta	Médio
VE77	Técnica	Avaliar, em conjunto com o Corpo de Bombeiros, a necessidade de criação de uma brigada de incêndio, treinada periodicamente e munida com os equipamentos adequados, para lidar com incêndios, de Origem natural ou antrópica, especialmente no período de seca (outono/inverno).	Alta	Curto
VE78	Técnica	Conscientizar a população do entorno e visitantes do parque sobre os perigos de soltar balão, despejar bitucas de cigarro acessas, atear fogo a lixo ou outros resíduos e o risco decorrente de incêndios, assim como informar sobre a legislação ambiental incidente.	Alta	Curto

VE79	Participativa	Sempre realizar a retirada e destinação adequada de resíduos de poda e/ou roçagem do gramado, para evitar que possam funcionar como combustível para a propagação de incêndios.	Alta	Curto
------	---------------	---	------	-------

COLETA E PESQUISA

VE80	Técnica	Coibir e fiscalizar a coleta de folhas, flores, mudas e sementes pela população.	Alta	Recorrente
VE81	Técnica	Permitir a coleta de amostras para pesquisa à equipe do Herbário Municipal; demais interessados devem apresentar projeto, de acordo com normas da Comissão de Avaliação técnico-científica da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI).	Alta	Recorrente

FAUNA (FA)

Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
FAUNA SILVESTRE				
FA1	Técnica	Zelar pelo bem-estar, integridade e segurança dos animais silvestres existentes no parque.	Alta	Recorrente
FA5	Técnica	Evitar a fragmentação das áreas verdes existentes através da instalação de gradis, alambrados, passarelas, muros e/ou edificações que possam dificultar o livre trânsito da fauna silvestre, promover seu encerramento, aprisionamento e/ou ferimentos de qualquer natureza.	Alta	Recorrente
FA6	Técnica	Quando da existência de fragmentos significativos, que estejam desconectados, avaliar a possibilidade de conexão através de plantio direto de mudas ou então avaliar a possibilidade de instalação de passagens de fauna ou outras estratégias que possibilitem a movimentação dos animais.	Alta	Recorrente
FA8	Técnica	Preservar locais para reprodução das espécies silvestres, como vegetação na margem de corpos hídricos, ocos de árvore e árvores mortas (que não ofereçam risco aos usuários) e maciços de vegetação arbustiva, arbórea e relvados.	Alta	Médio
FA9	Técnica	Interromper imediatamente toda e qualquer atividade que potencialmente perturbe ou destrua ninhos e demais criadouros de animais silvestres. Pela Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/98), a fauna silvestre e seus ninhos ou criadouros naturais estão protegidos e, portanto, não podem ser removidos.	Alta	Recorrente
FA10	Técnica	Caso constate-se a presença de ninhos de aves em árvores cuja supressão ou poda esteja autorizada, realizar o monitoramento do ninho e aguardar até que os filhotes voem e abandonem o ninho por conta própria, para então retomar as atividades.	Alta	Recorrente

FA11	Técnica	Caso constate-se a presença de ninhos no solo (gramados), o que é esperado para o quero-quero (<i>Vanellus chilensis</i>) por exemplo, isolar a área do ninho com sinalização visual (fita zebrada) considerando uma margem de segurança de aproximadamente 2,0 metros de raio a partir do centro do ninho, visando evitar o estresse dos animais e garantir seu sucesso reprodutivo.	Alta	Recorrente
FA12	Técnica	Caso constate-se a presença de criadouro natural de outras espécies silvestres, a exemplo do gambá-de-orelha-preta (<i>Didelphis aurita</i>), em ocos de árvores, arbustos densos ou em edificações, isolar a área do ninho com sinalização visual (fita zebrada, por exemplo), monitorar o criadouro e aguardar o animal abandonar o local por conta própria para proceder com qualquer intervenção.	Alta	Recorrente
FA13	Técnica	Autorizar a realização de estudos e pesquisas, incluindo a coleta de material biológico, aos Técnicos e pesquisadores da SVMA. Demais pesquisas no interior do Parque poderão ser realizadas mediante apresentação e aprovação de projeto, de acordo com normas da Comissão de Avaliação técnico-científica da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI).	Alta	Recorrente

PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS

FA14	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto (ex.: atropelamento, caça e captura, pesca predatória, ferimentos causados por linhas de pipa, eletrocussões etc.) incidentes sobre os animais silvestres e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção da biodiversidade do parque.	Alta	Recorrente
FA15	Técnica	Fiscalizar e coibir a prática de qualquer ato de perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna silvestre, bem como quaisquer atividades que venham a afetar a vida animal em seu meio natural.	Alta	Recorrente
FA16	Técnica	Articular a equipe de vigilância do parque e a Guarda Civil Metropolitana – GCM – visando a prevenção e coibição de atividades ilegais que a equipe de vigilância sozinha não tenha condições de resolver (por não ser sua atribuição ou por não dispor das condições para tal), a exemplo de crimes ambientais, como caça, pesca, depósito de resíduos, construção irregular, etc.	Média	Recorrente
FA17	Técnica	Fiscalizar e coibir a soltura de pipas que utilizem linhas cortantes na área interna do parque, em conformidade com a Lei Estadual nº 17.201 de 2019, e com a Portaria SVMA/CGPABI nº 14 de 2021.	Média	Recorrente
FA18	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, ou a que vier substituí-la, principalmente no tocante à iluminação artificial, emissão de som e/ou ruído, instalação de superfícies transparentes ou reflexivas, uso de drones, instalação de apetrechos em corpo hídrico, destinação de resíduos sólidos entre outros.	Alta	Recorrente

FA19	Técnica	Minimizar a poluição luminosa, especialmente deletéria à animais noturnos, aves migratórias e insetos, através da utilização de lâmpadas especiais, com foco direcionado ao solo, em altura mais baixa que a copa das árvores e com sensores de movimento, que deverão ser deixadas desligadas durante o período em que o parque estiver fechado, principalmente próximo aos fragmentos florestais.	Alta	Recorrente
FA20	Participativa	Caso não esteja disposto no Regulamento de Uso do Parque, e com anuência do Conselho Gestor, poderão ser destinados locais e horários específicos à prática monitorada de soltura de pipa (sem linha cortante), desde que respeitadas as distâncias mínimas de segurança e assegurado que tal atividade não cause impactos à fauna, flora e recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente
FA21	Técnica	Fiscalizar e coibir a utilização de fogos de artifício sonoros, pelo seu reconhecido impacto à fauna; no caso de fogos de artifícios não sonoros, sua utilização fica condicionada à autorização da Divisão de Fauna Silvestre (DFS).	Alta	Recorrente
FA22	Técnica	Fiscalizar a utilização de drones, principalmente durante os períodos de reprodução e/ou migração, pelo risco de interferência por estímulos sonoros e visuais e colisão com aves, causando óbitos. A utilização de drones fica condicionada à autorização da Divisão de Fauna Silvestre (DFS), sendo proibido uso recreacional e particular.	Alta	Recorrente
FA23	Técnica	Minimizar o uso de vidraças, superfícies translúcidas ou reflexivas nas edificações, ou adequar as existentes, de modo a reduzir os riscos de colisão direta e mortalidade das aves.	Alta	Recorrente
FA24	Técnica	Comedouros, bebedouros e “banheiras” para aves, quando existentes, devem ser instalados longe de vidraças, superfícies translúcidas ou refletivas, pois ao disputarem alimento certas aves podem colidir com estas estruturas. Devem também ser higienizados diariamente para reduzir o risco de transmissão de doenças e parasitas entre os indivíduos visitantes.	Alta	Recorrente
FA25	Técnica	Monitorar locais que contenham painéis fotovoltaicos e solares, pela possibilidade de ocorrência do “efeito lago”, que é quando as aves pousam nas placas acreditando se tratar de um lago e podem sofrer lesões ou mesmo vir a óbito.	Alta	Recorrente
FA26	Técnica	Evitar a utilização de sopradores de folhas, principalmente aqueles movidos a gasolina, não só pela poluição sonora e atmosférica, e riscos associados à saúde humana, mas principalmente pelos danos causados aos insetos e outros artrópodes residentes na serrapilheira.	Alta	Recorrente
FA27	Técnica	Prevenir o contato físico entre a população e os animais silvestres, por meio de sinalização e fiscalização, devido ao risco de acidentes e transmissão de doenças.	Alta	Recorrente

FA28	Técnica	Explicitar em placas as proibições de introduzir animais nos parques e de alimentar animais silvestres e fazer parte do treinamento dos funcionários da vigilância para que possam coibi-las adequadamente.	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO DE ACIDENTES				
FA32	Técnica	Os animais silvestres eventualmente encontrados na área do Parque devem ser capturados somente quando estiverem fora do seu ambiente natural, estiverem machucados ou de alguma forma presos (imobilizados ou contidos em determinado local) e oferecerem risco iminente às pessoas.	Alta	Recorrente
FA34	Técnica	Encaminhar animais silvestres feridos, doentes ou mortos, tão logo seja possível, para a Divisão da Fauna Silvestre (DFS) para identificação da espécie, necropsia ou tratamento adequado, reabilitação e soltura.	Alta	Recorrente
FA35	Técnica	Adotar as medidas necessárias para o manejo da fauna sinantrópica (ex.: abelha africanizada, aranha, barata, barbeiro, caramujo-africano, carrapato, escorpião, formigas, lacraias e centopeias, morcegos, ratos, moscas, mosquitos, percevejos, pernilongos, pombos, pulgas, taturanas e vespas) eventualmente ocorrente no Parque, tendo em vista a possibilidade de transmissão de doenças, agravos à saúde do homem e animais.	Alta	Recorrente
FA36	Técnica	Tanto para os casos de abrigos instalados (colmeias ou vespeiros), como para os casos de enxames viajantes de abelhas africanizadas (<i>Apis mellifera</i>), vespas ou marimbondos, recomenda-se o isolamento do local, de modo a não permitir a aproximação de pessoas ou animais, e acionamento da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).	Alta	Recorrente
FA37	Técnica	No caso de abelhas sem ferrão e vespas nativas, que não oferecem riscos à saúde pública, as ações de manejo devem se pautar na legislação vigente.	Alta	Recorrente
FA38	Técnica	Evitar a retirada de lagartas de borboletas e mariposas, que embora possam causar danos pontuais à vegetação, constituem elemento-chave nas cadeias tróficas, pois transferem mais energia das plantas para outros animais do que todos os outros herbívoros combinados. No caso de lagartas venenosas, como aquelas do gênero <i>Lonomia</i> por exemplo, recomenda-se o isolamento do local, de modo a não permitir a aproximação de pessoas ou animais, e acionamento da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).	Alta	Recorrente
FA39	Técnica	Em caso de emergência, contatar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) ou o Corpo de Bombeiros (193) e seguir o protocolo de emergências.	Alta	Recorrente

ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS				
FA41	Técnica	Monitorar a presença do sagui (<i>Callithrix sp.</i>), espécie considerada exótica e introduzida na região sudeste do Brasil, devido ao risco de invasão, competição e hibridização com as populações de saguis nativos, que enfrentam ameaça de extinção.	Alta	Recorrente
FA42	Técnica	Consultar a Deliberação nº 30/2011, que reconhece a lista de espécies exóticas com potencial de bioinvasão no Estado de São Paulo, e a Deliberação Normativa nº 2/2011, que dispõe sobre a elaboração e a atualização de lista de espécies exóticas com potencial de bioinvasão no Estado de São Paulo e dá outras providências.	Alta	Recorrente
FA43	Técnica	Consultar a Base de Dados de Espécies Exóticas Invasoras (https://institutohorus.org.br/), para maiores informações sobre taxonomia, ecologia, introdução e dispersão, impactos, manejo e análise de risco.	Média	Média
FAUNA DOMÉSTICA				
FA44	Gestão/ operação	Orientar os funcionários para fiscalizar a entrada de cães acompanhados de seus tutores no Parque, garantindo seu livre acesso ao local, desde que sejam mantidos com os devidos equipamentos de segurança exigidos por lei (coleiras, guias e eventualmente focinheiras), de acordo com a Portaria SVMA nº 79 de 2023.	Alta	Recorrente
FA45	Participativa	Fiscalizar e orientar a população sobre a necessidade de recolher os dejetos dos animais domésticos, assim como avaliar a possibilidade de instalar dispensador de sacos higiênicos e lixeiras nos locais de maior concentração e passagem de animais.	Alta	Recorrente
FA46	Participativa	Monitorar a população de animais domésticos abandonados no parque, com vistas a promover a redução populacional e o acompanhamento da condição sanitária dos mesmos por meio da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).	Alta	Recorrente
FA47	Participativa	Firmar, caso necessário, parcerias com entidades que promovam ações de adoção e castração de animais domésticos.	Média	Média
FA48	Técnica	Não realizar eventos de venda e adoção de animais no parque, visando não estimular o abandono de novos indivíduos, de acordo com a Portaria SVMA nº 73 de 2020.	Alta	Recorrente
FA49	Técnica	Articular e sensibilizar a população residente no entorno direto do parque para que animais domiciliados, em especial cães e gatos, sejam contidos para evitar sua entrada desacompanhada no parque e sejam castrados, marcados (coleira, chip etc.) e identificados, ficando sob posse responsável.	Alta	Recorrente

CAMINHOS (CA)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
PASSEIOS				
CA3	Participativa	Garantir a acessibilidade universal na maior parte do parque de acesso e uso públicos.	Média	Médio
TRILHAS				
CA4	Técnica	Quando da existência de trilhas, realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto porventura incidentes (como erosão e compactação do solo, danos à vegetação e fauna) e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente
CA5	Técnica	Planejar e manter as trilhas considerando o menor impacto possível ao meio ambiente.	Alta	Recorrente
ILUMINAÇÃO E REDE ELÉTRICA (IL)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
IL2	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, que estabelece os procedimentos para a realização de instalações, produções e eventos que importem em potenciais impactos à fauna silvestre e ornamental nos Parques Municipais, principalmente no tocante à iluminação artificial.	Alta	Recorrente
ÁGUA E SANEAMENTO (AS)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
AS3	Técnica	Adotar equipamentos e instalações hidráulicas eficientes e economizadores.	Alta	Médio
AS4	Técnica	Garantir pontos de água, torneiras e mangueiras para a realização de rega periódica em todas as áreas ajardinadas do parque.	Alta	Curto
AS4	Técnica	Minimizar a necessidade de água para irrigação através da utilização de espécies nativas no paisagismo, espécies rústicas e adaptadas ao regime hídrico da região, além da cobertura do solo com folhas secas ou outros materiais inertes, que protejam o mesmo contra aquecimento e evaporação.	Alta	Médio
RESÍDUOS (RE)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
RE1	Técnica	Gerir os resíduos sólidos produzidos no parque segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua expressão local, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).	Alta	Recorrente

RE3	Técnica	Gerir os resíduos sólidos de acordo com os seguintes objetivos, nesta ordem de Prioridade: não-geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final, ambientalmente adequada, apenas dos rejeitos.	Alta	Recorrente
RE5	Técnica	Destinar os resíduos secos à coleta seletiva.	Alta	Recorrente
RE6	Participativa	Destinar materiais recicláveis e reaproveitáveis para associações, cooperativas ou outras organizações que recebam o material para o tratamento adequado, se possível conjugando sua gestão à geração de renda para a comunidade do entorno.	Alta	Recorrente
RE7	Participativa	Destinar os resíduos vegetais (restos de poda e roçada, folhas e flores caídas) à compostagem in situ, atendendo ao disposto na Portaria SVMA nº 5 de 2024.	Alta	Recorrente
RE8	Técnica	Considerar a possibilidade de aproveitar a madeira proveniente de supressão arbórea, para uso qualificado (ex.: mobiliário, artesanato, utensílios etc.).	Alta	Recorrente
RE9	Técnica	Destinar, aos pontos de entrega específicos, os resíduos obrigados à logística reversa: agrotóxicos e embalagens, pilhas e baterias, óleos lubrificantes e embalagens, pneus, produtos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio, mercúrio e luz mista.	Alta	Recorrente
RE10	Técnica	Destinar, através da coleta pública, ao aterro sanitário, apenas os rejeitos.	Alta	Recorrente
RE11	Técnica	Manter registro quantitativo dos resíduos gerados no Parque, informando sua Origem, tipo e destinação final, devendo atualizá-lo periodicamente para fins de monitoramento.	Alta	Recorrente
RE12	Técnica	Mapear as práticas religiosas desenvolvidas no interior do parque, identificando a Origem dos usuários, áreas de maior incidência de práticas religiosas, tipo de resíduos gerados e possíveis impactos ao ecossistema, possibilitando a ampliação do diálogo com esses grupos, incluindo criação de oficinas e cartilhas educativas sobre o uso dos espaços naturais para atividades religiosas.	Alta	Recorrente
RE14	Participativa	Prever, caso necessário, aumento do número de lixeiras/coletores próximo aos corpos hídricos a fim de evitar que os resíduos sejam direcionados para o seu interior e margens.	Alta	Curto
RE17	Técnica	Instalar telas, grelhas e ralos do tipo "abre-fecha", assim como vedar frestas ou vãos que possam servir de porta de entrada dos animais para o ambiente interno das edificações do parque.	Alta	Recorrente
RE18	Técnica	Quando da realização de instalações, produções e eventos seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, no tocante ao manejo e destinação adequada dos resíduos sólidos gerados.	Alta	Recorrente

RE19	Técnica	Desenvolver campanhas de conscientização ambiental sobre descarte de resíduos.	Alta	Recorrente
RE20	Participativa	Realizar parceria com Sabesp e Guarda Civil Ambiental para fiscalização e autuação de municipais e construções do entorno que façam descarte irregular de esgoto e resíduos dentro do parque.	Alta	Recorrente
RE22	Gestão/ operação	Fiscalizar e coibir a prática de utilização do parque como local para estocagem de material reciclável ou outros insumos para posterior venda.	Alta	Recorrente

GESTÃO E OPERAÇÃO (GO)

Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
GO1	Técnica	Garantir formação periódica dos gestores e funcionários do parque em conhecimentos técnicos em educação e preservação ambiental.	Alta	Recorrente
GO2	Técnica	Garantir que funcionários tenham formações relativas às suas funções por meio de exigência contratual prevista no contrato das empresas terceirizadas.	Alta	Recorrente
GO3	Técnica	Envolver a comunidade no projeto e planejamento das estruturas, usos e atividades a serem implantados no parque.	Alta	Recorrente
GO5	Gestão/ operação	Oferecer vagas de estágio (na equipe administrativa) para o ensino superior (hoje só tem vaga para ensino Médio).	MEDIA	Recorrente
GO6	Gestão/ operação	Definir indicadores e estudos que avaliem a capacidade de carga e de uso do parque, de forma a adequar a estrutura necessária para atender as demandas existente e futura.	Alta	Curto
GO7	Gestão/ operação	Priorizar Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e bioconstrução na resolução de demandas e instalação de equipamentos e construções no Parque	Alta	Recorrente
GO8	Participativa	Priorizar a contratação de pessoas do território para as equipes do parque.	Alta	Recorrente

EQUIPE DE MANEJO E JARDINAGEM

GO15	Gestão/ operação	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de jardinagem, são atividades básicas realizadas: manutenção dos canteiros (diariamente), despraguejamento, plantios (sob demanda), rega (diariamente), poda de herbáceas e arbustos (sob demanda), varrição de folhas (diariamente na área interna do parque, 1x por semana na calçada), retirada de lixo (2x por semana, na sexta e segunda-feira).	Alta	Recorrente
------	------------------	---	------	------------

EQUIPE DE VIGILÂNCIA				
G018	Gestão/ operação	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de vigilância, são atividades básicas realizadas: rondas (a cada 1h, com 12 pontos de checagem/bastão), orientação dos visitantes sobre as regras e proibições do parque, contagem de visitantes, organização de achados e perdidos, prestação de primeiros socorros.	Alta	Recorrente

COMUNICAÇÃO VISUAL (CV)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
CV4	Técnica	As placas de identificação das espécies vegetais devem ser submetidas ao Herbário Municipal, para conferência antes da sua produção. Forma, fixação e projeto devem atender aos padrões estabelecidos pela Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade (CGPABI).	Alta	Médio
CV5	Técnica	Informar e sinalizar à população sobre as ações de manejo diferencial adotadas no Parque, como áreas isoladas para recuperação do gramado, áreas isoladas para reprodução dos animais, áreas isoladas devido ao risco de queda de frutos, entre outras.	Alta	Recorrente

USO PÚBLICO (UP)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
EVENTOS				
UP9	Técnica	Por ocasião da realização de eventos, respeitar a configuração da vegetação existente, não se admitindo poda de galhos, fixação de placas, luminárias ou outros equipamentos temporários. As instalações não podem fazer demasiada sombra que prejudique o desenvolvimento natural da vegetação.	Alta	Recorrente
UP10	Técnica	Quando da realização de eventos culturais, educacionais, recreativos e outros, seguir o disposto na Portaria SVMA nº 69 de 2020, no tocante aos regulamentos, obrigações e condições necessários à sua autorização.	Alta	Recorrente
UP11	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, que estabelece os procedimentos para a realização de instalações, produções e eventos que importem em potenciais impactos e/ou distúrbios à fauna silvestre e ornamental dos Parques Municipais.	Alta	Recorrente

EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
UP19	Técnica	As práticas de observação de vida silvestre devem seguir os procedimentos dispostos na Portaria SVMA nº 29 de 2019.	Alta	Recorrente

ENTORNO (EN)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
CONECTIVIDADE				
EN1	Técnica	Promover a conectividade entre parques, praças, unidades de conservação, demais áreas verdes públicas e particulares e a arborização urbana, considerando as diferentes escalas de paisagem, e observado o disposto no Plano Diretor Estratégico, nos Planos Regionais, nos Planos de Bairro e no Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL).	Alta	N/A
EN3	Participativa	Promover a conexão do parque, física e administrativamente, ao sistema de áreas verdes local, facilitando o trânsito da fauna silvestre e reduzindo assim os riscos de erosão genética das populações.	Alta	N/A
EN4	Participativa	Promover a conexão de fragmentos significativos que estejam desconectados através de plantio direto de mudas e de passagens de fauna, ou outras estratégias que possibilitem a movimentação da fauna.	Alta	N/A



10.4. Quadro de ações e de monitoramento

Legenda



SOLO (SO)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
SO1	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico de todas as áreas do parque apresentando solo exposto, compactado, com problemas de drenagem ou erosão.	Alta	Curto	
SO3	Técnica	Executar o plantio de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas em áreas de topo de morro e áreas com inclinação significativa (aclives e declives), para garantir a estabilidade do solo nos taludes e encostas.	Alta	Curto	

RECURSOS HÍDRICOS (RH)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
RH1	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico dos corpos d'água existentes no Parque, identificando sua natureza e status de conservação, para fins de definição do manejo mais adequado.	Alta	Médio	
RH2	Participativa	Mapear a existência de empoçamentos de água que possam estabelecer criadouros para animais sinantrópicos, evitando assim a proliferação de mosquitos transmissores de doenças como a dengue, por exemplo.	Alta	Curto	
RH3	Participativa	Promover, quando necessário, a infiltração e fitorremediação das águas utilizando técnicas de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) como bioaletas, canteiros pluviais, jardins de chuva, bacias de retenção etc.	Alta	Recorrente	
RH4	Técnica	Delimitar e sinalizar com placas indicativas as nascentes porventura localizadas em área interna do Parque.	Alta	Curto	
RH5	Técnica	Os corpos hídricos, incluso subterrâneos, deverão ser monitorados com relação à qualidade de suas águas, seja para aproveitamento, seja para indicação de medidas mitigatórias visando sua recuperação.	Alta	Recorrente	
RH6	Técnica	Realizar plantio de enriquecimento com espécies nativas em áreas de nascente e cursos d'água para contenção das margens, redução dos riscos de erosão, deslizamento e assoreamento, visando a conservação dos recursos hídricos.	Alta	Recorrente	

RH7	Participativa	Realizar plantio de restauração da mata ciliar nos trechos lineares do parque.	Alta	Curto	
RH8	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto incidentes sobre os corpos hídricos e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente	
RH10	Participativa	Limpar e desobstruir os corpos hídricos nos locais onde houver despejo irregular de lixo, entulho, restos de construção ou outros resíduos.	Alta	Recorrente	
RH11	Técnica	Instalar placas informativas sobre a fauna aquática, proibição de depósito de lixo e pesca predatória, assim como estreitar fiscalização onde tais práticas sejam rotineiras.	Alta	Curto	
RH12	Técnica	Instalar placas informativas sobre a qualidade da água, proibição de ingestão e banho, assim como estreitar fiscalização onde tais práticas sejam rotineiras.	Média	Curto	

VEGETAÇÃO (VE)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO					
VE1	Técnica	Realizar o mapeamento e categorização das Áreas de Preservação permanente (ou outras tipologias de áreas protegidas) existentes na área interna do parque, que deverão ser manejadas em conformidade com a legislação vigente.	Alta	Médio	
VE2	Técnica	Realizar o mapeamento de áreas degradadas, especificando ações de manejo para a recuperação – natural ou induzida – dos ambientes naturais que tiveram suas características originais alteradas.	Alta	Curto	
VE3	Técnica	Mapear a existência de áreas úmidas, ciliares, rupestres, campestres, ecotonais ou outras tipologias de vegetação singulares, assim como de vegetação tombada, que devem receber atenção especial quanto à conservação e manejo diferencial.	Alta	Curto	
VE4	Técnica	Realizar o levantamento de espécies significativas, raras, endêmicas ou ameaçadas, e sua área de ocorrência no parque, que deverá ser monitorada visando a mitigação de impactos e restringindo, caso necessário, o livre acesso de pessoas a esses locais.	Alta	Recorrente	
VE5	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto (ex. espécies invasoras, vandalismo, desmatamento, coleta ilegal, incêndios, poluentes, etc.) incidentes sobre a vegetação e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente	

VE6	Técnica	Articular a equipe de vigilância do parque e a Guarda Civil Metropolitana – GCM – visando a prevenção e coibição de atividades ilegais que a equipe de vigilância sozinha não tenha condições de resolver (por não ser sua atribuição ou por não dispor das condições para tal), a exemplo de crimes ambientais, como desmatamento, despejo de poluentes e resíduos, construção irregular etc.	Alta	Recorrente
FRAGMENTOS FLORESTAIS				
VE7	Técnica	Realizar levantamento florístico, que deverá ser periodicamente atualizado, sob orientação da equipe técnica do Herbário Municipal.	Média	Recorrente
VE9	Técnica	Realizar plantio direto e/ou estímulo à regeneração natural para promover a recuperação da vegetação nativa do bioma original, multiplicando-se as espécies já existentes e introduzindo-se aquelas não mais ocorrentes na área, visando a ampliação da biodiversidade.	Alta	Recorrente
VE10	Técnica	Priorizar o plantio de espécies da flora em risco de extinção, minimizando a erosão genética das populações e disponibilizando germoplasma para ações futuras de recuperação de hábitat e reintrodução de espécies nos ecossistemas adjacentes.	Alta	Recorrente
VE14	Participativa	Avaliar a possibilidade de enriquecimento da área de bosque heterogêneo, na porção leste do parque, através do plantio de espécies frutíferas nativas regionais, devidamente identificadas, criando pomar nativo biodiverso.	Média	Médio
ÁRVORES				
VE29	Participativa	Manter todas as árvores do Parque, zelando pela sua integridade, saúde e pleno desenvolvimento.	Alta	Recorrente
NOVOS PLANTIOS				
VE40	Técnica	Avaliar a possibilidade de criação de um viveiro para produção de mudas herbáceas, arbustivas e arbóreas, especialmente de espécies nativas, para enriquecimento constante das áreas verdes do parque.	Alta	Curto
ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS				
VE53	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico das espécies exóticas e/ou invasoras presentes no parque, avaliando seu status populacional, localização e o impacto sobre o meio ambiente, fauna e flora nativas, com o objetivo de desenvolver metodologias de manejo, controle e erradicação destas espécies.	Alta	Recorrente
VE55	Técnica	Realizar atividades de educação ambiental para sensibilizar a população do entorno do parque para a remoção de plantas exóticas invasoras (cultivadas ou de ocorrência espontânea) em áreas privadas e sua substituição por espécies nativas ou por exóticas não invasoras	Alta	Recorrente

VE57	Técnica	Elaborar plano de manejo das espécies invasoras, contendo Estudo Ambiental e Projeto de Recuperação Ambiental, conforme orientações da Portaria nº 154/2009, que anexa também a Lista Oficial de Espécies Vegetais Exóticas Invasoras do Município de São Paulo.	Alta	Curto	
VE58	Técnica	Elaborar plano de manejo para as espécies exóticas com potencial invasor presentes no parque: cinamomo (<i>Melia azedarach</i>), uva-japonesa (<i>Hovenia dulcis</i>), palmeira-seafórtia (<i>Archontophoenix cunninghamiana</i>), leucena (<i>Leucena leucocephala</i>), alfenerio (<i>Ligustrum lucidum</i>), abacateiro (<i>Persea americana</i>) e palmeira-leque-da-china (<i>Livistona chinensis</i>), lírio-do-brejo (<i>Hedychium coronarium</i>), mamona (<i>Ricinus communis</i>), amoreira (<i>Morus nigra</i>), nespereira (<i>Eriobotrya japonica</i>), jambo (<i>Syzygium jambos</i>), pau-d'água (<i>Dracaena fragans</i>), bambu-de-jardim (<i>Phyllostachys aurea</i>), ipêzinho-de-jardim (<i>Tecoma stans</i>), malvaisco (<i>Malvaviscus arboreus</i>), maria-sem-vergonha (<i>Impatiens walleriana</i>), jaqueira (<i>Artocarpus heterophyllus</i>) e árvore-polvo (<i>Schefflera actinophylla</i>).	Alta	Curto	
PRAGAS E DOENÇAS					
VE68	Participativa	Seguir o estabelecido na Nota Técnica 04/16 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que presta esclarecimentos sobre capina química em ambiente urbano de intersecção com outros ambientes.	Alta	Recorrente	
PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS					
VE75	Técnica	Elaborar plano de prevenção de incêndios de acordo com a Lei Municipal nº 14.969 de 2009, a qual institui o Programa de Prevenção a Incêndios e de Proteção das Áreas de Proteção Ambiental - APAs e nos Parques Municipais e baseia a criação do Programa Fogo Zero, parceria entre a SVMA e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU).	Alta	Curto	
FAUNA (FA)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
FAUNA SILVESTRE					
FA2	Técnica	Realizar inventário periódico da fauna silvestre, residente ou visitante, presente no Parque, sob orientação da equipe técnica da Divisão de Fauna Silvestre (DFS).	Média	Médio	
FA3	Técnica	Realizar o levantamento de espécies significativas, raras, endêmicas ou ameaçadas, e sua área de ocorrência preferencial, que deverá ser monitorada visando à mitigação de impactos, restringindo, caso necessário, o livre acesso de pessoas a esses locais.	Média	Médio	
FA4	Técnica	Avaliar a possibilidade de incluir elemento hídrico (fontes, lagos ou bebedouros), caso inexistente, para atração de uma maior diversidade de insetos, espécies florestais e também aquelas características de ambientes aquáticos.	Média	Médio	

FA7	Técnica	Realizar estudo de viabilidade, junto aos técnicos da Divisão de Fauna Silvestre, da instalação de passagens de fauna, transpondo a Rua Augustin Luberti, ou outras estruturas/estratégias com o objetivo de conectar as áreas verdes do parque (fases 1 e 2 de implantação), minimizando os riscos de erosão genética das populações da fauna e flora nativas.	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS				
FA29	Técnica	Articular e sensibilizar a população residente no entorno do parque sobre a importância da fauna silvestre e seus mecanismos de proteção previstos em lei, visando minimizar impactos de Origem antrópica. Aves e pequenos mamíferos, assim como os não tão carismáticos insetos, aracnídeos, anfíbios e répteis, todos possuem sua importância nas cadeias tróficas, interações ecológicas e equilíbrio funcional dos ecossistemas. É preciso estabelecer metas para que a população possa conviver de forma segura e harmônica com a fauna urbana.	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO DE ACIDENTES				
FA30	Técnica	Treinar os funcionários e prestadores de serviço para o manejo de conflitos e prevenção de acidentes que possam envolver a fauna silvestre, sinantrópica ou doméstica existente no parque.	Alta	Médio
FA31	Participativa	Instalar placas informativas (permanentes ou não), sobre as espécies da fauna existentes no parque, especialmente aquelas que possam estabelecer conflitos com pessoas e animais domésticos, assim como seus locais preferenciais de ocorrência, visando a prevenção de acidentes.	Média	Médio
FA33	Técnica	Disponibilizar equipamentos de proteção individual e demais ferramentas necessárias para a segura captura dos animais, assim como abrigos onde os mesmos poderão aguardar, e gaiolas ou caixas de transporte para encaminhamento.	Alta	Recorrente
ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS				
FA40	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico das espécies exóticas e/ou invasoras presentes no parque, avaliando seu status populacional, localização e o impacto sobre o meio ambiente, fauna e flora nativas, com o objetivo de desenvolver metodologias de manejo, controle e erradicação destas espécies.	Alta	Recorrente

ACESSOS E CERCAMENTOS (AC)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
PORTÕES E PORTARIA					
AC1	Participativa	Melhorar a acessibilidade no acesso norte do Parque.	Alta	Curto	
FUNDOS DE LOTE					
AC2	Técnica	Conversar com a SIURB buscando a regularização das construções do entorno que possuem portas e janelas que porventura permitam acesso/visualização à área interna do parque.	Alta	Curto	
CAMINHOS (CA)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
PASSEIOS					
CA1	Técnica	Revisar periodicamente as pistas de caminhada e/ou corrida onde haja processos erosivos, que devem ser contidos.	Alta	Recorrente	
CA2	Técnica	Na requalificação prevista para a viela de passagem entre as Ruas Luca Conforti e Augustin Luberti, prever a implantação de canteiros ajardinados para melhoria do conforto térmico dos transeuntes e infiltração de água da chuva ao longo do caminho em desnível.	Média	Médio	
EDIFICAÇÕES (ED)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
ED1	Participativa	Realizar estudo de viabilidade de implantação de área coberta para realização de oficinas e outras atividades pela população.	Alta	Curto	
ILUMINAÇÃO E REDE ELÉTRICA (IL)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
IL1	Técnica	Solicitar, junto à concessionária responsável, a avaliação da rede de energia elétrica (existente na área interna e entorno do parque) visando a aplicação de medidas preventivas e mitigatórias para minimizar a ocorrência de acidentes elétricos envolvendo animais silvestres.	Alta	Recorrente	
IL3	Participativa	Instalar equipamentos de iluminação no parque.	Alta	Curto	
IL4	Participativa	Estudar sistemas de energia ecoeficientes e que promovam economia de energia para o parque.	Alta	Recorrente	

ÁGUA E SANEAMENTO (AS)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
AS1	Técnica	Elaborar programa para a gestão dos recursos hídricos, assim como de plano de ação visando o consumo consciente pelos frequentadores do parque.	Alta	Curto	
AS2	Técnica	Ampliar a racionalização do uso de água: captação e aproveitamento de água da chuva e/ou de equipamentos de refrigeração e bebedouros para abastecer reservatórios que poderão ser utilizados para rega, limpeza de pátios e quadras esportivas, ou mesmo no sistema de descarga dos sanitários.	Alta	Médio	
AS6	Técnica	Executar sistema de drenagem para as tubulações das residências do entorno, que causam concentração de águas em superfície e fluxo de águas cinzas em direção ao córrego, promovendo erosão laminar e contaminação do solo.	Alta	Curto	

RESÍDUOS (RE)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
RE2	Técnica	Elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme legislação pertinente, a ser apresentado e aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.	Alta	Recorrente	
RE4	Técnica	Segregar os resíduos em três porções: secos, orgânicos e rejeitos, sendo recomendável que os secos sejam subdivididos em categorias.	Alta	Recorrente	
RE13	Técnica	Implantar, se necessário, novas lixeiras nos locais com maior concentração de usuários e manter as lixeiras do Parque disponíveis para receberem novos resíduos, impedindo o acesso de animais silvestres, domésticos e sinantrópicos a estes dispositivos.	Alta	Recorrente	
RE15	Técnica	Os resíduos retirados das lixeiras devem ser acondicionados em caçambas fechadas, de preferência sobre estrado (para que não fiquem diretamente em contato com o solo), até sua destinação final, e esse ambiente deve passar por limpeza e inspeção periódicas.	Alta	Recorrente	
RE16	Técnica	Evitar deixar entulho como caixas, tambores, buracos ou vãos em paredes ocas, pneus velhos, armários, sofás e outros tipos de móveis ou qualquer material que possa servir de abrigo para animais sinantrópicos.	Alta	Recorrente	
RE21	Gestão/operacão	Disponibilizar apoio/maquinário para retirada de grandes entulhos presentes no parque, ou pensar em solução alternativa - como, por exemplo, realizar dinâmica com as crianças do CEU, para ressignificação dos entulhos e educação ambiental.	Alta	Recorrente	

RE23	Participativa	Realizar a implantação de composteira no parque.	Alta	Curto	
RE24	Participativa	Instalar lixeiras no parque, inclusive para coleta seletiva.	Alta	Curto	
RE25	Participativa	Realizar parceria de utilização da composteira e reciclagem com o Ecoponto vizinho ao parque.	Alta	Curto	
RE26	Técnica	Executar serviços de zeladoria (limpeza de resíduos sólidos) para evitar acúmulo de lixo e entulho nas vertentes e vegetação.	Alta	Recorrente	
RE27	Técnica	Parceria com Limpurb para melhorar coleta de lixo no entorno do Parque.	Alta	Curto	

GESTÃO E OPERAÇÃO (GO)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
GO4	Técnica	Promover o Planejamento Participativo, envolvendo a comunidade para além do Conselho Gestor.	Alta	Recorrente	
GO9	Gestão/operacão	Garantir condições de trabalho adequadas à todas as equipes, inclusive o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), uniformes e ferramentas eventualmente necessários ao correto desempenho de suas atividades.	Alta	Recorrente	
GO10	Gestão/operacão	Garantir instalações e/ou local adequado para guarda de materiais, insumos e ferramentas utilizados pelas equipes operacionais.	Alta	Curto	
GO11	Gestão/operacão	Garantir infraestrutura de copa, banheiros, vestiários, armários de uso pessoal e demais instalações que se fizerem necessárias pelas equipes operacionais.	Alta	Curto	

MANUTENÇÃO					
GO12	Gestão/operacão	Garantir que as atividades de manutenção, realizadas sob demanda (por ordem de serviço), sejam efetivas, com a mínima burocracia possível e dentro de Prazo aceitável para manter as instalações, equipamentos e edificações do parque em correto funcionamento.	Alta	Curto	

EQUIPE DE ZELADORIA					
GO13	Gestão/operacão	Supervisionar a zeladoria na limpeza de banheiros (diariamente), reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha (sob demanda), limpeza de lixeiras (2x por dia), limpeza de vestiários, cozinha, administração, guaritas e demais edificações (sob demanda).	Alta	Recorrente	

EQUIPE DE MANEJO E JARDINAGEM					
G014	Técnica	Treinar equipe de jardinagem para manejo da composteira	Alta	Recorrente	
G016	Gestão/operacão	Adquirir adubos e outros insumos necessários de forma regular, conforme requerido pela equipe de jardinagem.	Alta	Recorrente	
EQUIPE DE VIGILÂNCIA					
G017	Participativa	Estudar a permeabilidade visual do parque por questões de insegurança.	Alta	Curto	
EQUIPE DE VISITAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL					
G019	Técnica	Contratar equipe técnica especializada para a realização de atividades culturais, esportivas e de educação ambiental com os usuários do parque, frequentadores de escolas ou outros parceiros existentes no entorno.	Alta	Curto	
COMUNICAÇÃO VISUAL (CV)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
CV1	Técnica	Elaborar plano de comunicação visual para que todos os frequentadores conheçam a unidade, sua importância para a sociedade e para a biodiversidade, mas também para indicar informações antes, durante e após a visita que melhorem a experiência durante a estadia no parque.	Alta	Médio	
CV2	Técnica	Criar um plano de comunicação que atenda eixos específicos, como quem busca pelo avistamento de fauna, contemplação de paisagens ou esportes de aventura, mas também temas amplos que interessam a todos, como educação ambiental, história e cultura local e serviços ambientais oferecidos pelo parque, como controle de enchentes, fornecimento de água potável, entre outros.	Alta	Médio	
CV3	Participativa	Avaliar a possibilidade de instalar placas de identificação de espécies vegetais, especialmente aquelas nativas, de grande valor cultural e/ou paisagístico, além de placas informativas sobre o bioma regional, corpos hídricos, paisagens significativas e fauna silvestre presentes no parque.	Alta	Médio	
CV6	Técnica	Elaborar cartilhas educativas a respeito das instalações e equipamentos do Parque, assim como dos principais ecossistemas, recursos hídricos, elementos paisagísticos, fauna e flora existentes, e os regramentos voltados à sua conservação.	Alta	Curto	
CV7	Técnica	Extrapolar as iniciativas de comunicação para além dos espaços físicos do parque, utilizando-se endereços eletrônicos, redes sociais e comércio do entorno, por exemplo, de forma a alcançar não somente quem já frequenta o local, mas engajando todos os demais que ainda não tiveram a oportunidade de fazer uma visita.	Alta	Curto	

CV8	Participativa	Implantar projeto de sinalização e comunicação visual no parque.	Alta	Curto	
CV9	Participativa	Contemplar sinalização específica sobre crimes de importunação sexual.	Alta	Curto	
CV10	Participativa	Contemplar sinalização específica sobre descarte irregular de resíduos.	Alta	Curto	
USO PÚBLICO (UP)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
VISITAÇÃO					
UP1	Técnica	Permitir e incentivar as atividades desenvolvidas ao ar livre, como passeios, caminhadas, contemplação, fotografias, pinturas, piqueniques, desde que não incorram em perturbação/impacto ao solo, fauna, flora e ambiente natural do parque.	Alta	Recorrente	
PROGRAMAÇÃO E PARCERIAS					
UP2	Participativa	Realizar atividades de conscientização sobre as consequências do uso de substâncias tóxicas e ilícitas.	Média	Médio	
UP3	Participativa	Realizar projeto de Programação Permanente de Atividades no parque com a contratação de profissionais para a execução das atividades.	Alta	Curto	
UP4	Participativa	Realizar atividades e palestras de conscientização sobre Cultura de Paz e Direitos Humanos voltadas para questões de gênero.	Alta	Recorrente	
UP5	Participativa	Realizar atividades em parceria com equipamentos próximos ao parque, como a Fábrica de Cultura, Ecoporto e escolas da região.	Alta	Curto	
UP6	Participativa	Estudar a criação de espaço de cozinha comunitária para o trabalho de Educação Ambiental.	Alta	Curto	
UP7	Técnica	Elaborar oficinas para resgate da história do parque, valorizando seus principais agentes.	Alta	Recorrente	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL					
UP14	Técnica	Elaborar programa de Educação Ambiental para parque baseado no Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA), que seja pautado sob a ótica da diversidade, utilizando-se linguagem inclusiva e iconografia didática, atendendo as demandas dos mais diversos grupos sociais, para que sua experiência no parque seja a melhor e mais igualitária possível.	Alta	Curto	
UP15	Técnica	Promover atividades de sensibilização frente às necessidades prioritárias de conservação e preservação da fauna, flora e meio ambiente, incentivando a participação efetiva dos diversos atores da sociedade.	Alta	Recorrente	

UP16	Técnica	Sediar e promover palestras, oficinas, eventos e cursos de temática ambiental para os usuários do Parque, com temas como jardinagem, paisagismo, produção de mudas, compostagem, reconhecimento de espécies da fauna e flora, entre outros.	Alta	Recorrente
UP17	Técnica	Sediar e promover atividades relacionadas à biodiversidade, como mutirões de plantio e manutenção das áreas verdes, feiras de troca de mudas e sementes, práticas em agroecologia e permacultura, dentre outros.	Alta	Recorrente
UP18	Técnica	Estruturar uma rede de trilhas e roteiros, guiados ou não, na área interna do parque que facilitem a observação de aves e outros elementos da fauna, observação de espécies significativas, de formações vegetais singulares, conjuntos de importância paisagística e/ou histórica, dentre outros atrativos naturais existentes.	Alta	Curto
UP20	Técnica	Implantar, caso possível, jardins temáticos (sensorial, rochoso, orquidário, representativo dos biomas, mandala de flores/ervas medicinais/PANCs), oferecendo aos usuários mais opções de lazer, desfrute da natureza e educação ambiental.	Médio	Médio
UP21	Participativa	Implantar, caso possível, estruturas como meliponário, borboletário, horta comunitária, viveiro de mudas, centro de compostagem e coleta seletiva, dentre outros locais onde os visitantes possam ter participação ativa, interativa e imersiva, estreitando assim sua relação com o parque e meio ambiente.	Médio	Médio
UP19	Técnica	Avaliar a possibilidade de implantar jardim temático na área ensolarada através do plantio de espécies campestres da flora nativa do município, visando reconstituir essa fisionomia ecológica tão significativa na cidade (Campos de Piratininga) e descrita no PMMA (Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica) como relictos do bioma Cerrado (ilhas dispersas no bioma Mata Atlântica).	Alta	Médio

ENTORNO (EN)

Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
CONNECTIVIDADE					
EN2	Técnica	Solicitar a arborização viária nas ruas do entorno, com a inclusão de espécies arbóreas nativas (melíferas, floríferas e frutíferas), de maior porte possível, de acordo com Manual Técnico de Arborização Urbana da SVMA, promovendo sua capacidade de funcionar como corredores/trampolins ecológicos e maximizando os serviços ecossistêmicos prestados.	Média	N/A	

EN5	Técnica	Realizar estudo de viabilidade, junto aos técnicos da Divisão de Fauna Silvestre, da instalação de passagens de fauna, transpondo a Rua Augustin Luberti, ou outras estruturas/estratégias com o objetivo de conectar as áreas verdes do parque (fases 1 e 2 de implantação), minimizando os riscos de erosão genética das populações da fauna e flora nativas.	Alta	N/A	
EN6	Participativa	Avaliar a possibilidade de elaborar projeto de urbanização e arborização urbana para integração entre as duas fases de implantação do parque.	Alta	N/A	
EN7	Participativa	Pensar estratégias para criação de corredores ecológicos entre as áreas verdes do entorno e o parque.	Alta	N/A	
INTEGRAÇÃO					
EN8	Técnica	Realizar programa de Educação Ambiental com as pessoas que moram na Área de Influência, em parceria com Agentes de Saúde e Fábrica de Cultura.	Alta	N/A	
EN9	Técnica	Acompanhar o processo de regularização fundiária das áreas consolidadas do bairro Fazenda da Juta, articulado às Diretrizes do Programa Renova - PAI Oratório e ao Plano Municipal de Habitação.	Alta	N/A	
EN10	Técnica	Solicitar que a Sabesp execute obras de implantação de sistema de drenagem das tubulações das residências do entorno, que causam concentração de águas em superfície e fluxo de águas cinzas em direção ao córrego, promovendo erosão laminar e contaminação do solo, ou buscar soluções baseadas na natureza que façam o manejo e limpeza destas águas.	Alta	N/A	
EN11	Técnica	Realizar parcerias intersecretariais buscando a qualificação ambiental e urbana do córrego da Rua Luca Conforti, além da zeladoria e da melhoria das áreas verdes às margens do curso d'água e canteiro central desta via, possibilitando seu uso de espaço público de lazer.	Alta	N/A	
EN12	Técnica	Acompanhar as Áreas de risco (R3) e reportar à SVMA e SEHAB possíveis acréscimos de construções e se há necessidade de remoção para execução de obras no setor oeste.	Alta	N/A	
EN13	Participativa	Acompanhar os trâmites para incorporação da área verde anexa ao parque (ainda a ser implantada), que não está sob supervisão da Secretaria do Verde (área atualmente com Subprefeitura)	Alta	N/A	
EN14	Participativa	Realizar gestão integrada com escolas para promover Educação Ambiental no parque.	Alta	N/A	

EN15	Técnica	Solicitar a criação de uma Portaria Intersecretarial, no âmbito da Prefeitura de São Paulo, que estabeleça a formalização da Rede Socioambiental, instância de cogestão e planejamento entre os diferentes equipamentos delimitados pela área de influência do parque (Território-Parque), de maneira a articular, sob a participação direta da gestão e do conselho gestor do parque, diferentes secretarias municipais presentes no território	Alta	N/A
DADOS E MAPAS				
EN16	Técnica	Atualizar os mapas sobre Uso do solo predominante (Mapa 2) e Cortiços, favelas e loteamentos irregulares (Mapa 3) na área de influência, e as descrições correspondentes, quando o portal Gesosampa atualize sua base de dados com o Censo 2022.	MEDIA	N/A



10.5. Planos, programas e projetos

O Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL) de 2022, instituído pelo Plano Diretor Estratégico (PDE), é composto por diversos parques urbanos e lineares, além de outras áreas, sejam elas edificadas ou não, públicas ou privadas. Seus objetivos são:

- I. Proteger a biodiversidade;
- II. Conservar áreas que prestam serviços ambientais;
- III. Proteger e recuperar remanescentes de Mata Atlântica;
- IV. Qualificar áreas verdes públicas;
- V. Incentivar a conservação de áreas verdes de propriedade particular;
- VI. Conservar e recuperar corredores ecológicos em escalas municipal e metropolitana;
- VII. Cumprir as disposições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Entre as diretrizes do SAPAVEL, além do incentivo às parcerias entre os setores público e privado, destacam-se a ampliação da oferta de áreas verdes públicas, a recuperação de áreas degradadas e a conservação e proteção de solos permeáveis, da cobertura vegetal e das áreas de preservação permanente.

Nesse sentido, ressalta-se que os planos e programas municipais se configuram sob esse

guarda-chuva afim de proporcionar uma visão de longo prazo para a gestão ambiental da cidade. Esses, a partir de ações coordenadas, facilitam a coordenação entre diferentes setores da administração municipal garantindo que as ações ambientais sejam integradas e complementares.

Os planos ambientais e setoriais do município de São Paulo são instrumentos de planejamento que orientam a política pública e a gestão ambiental da cidade. Estes planos são elaborados com base em diretrizes legais, como o PDE e outras normativas municipais, estaduais e federais. Eles servem como guias para a implementação de ações, programas e projetos voltados à sustentabilidade e ao desenvolvimento urbano equilibrado.

Buscou-se elencar os planos que possuem relação direta ou indireta com os parques urbanos, pois estão voltados à conservação de recursos naturais (proteção de áreas verdes e da biodiversidade urbana); à mitigação de impactos ambientais, no controle da poluição do ar, água e solo e gestão de resíduos; à adaptação às mudanças climáticas, aliando ações de resiliência urbana para enfrentar efeitos das mudanças do clima e soluções baseadas na natureza; e ao engajamento e participação social, dado que alguns parques possuem o potencial de promover o ecoturismo local, a educação ambiental e a participação comunitárias em diferentes práticas e projetos sustentáveis.

Tabela 4 - Planos e programas ambientais e setoriais pertinentes

PLANOS
Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais
Cadernos de priorização de obras de drenagem das Subprefeituras
Planos Regionais das Subprefeituras – PRS
Plano Municipal de Habitação – PMH
Plano de Melhoramentos Municipais Viários e Cicloviários
Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMSP - PDUI-RMSP
Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PMDRSS
Plano Municipal de Saneamento Básico
Plano Municipal de Ordenamento e Proteção da Paisagem
Plano Municipal de Educação/ Currículo da Cidade, destinado ao Ensino Fundamental, a partir da Base Nacional Comum Curricular e Plano Municipal de Educação (Lei 16.271/2015);
Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGRIS)
Plano de Mobilidade Urbana do Município de São Paulo 2015 - PlanMob SP 2015 (Decreto 56.834/2016);
Plano Municipal de Políticas para Mulheres
Plano Municipal de Segurança Alimentar
Plano Municipal da Primeira Infância
Planos de Ecoturismo: Geral e Cantareira
Plano Estadual de Recursos Hídricos
PROGRAMAS
Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos do Município de São Paulo 2014/2033 (Decreto 55.747/2014)
Programa Escolas Sustentáveis 2019-2020
Programa Nascentes do Estado de São Paulo (Decreto Estadual 60.521/2014)
Programa Pomar Urbano
Projeto Hortas e Viveiros Urbanos, do Programa Operação Trabalho (Lei 13.689/2003)

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Tabela 5 - Planos ambientais transversais SVMA/PMSP

Plano de Ação Climática - PlanClima
Plano Municipal de Arborização Urbana - PMAU
Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - PLANPAVEL
Plano de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais – PMSA
Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA)

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Estes planos constituem as políticas públicas mais relevantes para os parques da cidade e procuram que o desenvolvimento da cidade ocorra de maneira sustentável e integrada. Destes planos se desprendem programas que têm, como finalidade, a implementação das políticas públicas. Alguns destes programas são implementados nos parques da cidade. Estes são:

Programa de Lixo Zero em Parques Municipais

Este programa orienta e cria soluções para que os resíduos sólidos sejam reaproveitados e reutilizados corretamente com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e de maneira integrada ao PGRIS Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos (PEACS) e o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). De maneira complementar, o Programa segue o Projeto de Comunicação Visual da SVMA.

Programa Sampa Saúde em Movimento

Este programa leva, profissionais da educação física e nutricionista aos parques de São Paulo para que tracem planos de exercícios e de reeducação alimentar. Esses profissionais são capacitados para atendimento e orientação necessária para alertar sobre o sedentarismo e promover as atividades físicas.

Programa Vamos Trilhar

Este programa da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME) e da SVMA, desde 2024, estimula a visita aos parques naturais municipais de São Paulo com transporte gratuito e entregando um kit com camiseta, água e lanche.

Projeto Pedal Sampa

Este projeto proporciona atividades e ações voltadas ao esporte educacional, visando a inclusão social das crianças, jovens e pessoas

idosas, destinadas a promover o uso da bicicleta como meio de transporte sustentável, saudável e acessível na cidade. O programa visa incentivar a mobilidade urbana por bicicletas, reduzindo o uso de veículos motorizados, melhorando a qualidade de vida das pessoas e contribuindo para um ambiente urbano mais sustentável.

Através da expansão da infraestrutura cicloviária, atividades pedagógicas e de apoio aos ciclistas, o programa busca criar uma cidade mais conectada e ambientalmente responsável. É um programa que poderia funcionar em parceria com o Programa Vamos Trilhar em parques urbanos municipais.

Programa Operação Trabalho (POT)

Este programa tem como objetivo de conceder atenção especial às pessoas trabalhadoras desempregadas, residentes no município de São Paulo, pertencentes a famílias de baixa renda, visando estimulá-las à busca de ocupação, bem como à sua reinserção no mercado de trabalho.

O Programa hoje abrange diversas frente de trabalho incluindo o “POT Parques” com atividades voltadas à manutenção e preservação de parques municipais e oferecendo também um curso de educação ambiental e jardinagem para os trabalhadores do parque.

Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável

Este programa promove a qualidade de vida, a autonomia e o bem-estar das pessoas idosas. Ele visa estimular a participação social, a prática de atividades físicas, o aprendizado contínuo e a sociabilidade entre pessoas idosas - contribuindo para um envelhecimento ativo e saudável.

Este programa, nos parques urbanos municipais, poderia estar vinculado a entidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde (UBS, CECCO) e contemplar terapias comunitárias integrativas,

horticultura e outras atividades relevantes, a partir do preconizado no Programa São Paulo Amigo do Idoso (programa do Governo do Estado) e Estratégia Brasil Amiga da Pessoa Idosa (Governo Federal).

Programa Fogo Zero

A parceria entre a SVMA e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) tem o objetivo de agilizar o atendimento e o combate ao fogo em áreas de proteção ambiental e parques, além de proteger toda a diversidade de fauna e flora. A implementação de um programa abrangente para proteção, fiscalização e combate a incêndios em parques urbanos serve à preservação do meio ambiente e à segurança dos visitantes. Esse programa combina esforços de prevenção, infraestrutura adequada, monitoramento constante, resposta rápida e recuperação eficaz para minimizar os impactos dos incêndios e promover a sustentabilidade dos parques urbanos.

10.6. Parcerias

A gestão do parque pode promover parcerias com diferentes entidades, públicas e privadas, para implementar este Plano de Gestão.

As parcerias privadas devem ser formalizadas conforme a Portaria nº 29/SVMA/2021, que estabelece procedimentos administrativos internos para protocolo de parcerias junto à SVMA. Elas podem ser com o setor privado ou com entidades sem fins lucrativos e devem atender os seguintes critérios:

- **Parcerias com empresas:** atendem o estabelecido na Lei Municipal nº 14.223/2006: "Cidade Limpa", que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo; podem ser firmados termos de cooperação de 36 meses que regulam a exposição da marca.
- **Parcerias com o terceiro setor:** seguem o estabelecido na Lei Municipal nº 13.019/2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

As parcerias com órgãos públicos são estabelecidas por meio de convênio. A gestão do parque pode propor este tipo de parcerias à Direção da DGPU, para que seja analisada de forma centralizada na SVMA.



11. Sistema de monitoramento e avaliação

O Plano de Gestão conta com um sistema de monitoramento e avaliação com dois objetivos: a) gerar informação com indicadores gerais para todos os parques da cidade que permitem ler e avaliar os principais aspectos do parque e b) assegurar a efetividade na implementação do próprio plano.

A gestão do parque é responsável pela coleta das informações e alimentação do sistema de monitoramento. Esta informação é apresentada uma vez ao ano durante a última sessão ordinária anual do conselho gestor do parque (ou do CADES regional, caso não esteja constituído o conselho gestor), com a finalidade de prestar contas à sociedade. Para este fim, a gestão deve preparar uma apresentação com todas as informações deste sistema de monitoramento e avaliação, as gerais e as específicas do Plano de Gestão. Nesta sessão, é feito um balanço da gestão e elaborada uma proposta de próximos passos para uma implementação eficiente e efetiva do Plano de Gestão.

Em paralelo à prestação de contas ao conselho gestor, a gestão do parque deve apresentar as informações coletadas, periodicamente, à coordenação regional e à direção da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) da SVMA, conforme o calendário e os procedimentos estabelecidos internamente.

O processo de monitoramento e avaliação tem o princípio pedagógico para a comunidade do parque, bem como auxiliar os processos de tomadas de decisão, as ações estruturadas, as

solicitações por recursos ou obras e todas as demais medidas do conselho gestor e da gestão do parque.

11.1. Monitoramento geral dos principais aspectos do parque

Dentre os principais aspectos do parque que necessitam de indicadores de monitoramento e avaliação, observaram-se cinco eixos temáticos, que buscam abarcar as principais características socioambientais, físicas e de gestão que um parque deve oferecer para a sociedade. São eles os eixos Social, Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Estrutura do Parque e Governança.

A gestão do parque deve monitorar e divulgar os resultados periódicos básicos, apoiados nesses eixos, a fim de demonstrar a efetividade do parque como espaço público específico, ou de apontar a necessidade de ajustes de conduta, de políticas, de contratos e de atividades.

Alguns dos indicadores adotados devem ser produzidos sazonalmente pela gestão do parque. Outros são produzidos pelos sistemas de indicadores já instituídos na SVMA. São eles a publicação anual Indicadores de Parques Urbanos, produzido pela parceria entre a gestão municipal e a Fundação Aron Birmann e a publicação anual Biosampa. Esta última

tem como base a Convention on Biological Diversity (CBD, em português Convenção Sobre Diversidade Biológica), tratado cujo Brasil é signatário e a SVMA utiliza suas definições para monitoramento e avaliação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos do território municipal.

Destaca-se que a boa organização do processo de coleta de dados é essencial para garantir a qualidade e a precisão das informações obtidas. Para isso, é fundamental o treinamento das pessoas coletadoras e a utilização de questionários (quando for o caso) com questões fechadas e objetivas. Idealmente, a aplicação deve ser realizada de forma online, o que torna o processo mais ágil e acessível, além de facilitar a sistematização e o armazenamento dos dados coletados.

I. Indicador social

O indicador do eixo social é composto pelos dados coletados dentro dos limites do parque, necessários para a avaliação da efetividade do espaço público quanto a se tornar um destino atrativo à população. Ou seja, um dos princípios fundamentais de um parque inserido no tecido

urbano é ser frequentado, visitado e usado pela população como um todo, em todos os horários, em atividades estruturadas ou livres.

Se faz fundamental saber, também, qual a diversidade da população que frequenta o parque e quais os horários. Assim, a finalidade principal será de entender, ao longo do tempo, o estado da visitação e o quanto os espaços do parque estão democratizados.

As partes envolvidas na coleta de informação e alimentação deste indicador são: a gestão do parque, as pessoas funcionárias de vigilância e manutenção do parque, as divisões relevantes da SVMA.

A coleta de dados sobre a população que circula no parque deverá ser feita a partir de uma contagem, fornecendo as seguintes informações:

- Se o parque está sendo frequentado;
- Quais os grupos sociais que frequentam (por idade, gênero, cor, deficiência);
- Quais os horários que frequentam.

A coleta dos dados deve ser realizada pela gestão do parque, em quatro épocas do ano, fora de período de férias e fora de finais de semana, em dia ensolarado, da seguinte forma:

Tabela 6 - Distribuição anual dos períodos de coleta

Coleta	Mês	Dia	Horário
1	janeiro	Dia útil	Entre 6h e 18h
2	janeiro	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
3	abril	Dia útil	Entre 6h e 18h
4	abril	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
5	julho	Dia útil	Entre 6h e 18h
6	julho	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
7	outubro	Dia útil	Entre 6h e 18h
8	outubro	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Coletas 1, 3, 5, e 7: uma pessoa funcionária deve se posicionar em cada acesso do parque, com contador estatístico, registrando a entrada de todos as pessoas visitantes no período de coleta.

Coletas 2, 4, 6 e 8: uma pessoa funcionária deve circular pelo parque com a ficha de pesquisa e entrevistar um número de pessoas definidos a partir de critérios de amostragem, a serem definidos pela DGPU.

Os dados dos contadores devem ser registrados em relatório específico no mesmo dia da contagem. Os dados das fichas de pesquisa devem ser dispostos em relatório específico, produzidos em até 24 horas após o dia da coleta. As fichas de pesquisa devem ser arquivadas na

administração do parque, devem ser digitalizadas e compor o relatório como anexo. A periodicidade de publicação deste indicador é anual.

As respostas das fichas de pesquisa devem ser tabuladas, resumidas e registradas em planilha disponibilizada pela gestão do parque à DGPU da SVMA.

Pontuação: se mede a variação entre um ano e o seguinte, sendo o ano 0 a linha de base com a coleta realizada nas quatro épocas do primeiro ano; o ano 1 corresponde à coleta nas quatro épocas do ano seguinte. O cálculo final do indicador social anual é feito pela média aritmética da pontuação alcançada pelas 11 variáveis.

Tabela 7 - Distribuição dos valores coletados em campo, normalizados pela variação e pela pontuação atribuída

VARIÁVEL:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	TOTAL média aritmética entre as 11 variáveis
Ano	Visitação diária total (média entre coletas 1, 3, 5, 7)	Visitação por grupo								PCD	TOTAL média aritmética entre as 11 variáveis	
		Crianças 0 a 14 anos		Jovens 15 a 24 anos		Idosos 60+						
		total	Gênero feminino	total	Gênero feminino	total	Gênero feminino					
			manhã		noite		manhã		noite			manhã
Ano 0 – linha base												
Ano 1												
Variação (1 - 0) / 1 %												
Pontuação												
Ano 2												
Variação (2 - 1) / 2 %												
Pontuação												

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Tabela 8 - Pontuação dos dados coletados pela variação anual

Varição anual	pontuação
< 0	-1
0	0
0 – 5%	1
5% – 10%	2
> 10%	4

Fonte: ONU-Habitat, 2024

- Resultados da análise e avaliação dos dados processados

A análise de dados deve descrever as variações entre as variáveis individualmente e do valor final da pontuação do indicador. Pode produzir gráficos, exibir imagens de campo, descrever situações esporádicas no parque que justifiquem eventuais variações abruptas, entre outras informações que demonstrem detalhes importantes para constatar algum argumento ou hipótese da análise.

- Recomendações à gestão do parque e à gestão central e aprendizagem obtida a partir do processo e dos resultados

O indicador, suas variáveis e sua comparação com anos anteriores podem indicar a necessidade de melhorias físicas no parque, podem indicar o sucesso de atividades esporádicas, condições que, na visão da gestão, possam melhorar o desempenho deste indicador. Podem descrever, também, as condições da coleta, dificuldades e experiências das equipes de campo e sugestões de alterações metodológicas.

Este sistema de monitoramento deverá ser substituído no futuro por um sistema baseado num plano amostral.

II. Indicador de biodiversidade

O parque deve ser um ambiente que oferece abrigo à fauna e que apresenta flora nativa

diversa e sadia. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores de biodiversidade do Biosampa correspondentes ao parque. As informações de biodiversidade devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.

III. Indicador de mudanças climáticas e serviços ecossistêmicos

O parque deve ser um importante instrumento para adaptação e mitigação climática. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores do Biosampa referentes à área refrescante, estoque de carbono, percentagem (%) de área permeável, correspondentes ao parque. As informações coletadas devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.

IV. Indicador de gestão da estrutura do parque

O parque deve oferecer conforto e serviços básicos às pessoas usuárias. Uma vez publicado o relatório anual do Indicador de Parques de São Paulo, elaborado pela Fundação Aaron Birman em parceria com a SVMA, a gestão do parque deve coletar a informação e incluir elas na apresentação para a sessão anual de prestação de contas do conselho gestor do parque.

V. Governança

O parque deve contar com uma gestão participativa e transparente. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores do Biosampa referentes aos indicadores de governança, correspondentes ao parque. As informações coletadas devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.

11.2. Monitoramento da implementação das ações do plano de gestão

Para alcançar seus objetivos, o Plano de Gestão contém o Plano de Ação, apresentado no item 10, que representa o resultado propositivo de todo seu processo de elaboração, diverso e participativo. A implementação do Plano de Gestão implica a transformação das diretrizes em ações efetivas.

O Quadro de Diretrizes, apresentado no item 10.3, agrupa diretrizes que são orientativas e expressam considerações importantes na gestão do parque. Este grupo de diretrizes não é mensurável e não se inclui no quadro de monitoramento.

O Quadro de Ações e Monitoramento, apresentado no item 10.4, é composto pelas ações concretas e mensuráveis. Assim, de maneira a se transformar em ferramenta ágil de consulta, execução e conferência, essas ações contidas neste segundo quadro estão dispostas em forma de checklist, sobre o qual a gestão poderá apontar com facilidade as ações já executadas e o conselho gestor, a SVMA e quem mais de interesse, possa rapidamente se apropriar como está a evolução destes pontos na gestão deste parque.

Assim, o Quadro de Ações e Monitoramento poderá ser usado pela gestão do parque como ferramenta de monitoramento do avanço na implementação do Plano de Gestão, de forma a prestar contas periodicamente ao Conselho Gestor e à Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) da SVMA.



Referências Bibliográficas

ALEGRE, E. M.; Rodríguez, G. E., Alata, N. M. P.; Nogales F.-B. L.; Quispe M. S.; Velarde H. F.; & De La Cruz, C. L. Guia de intervenções em espaços públicos: Ferramentas municipais para a criação de espaços públicos de qualidade na América Latina. CAF, 2022.

ARAGÃO, J. A. C. Governança e Administração Pública: Um Estudo de Caso no Contexto do Serviço Público Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

_____. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

_____. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Portaria MMA nº 148, de 07 de junho de 2022. Altera os Anexos da Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 74, 08 jun. 2022.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª Ed., 2017.

CERTEAU, M. A Invenção do Cotidiano. 1. ed. São Paulo: Vozes, 1980.

CITES. Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora. Appendix II. Geneva, 2022. Disponível em: <https://www.cites.org/eng/app/appendices.php>. Acesso em: dez. 2023.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, p. 139-167, 1989.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GEOSAMPA. Mapa Digital da Cidade de São Paulo. Disponível em: <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: ago. 2024.

HABITASAMPA. Portal da Secretaria de Habitação de São Paulo. Disponível em: <http://www.habitasampa.inf.br/>. Acesso em: ago. 2024.

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Relatório da Carta Geotécnica do Município de São Paulo. São Paulo: IPT, 1992. Disponível em: https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/intranet/api/records/a14e407e-b0d9-4f4c-a1ae-805e83f99382/attachments/relatório%20CG_1993.pdf. Acesso em: dez. 2023.

ISA - Instituto Socioambiental. Parques urbanos municipais de São Paulo: subsídios para gestão. São Paulo: ISA, 2008. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

KLIASS, R. G. Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade. São Paulo: PINI, 1993.

LIMA, F. L. Parques para pessoas: ideias e estratégias adotadas na fundação e na gestão dos parques urbanos municipais de São Paulo. Dissertação de mestrado. São Paulo Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 2021.

LOSS, S.; WILL, T. & MARRA, P. The impact of free-ranging domestic cats on wildlife of the United States. Nat Commun 4, 1396, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/ncomms2380>. Acesso em: out. 2022.

LOWE, S.; BROWNE, M. & BOUDJELAS, S. 100 of the World's Worst Invasive Alien Species: a Selection from The Global Invasive Species Database. Invasive Species Specialist Group, International Union for Conservation of Nature, 2000.

MEA – Millennium Ecosystem Assessment (Avaliação do Ecossistema do Milênio). Ecossistemas e bem-estar humano: síntese. Washington, D.C.: Island Press, 2005.

ONU (2005). IOM: Full Glossary of Terms to describe sexual orientation, gender identity, gender expression and sex characteristics. United Nations Network on Migration, 2020. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

_____. (2007). Online Forum. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: ago. 2024.

_____ (2020). IOM: Full Glossary of Terms to describe sexual orientation, gender identity, gender expression and sex characteristics. United Nations Network on Migration, 2020. Disponível em: <https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbdl486/files/documents/IOM-SOGIESC-Glossary-of-Terms.pdf>. Acesso em: ago. 2024.

_____ (2022). Virtual Workshop on the Promotion of Intergenerational Equity for Sustainable Development. Disponível em: <https://publicadministration.un.org/en/news-and-events/calendar/ModuleID/1146/ItemID/3120/mctl/EventDetails>. Acesso em: ago. 2024.

_____ (2024). Global Public Space Programme (sítio do programa), 2024. Disponível em: <https://unhabitat.org/programme/global-public-space-programme>. Acesso em: ago. 2024.

ONU-Habitat. Cidade Dela. Publicação digital, 2022. Disponível em: <https://hercity.unhabitat.org/>. Acesso em: ago. 2024.

PACHECO, R. T. B.; RAIMUNDO, S. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: Propostas para uma agenda de pesquisa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos do Lazer, V. 1, N. 3, 2014.

PLANCLIMA SP. Plano de Ação Climática do Município de São Paulo 2020-2050. Instituído pelo Decreto nº 60.290 de 4 de junho de 2021.

PMSP (2016) – Prefeitura da Cidade de São Paulo. Planos Regionais das Subprefeituras: Sapopemba. Cadernos das subprefeituras. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>. Acesso em: fev. 2024.

_____ (2017) – Prefeitura da Cidade de São Paulo. Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Município de São Paulo - PMMA. São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/PMMA_final_8_jan%20ok.pdf. Acesso em: jan. 2024.

_____ (2020) – Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Herbário Municipal. Relatório sobre Caracterização da Flora e Vegetação do futuro Parque Fazenda da Juta, Sapopemba. São Paulo, 2020.

_____ (2021a) – Prefeitura da Cidade de São Paulo. Plano Diretor de Drenagem e Cadernos de Drenagem. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/obras_de_drenagem/index.php?p=230496. Acesso em fev. 2024.

_____ (2021c) – Prefeitura da Cidade de São Paulo. Caracterização da Fauna Silvestre do Parque Fazenda da Juta. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Divisão da Fauna Silvestre. São Paulo, 2021.

_____ (2022) – Prefeitura da Cidade de São Paulo. PLANPAVEL. Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres. Aprovado pela Resolução Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo - SVMA/CADES Nº 228 de 18 de maio de 2022. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/projetos_e_programas/284679. Acesso em: ago. 2024.

_____ (2022a) – Prefeitura da Cidade de São Paulo. Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. 2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Diversos/Inventario%20da%20Fauna%20Silvestre%20do%20Municipio%20de%20SP%20-%202022.xlsx.

_____ (2022b) – Prefeitura da Cidade de São Paulo. Relatório de Vistoria: Futuro Parque Fazenda da Juta. Secretaria Municipal de Segurança Urbana, Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC. São Paulo, 2022.

_____ (2022c) – Prefeitura da Cidade de São Paulo. Índice BIOSAMPA 2021: 23 indicadores da biodiversidade paulistana, serviços ecossistêmicos e governança relacionada. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente / Coordenação de Planejamento Ambiental / Coordenação: Rodrigo Martins dos Santos e Mariana Mendes de Sousa. São Paulo, 2022.

_____ (2023a) - Prefeitura da Cidade de São Paulo. Laudo de Caracterização da Vegetação do Parque Municipal Fazenda da Juta. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Herbário Municipal. São Paulo, 2023.

_____ (2023b) – Prefeitura da Cidade de São Paulo. Relatório de Vistoria Técnica: Parque Fazenda da Juta. Secretaria de Governo Municipal, Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias – SEPEP. São Paulo, 2023.

_____ (2024) – Prefeitura da Cidade de São Paulo. Plano Diretor do Parque Jardim Felicidade. São Paulo: Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2024. Disponível em: <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/legislation/processes/58/allegations>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PRONTO AMBIENTE Consultoria Ambiental. Estudo de Caracterização de Vegetação: Mata da Juta. São Paulo, 2022.

RENTAS - Rede Nacional Contra o Tráfico de Animais Silvestres. Primeiro Relatório Nacional sobre o Tráfico de Animais Silvestres no Brasil. Brasília, 2001.

RIBEIRO, S.K.; SANTOS, A. S. (Eds.). PBMC – Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Mudanças Climáticas e Cidades. Relatório Especial. Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ, 2016.

SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual nº 30.443 de 23 de setembro de 1989. Considera patrimônio ambiental e declara imunes de corte, exemplares arbóreos situados no Município de São Paulo, e dá outras providências.

_____. Lei nº 14.982, de 8 de abril de 2013. Dispõe sobre a proteção e restauração da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica no Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Município) (2014/2023). Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - PDE. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Atualizada pela Lei nº 17.968, de 20 de junho de 2023.

_____. Lei nº 10.365 de 22 de setembro de 1987. Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 22 de setembro de 1987.

_____. Lei Municipal nº 16.050, que institui a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, de 31 Jun. 2014.

_____. Lei Municipal nº 16.402. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação no Município de São Paulo de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 Jul. 2014.

_____. Lei nº 10.365 de 22 de setembro de 1987. Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providencias. Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 22 de setembro de 1987.

SANTOS, M. O espaço público. São Paulo: Nobel, 1996.

SILVA, L. J. M. Parques urbanos: a natureza na cidade: uma análise da percepção dos atores urbanos. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentado. Brasília: UNB Centro de Desenvolvimento Sustentado, 2003.

SILVA, M. Princípios de Conservação Ambiental. 2. ed. São Paulo: Editora Verde, 2020.

SOULÉ, M. Conservation Biology: The Science of Scarcity and Diversity. EUA, Michigan, 1986

WEBPARQUES. Portal da Secretaria de Verde e Meio Ambiente de São Paulo. Disponível em: <https://webparques.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: ago. 2024.

WORLD BANK Group. Inclusive Cities Program, 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/inclusive-cities#1>. Acesso em: ago. 2024.

LISTA DE SIGLAS

AI	Área de Influência
AMA	Atendimento Médico Ambulatorial
CADES	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CCA	Centro para Crianças e Adolescentes
CCM	Cadastro de Contribuintes Mobiliários
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CG	Conselho Gestor
CGC	Coordenação de Gestão dos Colegiados
CGPABI	Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal
CPA/SMPED	Comissão Permanente de Acessibilidade da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
CPA/SVMA	Coordenação de Planejamento Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DIPO	Divisão de Implantação de Projetos e Obras
DGPU	Divisão de Gestão de Parques Urbanos
DFS	Divisão de Fauna Silvestre
EA	Educação Ambiental
GCM	Guarda Civil Municipal
GR	Grupo de Referência
LGBTQIAPN+	Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-binário e o sinal de “+” é usado para incluir outras identidades de gênero.
MEA	Avaliação Ecosistêmica do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
PCDs	Pessoas Com Deficiência
PDE	Plano Diretor Estratégico
PMMA	Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica
PMSA	Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais
SAPAVEL	Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEMPLA	Secretaria Municipal de Planejamento
SIG	Sistemas de Informações Geográficas
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMUL	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
UBS	Unidade Básica de Saúde
UMAPAZ	Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

GLOSSÁRIO

Áreas de risco ambiental:

regiões habitadas com pessoas expostas a desastres naturais, como deslizamentos de terra e inundações (PLANPAVEL, 2022).

Área Protegida:

área com características naturais relevantes e limites geográficos definidos, regulamentada e gerida por instrumentos legais, com o objetivo de promover, de forma duradoura, a recuperação ambiental, a conservação da natureza, de seus serviços ecossistêmicos e valores culturais associados (PLANPAVEL, 2022).

Área Verde:

conjunto de áreas intraurbanas e rurais, públicas ou privadas, que apresentam cobertura vegetal, arbórea, arbustiva ou rasteira e que desempenham função ecológica, paisagística e recreativa. São prestadoras de serviços ecossistêmicos e propiciam a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade (PLANPAVEL, 2022).

Biodiversidade ou diversidade biológica:

consiste na variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreende ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso III).

Caminhadas perceptivas:

são uma prática que envolve explorar um ambiente com foco na percepção individual. Durante essas caminhadas, as pessoas são encorajadas a prestar atenção aos detalhes ao seu redor e a refletir sobre suas respostas a esses estímulos.

Ciclofaixa:

faixa de rolamento de uso exclusivo à circulação de ciclos, com segregação visual ou física do tráfego lindeiro, podendo ter piso diferenciado no mesmo patamar da pista de rolamento. (Decreto Municipal nº 56.834/2016 - Anexo único PlanMob/SP).

Ciclovia:

pista de uso exclusivo de bicicletas e outros ciclos, com segregação física do tráfego lindeiro motorizado ou ativo, com sinalização viária, podendo ter piso diferenciado no mesmo patamar da pista de rolamento ou no nível da calçada. (Decreto Municipal nº 56.834/2016 - Anexo único PlanMob/SP).

Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES Regional):

conselho existente no âmbito de cada Subprefeitura de São Paulo, de natureza participativa e consultiva em questões relacionadas à proteção do meio ambiente, à promoção do desenvolvimento sustentável e da cultura de paz (Lei Municipal nº 14.887/2009, Art. 51).

Conselhos Gestores dos Parques Municipais:

compostos pelo Poder Executivo e sociedade civil, participam do planejamento, gestão, avaliação e controle da execução das atividades do parque e da política de meio ambiente e sustentabilidade em sua área de abrangência (Lei Municipal nº 15.910/2013, Arts. 1º e 4º).

Conservação:

Este termo é amplamente utilizado em várias áreas, como meio ambiente, biologia, física e patrimônio cultural. Na biologia, a conservação refere-se à proteção das espécies, habitats e ecossistemas para evitar a extinção e a degradação ambiental. No campo do patrimônio cultural, conservação envolve a preservação de objetos, obras de arte, edifícios históricos e outros bens culturais para assegurar que sejam transmitidos para as gerações futuras com o mínimo de alterações (SILVA, 2020).

Conservação da natureza:

manejo do uso humano da natureza, compreendendo preservação, manutenção, utilização sustentável, restauração e recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, Inciso II).

Corredores ecológicos:

são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais que ligam unidades de conservação, possibilitando entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso XIX).

Corredor Verde:

área destinada a conexão de fragmentos da paisagem, inclusive ao longo dos cursos hídricos, para conservação e recuperação de habitats da fauna e flora e a manutenção da biodiversidade, por meio da preservação e recuperação da cobertura vegetal arbórea e não arbórea (PLANPAVEL, 2022).

Educação Ambiental:

processos contínuos e permanentes de aprendizagem, participação e formação, individual e coletiva, utilizando metodologias participativas e interdisciplinares para a ação reflexiva e crítica, a construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando ao exercício da cidadania na melhoria da qualidade de vida, no controle social sobre as políticas públicas, fortalecendo uma relação respeitosa e sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra e por ela é constituído, criando a partir disso uma ética para a preservação do meio ambiente e contribuindo para uma gestão municipal integrada (Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo, Lei Municipal nº 15.967/2014, Art. 2º).

Equidade:

refere-se à justa distribuição de oportunidades, recursos e benefícios, considerando as diferentes necessidades e circunstâncias das pessoas. A equidade vai além da igualdade, implica tratar todas as pessoas de maneira idêntica e busca compensar o histórico de discriminação social ou econômica que alguns grupos enfrentam (adaptado de ONU, 2022).

Espaços inclusivos:

são os espaços públicos ou coletivos definidos por três eixos: espacial, social e econômico. Inclusão espacial: atendimento às necessidades básicas e acessíveis, como moradia, água e saneamento. Inclusão social: garantia de direitos iguais e participação de todos. Inclusão econômica: criação de empregos e oportunidades onde todos possam aproveitar os benefícios do crescimento econômico (adaptado de WORLD BANK, 2024).

Espaço livre:

todo espaço público ou privado não ocupado por um volume edificado, que configura recinto ou ambiente coberto e fechado, independentemente do uso, podendo ou não estar associado a áreas verdes, mas não restrito a elas, e que cumpre funções recreativas, educativas, ecológicas, estéticas, paisagísticas e de conforto ambiental associado à insolação, circulação do ar e temperatura (PLANPAVEL, 2022).

Espaço público:

Locais urbanos que fornecem serviços ecossistêmicos, melhoram a saúde e o bem-estar, garantem a inclusão social e o intercâmbio econômico. Pode ser entendido, também, não apenas um lugar físico onde as pessoas se encontram, mas é também um palco para interações sociais, econômicas e políticas. Pode ser inclusivo ou excludente, de conflito ou negociação, de interação e de convivência. O espaço público é constantemente produzido e reproduzido pelas práticas sociais. Ele é moldado pelas ações das pessoas e das instituições, refletindo a dinâmica social e econômica de uma sociedade. (adaptado de ONU, 2024 e SANTOS, 1996).

Espécie exótica:

espécie, subespécie ou táxon de hierarquia inferior ocorrendo fora de sua área de distribuição natural passada ou presente. Inclui qualquer parte, como gametas, sementes, ovos ou propágulos que possam sobreviver e subsequentemente reproduzir-se. (Instrução Normativa Ibama N° 9 de 20 de março de 2020, Anexo II, Art. 2°).

Espécie nativa:

espécie, subespécie ou táxon de hierarquia inferior ocorrendo dentro de sua área de distribuição natural (passada ou presente), incluindo a área que pode alcançar e ocupar através de seus sistemas naturais de dispersão (Instrução Normativa Ibama N° 9 de 20 de março de 2020, Anexo II, Art. 2°).

Governança pública:

conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (Lei Federal n° 9.203/ 2017, Art. 2°, Inciso I).

Grupos vulnerabilizados:

segmentos da população que enfrentam barreiras significativas para acessar direitos e serviços fundamentais devido a fatores institucionais, políticos, estruturais ligados de maneira interseccionada pela exclusão social, desigualdade econômica, entre outros. Trata-se de mulheres e meninas, crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIAPN +, povos indígenas e minorias étnicas, pessoas refugiadas, migrantes e deslocadas internas.

Hortas urbanas:

pequenas superfícies situadas dentro de uma cidade e destinadas à produção de cultivos para consumo próprio ou venda em mercados (PLANPAVEL, 2022).

Inclusão:

refere-se ao processo de garantir que todas as pessoas, independentemente de sua origem, tenham oportunidades iguais para alcançar seu potencial máximo na vida. Este conceito abrange a participação ativa em várias esferas da sociedade, incluindo política, economia e vida social, e é apoiado por políticas e ações que promovem o acesso igualitário a serviços públicos e processos decisórios (ONU, 2007).

Identidade de gênero:

refere-se à experiência interna e individual de gênero de uma pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento. Esta identidade inclui a percepção pessoal de si mesmo como homem, mulher, ambos, nenhum ou outro gênero (ONU, 2020).

Interseccionalidade:

é a ideia de que múltiplas formas de opressão, discriminação ou desvantagens se sobrepõem e se cruzam, especialmente nas experiências de pessoas marginalizadas. Em vez de considerar cada forma de opressão de forma isolada, a interseccionalidade reconhece que as pessoas podem ser afetadas por várias formas de opressão simultaneamente, criando experiências únicas e complexas de discriminação (CRENSHAW, 1989).

Manejo:

todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas (Lei Federal n° 9.985/2000, Art. 2°, inciso VII).

Monitoramento:

atividade de examinar, acompanhar, avaliar e verificar a obediência a condições previamente estabelecidas para a perfeita execução ou operação de obra, serviço, projeto, pesquisa ou qualquer outro empreendimento (Resolução do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR n° 21 de 5 de abril de 2012, Anexo I).

Mudança do clima:

direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altera a composição da atmosfera mundial, e se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis (Lei Municipal n° 14.933/2009, Art. 2°, Inciso XIV).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) municipais:

parâmetros orientadores e estratégicos das atividades, intervenções governamentais e políticas públicas para segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, redução das desigualdades e erradicação da pobreza, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos ecossistemas, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação, a partir da adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (Lei Municipal n° 16.817/2018, Art.1°).

Parque de Conservação:

parque dotado de atributos naturais relevantes, podendo ou não comportar estruturas e equipamentos voltados ao lazer e à fruição pública (PLANPAVEL, 2022).

Parque Linear:

parque associado aos cursos d'água com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos, de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanente, de promover a drenagem sustentável, de melhorar as condições de saneamento e de incentivar a fruição pública (PLANPAVEL, 2022).

Parque Natural Municipal (PNM):

Unidade de Conservação de Proteção Integral criada pelo município, correspondente ao Parque Nacional, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, vedado o uso direto dos recursos naturais e permitida a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei Municipal nº 16.050/2014, Quadro 1).

Parque de Orla:

parque localizado na orla das represas Billings ou Guarapiranga com funções de preservação das margens, de controle da poluição difusa, de lazer, recreação e prática de esportes náuticos (PLANPAVEL, 2022).

Parque Urbano:

parque localizado na zona urbana, com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos e de oferecer equipamentos de lazer à população (PLANPAVEL, 2022).

Pessoa não binária:

Não binário é um termo guarda-chuva que abrange uma ampla variedade de experiências de gênero, incluindo pessoas que se identificam com uma identidade de gênero específica diferente de homem ou mulher, pessoas que se identificam com dois ou mais gêneros (bigênero ou pan/poligênero) e pessoas que não se identificam com nenhum gênero (agênero) (adaptado de ONU, 2005).

Zoneamento:

pode ser definido como um conjunto de regras que regulamentam o uso e ocupação do solo, estabelecendo parâmetros como a altura máxima das edificações, a densidade demográfica, os recuos obrigatórios, e os usos permitidos (residencial, comercial, industrial, etc.) (SÃO PAULO, 2014).

Anexo: Processo participativo do Plano de Gestão

1. Introdução

O presente anexo integra o **Plano de Gestão do Parque Fazenda da Juta** e visa apresentar o processo de participação social promovido em abril de 2024, através das *Oficinas participativas do Plano de Gestão do Parque Fazenda da Juta* com o envolvimento da sociedade civil e diversos setores relacionados ao parque. Além de ter como objetivo estabelecer o registro e o memorial das atividades realizadas, este documento trata da metodologia e ferramentas aplicadas, bem como apresenta os resultados das oficinas.

Foi realizada uma oficina no Parque Fazenda da Juta, voltada ao público em geral, a qual ocorreu em formato presencial e contou com 26 participantes, além da equipe de facilitação e apoio do ONU-Habitat. A atividade aconteceu no dia 14 de abril de 2024, das 10:00 às 13:00, na Fábrica de Cultura de Sapopemba (Rua Augustin Luberti, 300, Fazenda da Juta).

As atividades aconteceram no âmbito da iniciativa "Viva o Verde SP" para o desenvolvimento dos Planos de Gestão de oito parques do município de São Paulo: Água Podre – Ypuera, Alto da Boa Vista, Aristocrata, Augusta, Córrego do Bispo, Fazenda da Juta, Jardim Apurá – Búfalos e Paraisópolis. Ao todo, foram conduzidas 12 oficinas, das quais oito foram destinadas ao público em geral e quatro direcionadas especificamente para crianças e adolescentes. No total, as oficinas reuniram 253 pessoas participantes, sendo 107 crianças e adolescentes e 146 adultas representando o público geral (mulheres transgênero, mulheres cisgênero, homens transgênero, homens cisgênero, pessoas não binárias, pessoas indígenas, brancas, pretas, pardas e/ou amarelas). Foram coletadas 540 contribuições referentes aos problemas, causas, soluções e desejos de futuro para cada parque.

As oficinas voltadas ao público em geral dos oito parques aconteceram aos finais de semana (sábado ou domingo), nos períodos da manhã ou tarde. As datas, período e local para realização das atividades foram definidos em reuniões com os diversos conselhos relacionados a cada parque contemplado pela iniciativa. A maior parte dos conselhos consultados sugeriu que as oficinas ocorressem em outros locais que não o parque, mas nas suas intermediações em algum equipamento público ou comunitário. Isso ocorreu previsivelmente nos parques em implantação, dado que os espaços não possuíam, ao longo do desenvolvimento do presente trabalho, uma infraestrutura que recebesse as pessoas participantes. Também sucedeu em alguns parques implantados pelos seguintes argumentos: 1. Os parques são recém implantados e ainda não tão conhecidos ou frequentados pelas pessoas do território; 2. Os parques implantados não possuem fácil acesso de transporte público ou não possuem um espaço percebido pelos participantes do Conselho como adequado para realização das dinâmicas pretendidas.

Desse modo, a metodologia foi desenvolvida considerando as diversas situações que foram observadas e manifestadas pelas partes envolvidas, tal como será apresentado no item a seguir.

As fotos apresentadas neste documento foram tiradas pela equipe do Viva o Verde SP, salvo exceções, nas quais será indicada a pessoa que fotografou. As tabelas e gráficos foram elaborados com base nos resultados as ferramentas e questionários aplicados ao longo das atividades.

2. Metodologia

A metodologia foi elaborada de acordo com a situação do parque (implantado ou em implantação) e perfil do público-alvo (geral ou crianças e adolescentes). Dessa forma, foram estruturados quatro tipos de oficinas, as quais poderiam acontecer nos parques ou em algum equipamento próximo:

- Oficina no Parque I: voltada ao público em geral;
- Oficina no Parque II: voltada a crianças ou adolescentes;
- Oficina no Bairro: voltada ao público em geral; e
- Oficina na Escola: voltada a crianças ou adolescentes.

Tabela 9 - Tipos das oficinas

OFICINAS NO PARQUE		OFICINAS NO BAIRRO		OFICINAS NA ESCOLA	
I - Público geral 	II - Com crianças /adolescentes 	Público geral 	Com crianças /adolescentes 		
M1 Apresentação inicial	M1 Roda de conversa	M1 Apresentação inicial	M1 Roda de conversa		
M2 Caminhada Perceptiva Árvore dos Sonhos	M2 Caminhada Perceptiva Nuvem de Problemas e Chuva de Ideias	M2 Diagrama de Estrela Árvore dos Sonhos	M2 Mapeamento Afetivo Nuvem de Problemas e Chuva de Ideias		
INSTRUMENTOS COM PERSPECTIVA DE GÊNERO					

Fonte: ONU-Habitat, 2024

Cada oficina contou com duas partes: um momento introdutório (M1) com a apresentação do projeto e dos objetivos da oficina, seguido por um segundo momento (M2) onde foram realizados o levantamento inicial dos temas do parque, uma roda de sensibilização com perspectiva de gênero, o reconhecimento do parque e problematização do espaço público e por fim, o levantamento de problemas, causas, soluções e desejos de futuro para o parque.

As oficinas destinadas ao público em geral foram previstas com três horas de duração e as oficinas direcionadas às crianças ou adolescentes foram previstas, em média, com duas horas e meia de duração.

No Parque Fazenda da Juta o formato adotado para a oficina foi a "Oficina no Bairro".

O tópico a seguir apresentará as ferramentas aplicadas associadas a uma leitura dos resultados obtidos na oficina.

3. Ferramentas aplicadas e resultados¹⁶

16 As ferramentas foram desenvolvidas com inspiração nas seguintes referências: [Handbook for Gender-Inclusive Urban Planning and Design \(World Bank Group\)](#); [Guia de reconhecimento urbano con perspectiva de género \(Col·lectiu Punt 6\)](#); [Caderno de Oficinas Cidade Mulher \(ONU-Habitat\)](#); [Metodologia Árvore dos Sonhos \(Instituto Socioambiental\)](#).

As ferramentas serão apresentadas na ordem em que foram aplicadas na oficina.

3.1 Perfil das pessoas participantes

3.1.1 Formulário de inscrição

Junto aos convites para as oficinas foi disponibilizado um formulário de inscrição para preenchimento online, com o objetivo de estimar a quantidade de pessoas interessadas em participar da atividade, assim como seu vínculo e proximidade com os parques e a frequência com que os visitam. Através do formulário foi possível coletar o nome da pessoa participante; a organização (ou conselho) a qual pertence, se pertinente; qual oficina teria o interesse em participar e com qual frequência visita o parque em questão.

O formulário de inscrição do Parque Fazenda da Juta obteve 26 pessoas inscritas, cuja maioria frequenta o parque eventualmente. É importante notar que, durante a realização da oficina, o parque estava em processo de implementação, o que poderia afetar as respostas referentes à frequência de visita.

Tabela 10 - Frequência de visitação das pessoas inscritas

Uma ou duas vezes por semana	7,69%
Três ou quatro vezes por semana	23,08%
Cinco ou mais vezes por semana	0,00%
Eventualmente	53,85%
Raramente	15,38%

Fonte: ONU-Habitat, 2024

3.1.2 Lista de presença

A lista de presença foi disponibilizada no dia da atividade e foi solicitada a assinatura de cada pessoa participante, indicando sua instituição e cargo, quando aplicável.

Foram registradas 26 pessoas participantes, sendo a maioria visitantes ou moradoras do entorno, seguidas por representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSC). Durante a elaboração deste plano, cabe destacar que não havia um Conselho Gestor estabelecido para o parque.

Tabela 11 - Presença dos diferentes grupos de pessoas participantes registradas na lista de presença (em porcentagem)

Visitante/Morador(a)	34,62%
Conselho gestor	0,00%
Funcionário(a) público(a)	23,08%
Equipe operacional	0,00%
OSC	30,77%

Fonte: ONU-Habitat, 2024

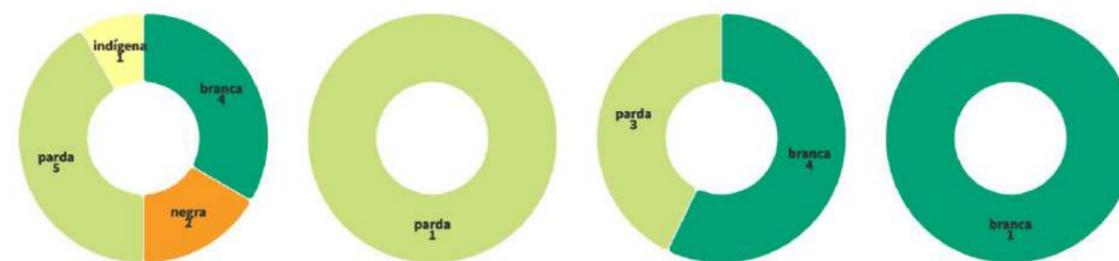
3.1.3 Questionário de perfilação

Instrumento distribuído na recepção das pessoas participantes, para preenchimento anônimo, contendo um questionário de perfilação com o objetivo de identificar os grupos representados pelos dados coletados na oficina, sobretudo relacionado a questões de gênero, etnia, raça e sexualidade.

Foram obtidas 21 respostas do questionário, sendo 12 mulheres cisgênero, uma mulher transgênero, sete homens cisgênero, uma pessoa não binária e cinco pessoas não responderam o formulário.

A maioria se identificou como pessoa parda, demoram 15 minutos para chegar até o parque, utilizando a caminhada como meio de transporte.

Figura 17 - Perfil das pessoas participantes que responderam o formulário (gênero e perfil étnico-racial)



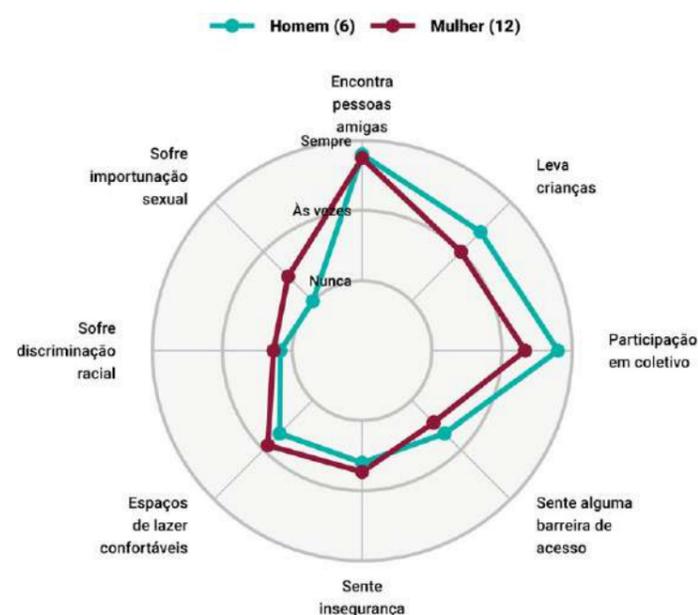
Fonte: ONU-Habitat, 2024

Figura 18 - Parte das pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora



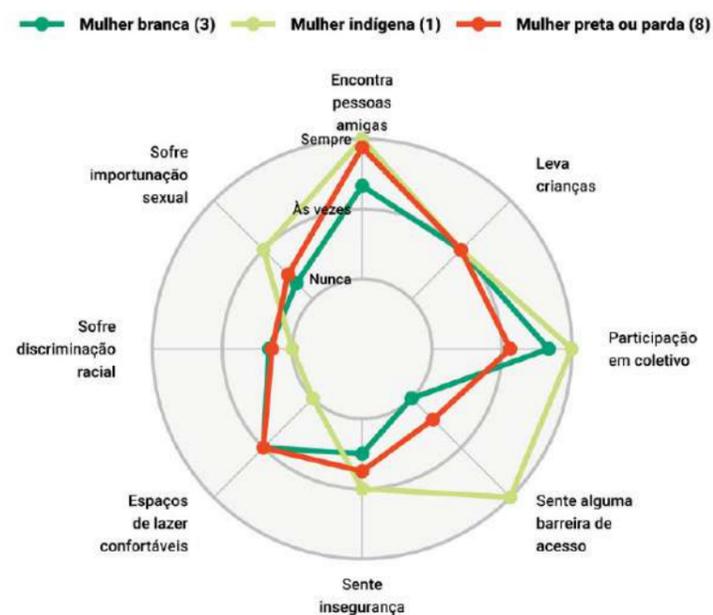
Fonte: Desconhecido / ONU-Habitat

Figura 20 - Diagrama de estrela - gênero



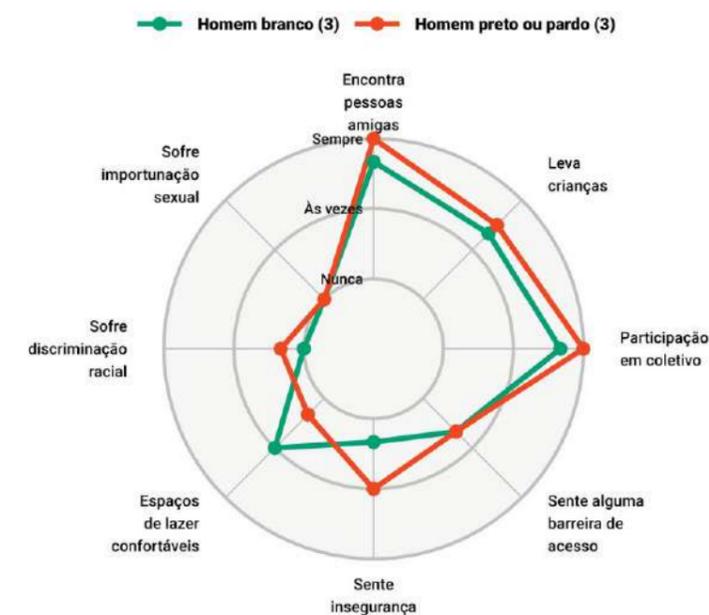
Fonte: ONU-Habitat, 2024

Figura 21 - Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (mulheres)



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Figura 22 - Diagrama de estrela - gênero e étnico-racial (homens)



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Figura 23 - Registro da atividade "Diagrama de estrela"



Fonte: Jordi Sánchez / ONU-Habitat Brasil

Na Figura 22, se visualiza que os homens negros (pretos ou pardos) participantes encontram mais pessoas amigas, participam com mais regularidade de coletivos, movimentos e/ou organizações que tratam do parque ou do seu bairro, sofrem mais discriminação racial e sentem mais insegurança no parque ou próximo a ele.

A duração prevista para realização da atividade foi de 20 minutos. O resultado dessa ferramenta foi incorporado no capítulo referente aos programas e projetos do Plano de Gestão.

3.4 Mapeamento afetivo

No segundo momento da oficina (M2), foi sugerida a formação de grupos entre as pessoas participantes para discussão coletiva das percepções acerca do território, com base no mapa do parque em formato A3, no qual poderiam ser colados adesivos com pictogramas em relação a elementos do parque percebidos com

frequência (usos, pessoas, normas, segurança, patrimônio, natureza e desejos de futuro). Além de preparar para a próxima dinâmica, o propósito desta atividade foi fornecer informações para a proposta de setorização do parque. A duração prevista para realização da atividade foi de 20 minutos.

O resultado dessa ferramenta foi incorporado nos capítulos referentes ao plano de ação e setorização do Plano de Gestão.

Figura 24 - Registro da atividade "Mapeamento Afetivo"



Fonte: ONU-Habitat, 2024

3.5 Árvore dos sonhos

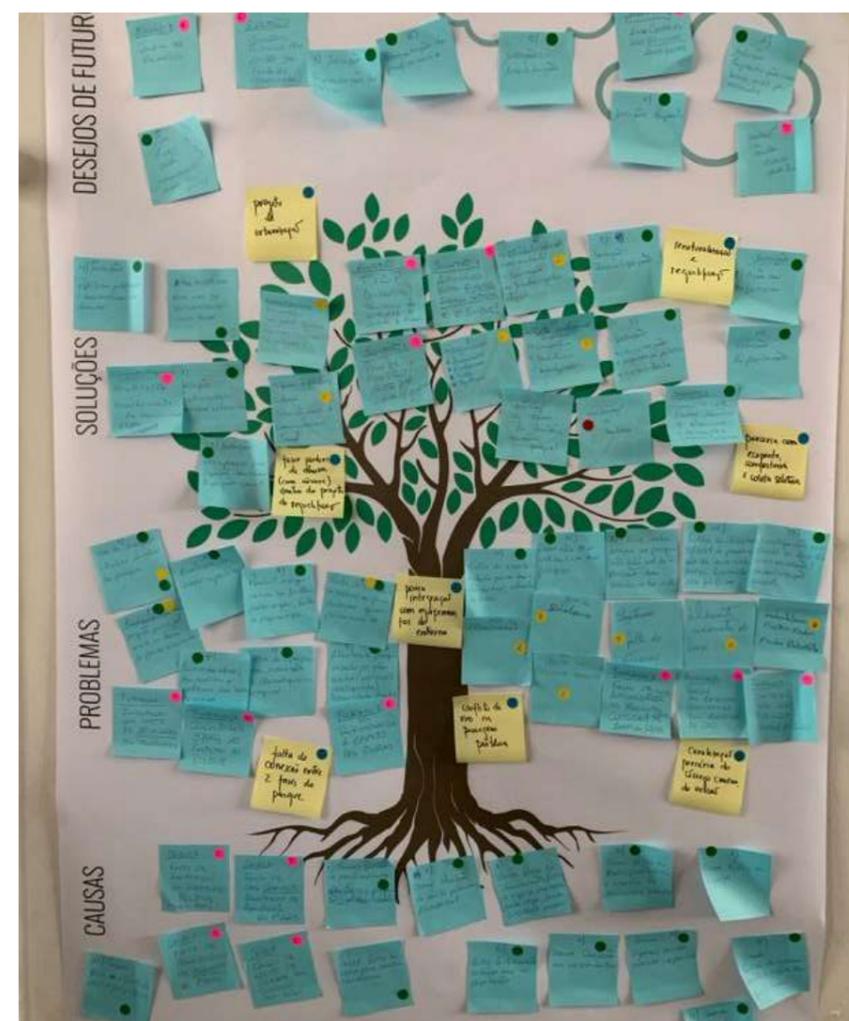
O objetivo da última ferramenta aplicada na oficina foi o desenvolvimento da base para a elaboração do plano de ação e diretrizes para o Plano de Gestão. Com a mesma formação de grupos da atividade anterior, as pessoas participantes foram incentivadas a debater sobre os problemas do parque e a partir daí pensar em suas causas, nas possíveis soluções e desejos de futuro.

Cada contribuição foi colocada na Árvore dos Sonhos pela equipe facilitadora, por meio de notas adesivas, na localização correspondente – raiz

para as causas, tronco para os problemas, folhas para as soluções e céu para os desejos de futuro. Para as questões que poderiam ser organizadas no território foi identificada sua localização no mapa do parque. Para instigar os sonhos, foram apresentadas algumas imagens de referência nas mesas para contribuir na ampliação de repertório das pessoas participantes. A duração prevista para realização da atividade foi de uma hora e 30 minutos.

O resultado dessa ferramenta foi incorporado nos capítulos referentes ao plano de ação e diretrizes do Plano de Gestão.

Figura 25 - Imagem ilustrativa da ferramenta "Árvore dos sonhos"



Fonte: Jordi Sánchez / ONU-Habitat Brasil

Figura 26 - Registros da atividade "Árvore dos sonhos"



Fonte: Jordi Sánchez / ONU-Habitat Brasil

3.6. Participação do Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz – CADES Sapopemba

No período de elaboração do Plano de Gestão do Parque Fazenda da Juta, entre 2023 e 2024, o principal espaço oficial de participação cidadã na gestão do parque era o CADES Regional Sapopemba, pois o parque não tinha ainda um conselho gestor eleito. O Viva o Verde SP manteve uma comunicação permanente com este conselho, para conhecer os desafios e necessidades do parque, para manter seus conselheiros e conselheiras informadas em todo momento e para procurar apoio na convocação

da população nas oficinas e consultas realizadas. Neste período, as pessoas conselheiras do CADES Regional Sapopemba eram:

Sociedade Civil

- **Titulares:** Amaury José Baptistei, André Manoel dos Santos, Fatima Gonçalves da Silva, Fidelcino Rodrigues Porto, Luzia Serafim do Nascimento, José Lustoza Lucas, Ulenice dos Santos Alves, Victor Fernandes Áviles
- **Suplentes:** Antonia Maria de Souza, Elisangela Nunes de Lima, Mayra Seki Lansoni.

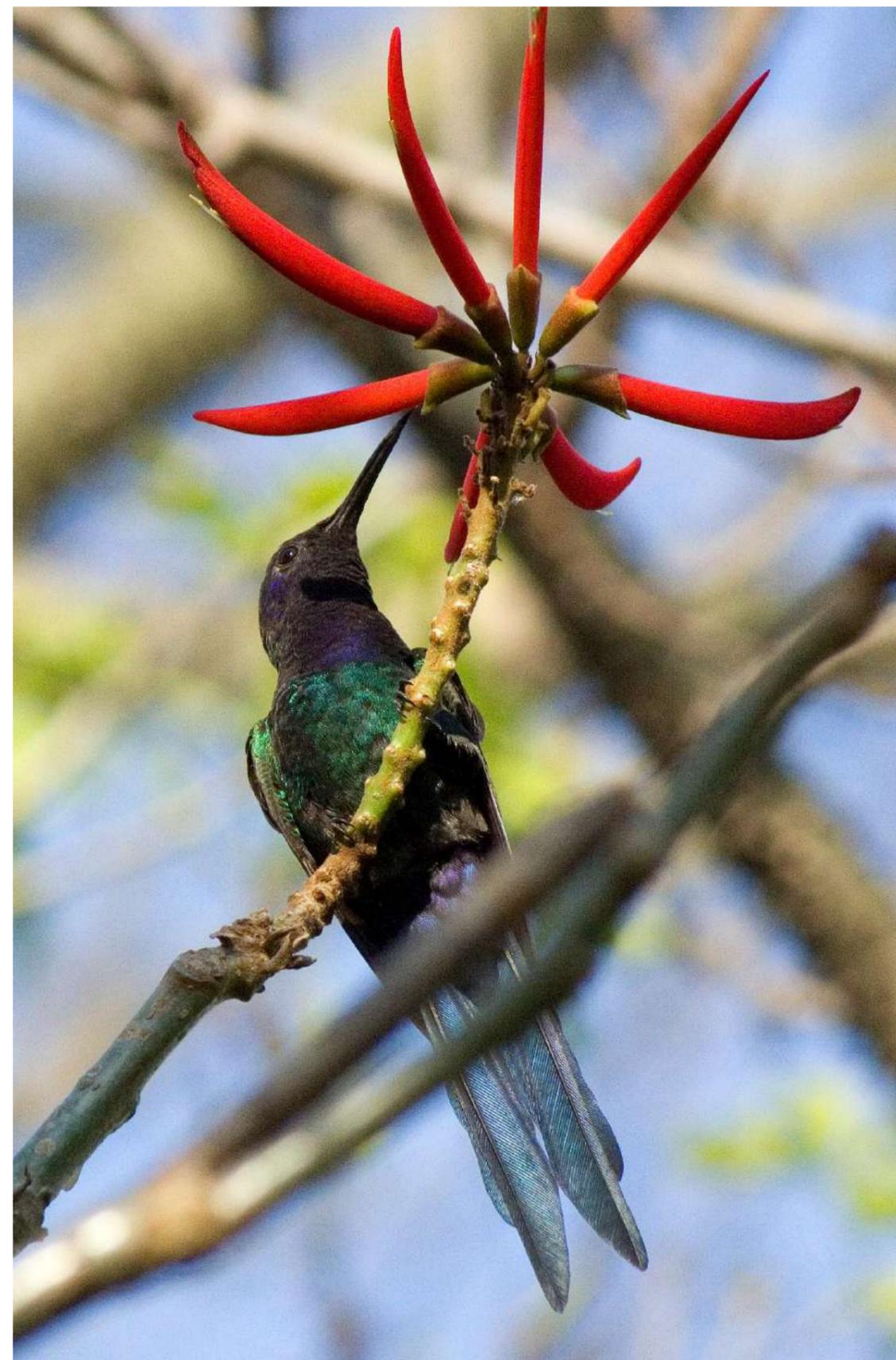
SVMA / Departamento de Gestão Descentralizada

- **Titular:** Guilherme Wisniewski
- **Suplente:** Glória Geni Gonçalves

Subprefeitura Campo Limpo

- **Titular:** Vera Lúcia Cabrera
- **Suplente:** Maria Valdecia Franklin Andrade

© Anelisa Magalhães, da Divisão de Fauna Silvestre





VIVA O VERDE SP

PLANO DE GESTÃO

PARQUE FAZENDA DA JUTA



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**